

**Alterações climáticas, migrações forçadas, instabilidade política:
O cenário na África Subsariana e no Médio Oriente**

**Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais
Globalização e Ambiente**

Orientadora: Prof^a Dra Teresa Maria Ferreira Rodrigues

Coorientadora: Dra. Alexandra Magnólia Dias

Américo Baptista Miranda Henriques

março de 2016

**Alterações climáticas, migrações forçadas, instabilidade política:
O cenário na África Subsaariana e no Médio Oriente**

**Américo B. Miranda Henriques
2016**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Nova de Lisboa

**Alterações climáticas, migrações forçadas, instabilidade
política:**

O cenário na África Subsariana e no Médio Oriente

Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Globalização e Ambiente

Autor: Américo Baptista Miranda Henriques

Orientadora: Prof.Dra Teresa Maria Ferreira Rodrigues

Coorientadora: Dra. Alexandra Magnólia Dias

março de 2016

RESUMO

Neste nosso trabalho final de Mestrado (TFM-Dissertação) iremos analisar as migrações de África e Médio Oriente rumo aos Países da União Europeia, cuja origem se deve às alterações climáticas, de modo direto ou indireto.

A crise internacional, conflitos armados em países africanos e do Médio Oriente (Líbia, Síria, Somália, Ruanda, para citar alguns) num contexto de alterações climáticas, levaram a que um cada vez maior número de refugiados, rume em condições precárias aos Países da União Europeia por via terrestre ou através do Mediterrâneo.

A gravidade dos fenómenos tem consequências que podem ser desastrosas, havendo uma tendência para este fenómeno se tornar problemático, sobretudo em África e na Ásia, sendo que este tipo de alterações pode ser gradual e incluir casos como a subida do nível das águas do mar, a desflorestação e a desertificação, noutros casos, podem tratar-se de fenómenos climáticos que surgem de maneira súbita, de forma mais ou menos inesperada e que incluem catástrofes como cheias violentas, secas prolongadas, tempestades tropicais, deslizamentos de terras, sismos, etc. O fenómeno torna-se difícil de ser compreendido uma vez que, muitas vezes, as causas que direta ou indiretamente levam à migração resultam de um conjunto de fenómenos económicos, ambientais, sociais, políticos ou demográficos, sem que se saiba qual destes foi o mais determinante. As migrações do Burundi para a Tanzânia, assim como a migração dos Sírios para a Europa serão os nossos casos de estudo.

Cheias de caudais violentos, secas prolongadas com a consequente erosão dos solos, contaminação dos lençóis freáticos, desmatamentos desordenados, aridez dos solos, escassez de alimentos, encontram-se entre os que mais facilmente são identificados como potenciadores deste fenómeno, e perante este cenário as perguntas para as quais procuramos resposta neste trabalho são:

- Qual a relação entre as Alterações Climáticas e o atual cenário político em África e no Médio Oriente?
- Qual o impacto das migrações forçadas nas políticas dos países da União Europeia?

PALAVRAS-CHAVE: alterações climáticas, migrações forçadas, refugiados ambientais, consequências económicas e sociais.

ABSTRACT

In this final work for Master Degree (TFM-Master), we will analyze climate change-driven African and Middle Eastern migration to European Union countries, in a direct or indirect way.

Exacerbated by climate change, an increasing number of refugees, fleeing precarious conditions created by international crisis and armed conflict, are heading into the European countries, arriving by either land or across the Mediterranean.

This severe phenomena has disastrous consequences. It tends to be further problematic in Africa and Asia, where this type of climate change can be gradual. The consequence of this change includes rising sea levels, deforestation, and desertification. In other cases, these may be sudden weather events and unexpected disasters, e.g., violent floods, prolonged drought, tropical storms, landslides, and earthquakes. It can be difficult to understand, as causation, both direct and indirect, results from a number of different environmental, economic, social, political and demographic factors, varied in their degree of relevance. The focus of our case study will be the migrations from Burundi to Tanzania, as well as the migration of Syrians to Europe.

Violent floods, groundwater contamination, deforestation, soil drought, food shortages, and prolonged droughts with consequent soil erosion are some factors easily identified as enhancing this phenomenon. Faced with this scenario, the questions we try to address are:

-- What is the relationship between climate change and the current political scene in Africa and the Middle East?

-- What is the impact of forced migration in the policies of the European Union countries?

KEY WORDS: climate change, forced migration, environmental refugees, economic and social consequences.

AGRADECIMENTOS

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, ao IDN, Instituto de Defesa Nacional e aos seus corpos Docentes que me deram a oportunidade de conhecer e aprender “Estudos Estratégicos e de Segurança “ uma área que não tem nenhuma ligação quer à minha formação académica quer à minha carreira profissional.

À Prof. Dra. Teresa Maria Ferreira Rodrigues, minha Professora na Pós Graduação e posteriormente minha Orientadora, pelos ensinamentos, cordialidade e imenso saber nesta matéria que me foi ensinando, despertando em mim uma cada vez maior consciência cívica, alertando-me e mostrando o caminho.

À Professora Dra. Alexandra Magnólia Dias, minha Professora na Pós Graduação e posteriormente minha Prof^a. Coorientadora, pelo incentivo, pela infinita paciência, imenso saber e pela sagacidade da ajuda, o meu muito obrigado.

Ao meu irmão Cazé que ao longo da nossa vida sempre me apoiou, mostrou caminhos e me ensinou a nunca desistir dos sonhos, sem ele talvez o meu percurso académico não tivesse ido tão longe.

Ao meu filho Eduardo que com o seu apoio, incentivo e ajuda na tradução de tantos livros e documentos foi fundamental, sem ele teria sido mais difícil ler e apreender tanta informação.

À minha mulher Angela pelo suporte, apoio e incentivo que ao longo destes dois anos me deu incondicionalmente.

Sem esse apoio, ajuda e incentivo nunca teria levado esta “carta a Garcia”.

ÍNDICE GERAL

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
AGRADECIMENTOS	iii
SIGLAS E ABREVIATURAS	vi
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Aquecimento global, conflitos e migrações forçadas	1
1.2. Questões de Partida	4
1.3. Objetivos	5
1.4. Metodologia e estrutura do trabalho	5
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	9
2.1. Aquecimento global e alterações climáticas	9
2.1.1. Indicadores de alterações climáticas	10
2.1.2. Causas das alterações climáticas e o fenómeno do aquecimento global	12
2.2. Principais consequências das alterações climáticas.....	14
2.3. Alterações Climáticas, Segurança, Instabilidade Política e Migrações	18
2.3.1. A relação entre as alterações climáticas e a instabilidade política	18
2.3.2. A relação entre as alterações climáticas e as migrações forçadas.....	29
2.4. Atual Cenário político de África e Médio Oriente: breve contextualização.....	34
3. METODOLOGIA	38
3.1. Pergunta de partida e objetivos principais	39
3.2. Natureza do estudo, método, metodologia e instrumentos de recolha de dados.....	40
3.3. Casos a analisar	43
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	47
4.1. A crise dos refugiados na Tanzânia, provindos do Burundi	47
4.2. Os conflitos no Médio Oriente: A Guerra Civil na Síria	62
4.3. A legislação europeia concernente aos refugiados.....	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
BIBLIOGRAFIA	83

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Emissão de CO2 no século XX.....	13
Figura 2 - Locais de conflitos em curso ao redor do mundo, Agosto de 2014.....	21
Figura 3 - Os tipos de conflitos que podem ter origem nas alterações climáticas	24
Figura 4- Possíveis caminhos que levam das alterações climáticas até aos conflitos armados .	28
Figura 5 - Possíveis interações entre as componentes sociais e as alterações climáticas	29
Figura 6 - Os impulsionadores da migração e a influência das mudanças ambientais	31
Figura 7- Mapa da África Subsariana	35
Figura 8 - Mapa do Médio Oriente.....	37
Figura 9 - Mapa do Burundi.....	47
Figura 10 - Relação entre as alterações climáticas e os conflitos no caso do Burundi	52
Figura 11- Mapa das regiões da Tanzânia	54
Figura 12- Os refugiados provindos do Burundi durante a crise de 2015	58
Figura 13 - Campo de refugiados na Tanzânia, observado por membros da UNHCR.....	59
Figura 14 - Refugiados do Burundi num campo da Tanzânia.....	60
Figura 15 - Mapa da Síria.....	63
Figura 16 - Imagem que mostra as revoltas na Síria no ano de 2011	64
Figura 17 - Campo Zaatari, que alberga refugiados sírios na Jordânia e que pode ser já considerado como um dos maiores ajuntamentos populacionais daquele país	71
Figura 18 - Países que já aceitaram receber refugiados vindos da Síria	73

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Principais Tipos de Conflitos provocados pelas alterações ambientais.....	26
Quadro 2- Natureza dos vários tipos de migração relacionados direta ou indiretamente com o clima	33
Quadro 3 - Número de refugiados que abandonaram o Burundi no seguimento da crise de 2015	57
Quadro 4 - Distribuição de refugiados proposta pela UNHCR em 2013, altura em que a crise dos refugiados atingiu proporções particularmente graves.....	72
Quadro 5 - Objetivos do Milénio.....	84

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACPOBS - ACP Observatory on Migration is an initiative of the Secretariat of the African, Caribbean and Pacific (ACP) Group of States (IOM)

CE – Comissão Europeia

CNA - National Security and the Threat of Climate Change

DRC - Democratic Republic of the Congo

FRONTEX – Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras

IOM - International Organization for Migration

IPCC - International Panel on Climate Change

ISIS”, ISIL ou “Daesh- Islamic State of Iraq and Syria.

Daesh é uma possível abreviatura árabe do nome Estado Islâmico do Iraque e do Levante

MENA- Middle East and North Africa

NAPA - “National Adaptation Plan of action

NGO - non-governmental organization

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMM - Organização Meteorológica Mundial

ONU – Organização das Nações Unidas

UE – União Europeia

UNEP - United Nations Environment Programme

UN-ESCWA and BGR, 2013). United Nations Economic and Social Commission for Western Asia Energy Study.

UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change

UNHCR - Office of the United Nations High Commissioner for Refugees

TFEU - Treaty of the functioning of the European Union

TFM – Trabalho Final de Mestrado

1. INTRODUÇÃO

1.1. Aquecimento global, conflitos e migrações forçadas

Ao iniciarmos este nosso Trabalho Final de Mestrado (TFM) entendemos começar com um extrato do America's Climate Choices: Panel on Advancing the Science of Climate Change que resume que “dos fortes indícios, baseados em variadas pesquisas, o clima está a mudar e essa mudança deve-se em parte à atividade humana.

“There is a strong, credible body of evidence, based on multiple lines of research, documenting that climate is changing and that these changes are in large part caused by human activities. While much remains to be learned, the core phenomenon, scientific questions, and hypotheses have been examined thoroughly and have stood firm in the face of serious scientific debate and careful evaluation of alternative explanations (America's Climate Choices, 2010: 1)”.

Com base no que nestas linhas é dito, é possível dar como certo que o planeta Terra se encontra, atualmente, a enfrentar um fenómeno que antes do mundo moderno era totalmente desconhecido e que se caracteriza por uma progressiva alteração no clima de todo o planeta. Estudos científicos parecem confirmar, com igual grau de credibilidade, a tese segundo a qual estas alterações têm origem na ação do ser humano, mais precisamente na atividade poluente e em todo o tipo de decisões que se revelam danosas para o meio ambiente.

É certo que períodos de inesperada alteração climática não são raridades ao longo da História, mas nunca antes foi possível detetar-se uma mudança radical cuja explicação só pudesse ser encontrada na atividade antropogénica. Nesse sentido, ganha especial relevância o fenómeno conhecido por aquecimento global, e que se refere ao aumento da temperatura média do planeta (que tem vindo a ocorrer a uma velocidade preocupante), ao que tudo indica causado pela libertação de gases estufa (como o dióxido de carbono ou o metano) para a atmosfera (Cubasch et. al. 2007; Blasing, 2014). Apesar de alguns autores (Spencer, 2009; Lewis, 2008) olharem com algum ceticismo para aquilo que descrevem como um alarmismo injustificado (quando não negam, de todo, a veracidade do aquecimento global), são fortes os indícios que demonstram os perigos que o aquecimento do planeta pode trazer, bem como a sua origem antropomórfica. A importância deste problema ultrapassou já os limites do debate académico e ganhou um

grande espaço mediático graças à obra *Uma Verdade Inconveniente* de Al Gore, que chamou a atenção do público em geral.

Contudo, discutir este fenómeno do aquecimento global deverá sempre implicar que se questione quais as suas reais consequências para a humanidade. Importa assim falar do impacto do aquecimento global e das alterações climáticas.

Devemos no entanto deixar bem claro que este trabalho não visa analisar os conflitos nos países objeto de estudos de caso, mas apenas demonstrar a ligação entre conflitos, alterações climáticas e migrações.

Os conflitos existentes nos países analisados neste trabalho (Burundi e Síria) sejam sociais, políticos, demográficos, ambientais ou rebeliões armadas tem como consequência as migrações forçadas e esse é que será o principal foco do nosso estudo.

Assim, tendo em conta a fragilidade a que estão expostos alguns dos espaços ambientais do nosso planeta, bem como as sociedades humanas que neles habitam, dificilmente se poderá supor que estes não serão tremendamente afetados com o impacto de todas estas alterações climáticas de que temos vindo a falar e que esse impacto não seja tremendamente negativo. Uma das consequências mais óbvias (e tantas vezes referida) deste aumento de temperatura será, portanto, a subida de nível das águas do mar (provocada pelo derretimento de grandes porções de gelo na Antártida) e, consequentemente, a ocorrência de cheias, inundações e mesmo total desaparecimento de alguns locais do planeta. A juntar-se a este cenário, já de si negativo, importa referir que eventuais desastres ambientais do futuro (direta ou indiretamente relacionados com o aquecimento global) podem incluir secas, a desertificação e desflorestação de diversas zonas, entre outros (Allison et. al., 2009). Ainda que evitando alarmismos desnecessários, não deixa de ser legítimo ver nos impactos de futuras alterações climáticas um dos maiores desafios que a humanidade irá enfrentar nos próximos tempos. Contudo, não se deve pensar que estas alterações terão o mesmo tipo de consequências para todas as comunidades do planeta.

Num contexto como o atual, serão, naturalmente, os países menos desenvolvidos os que mais sofrerão o impacto das alterações climáticas, o que em parte se deve à fragilidade das suas infraestruturas e ao fracasso das instituições políticas (muitas vezes inexistentes) em tentar auxiliar as populações afetadas (IPCC, 2014).

A maior dificuldade no acesso aos recursos naturais essenciais (que é já bastante grande nos países menos desenvolvidos) pode ser também agravada pelos impactos do aquecimento global e, conseqüentemente, causar catástrofes humanitárias de grande dimensão. A instabilidade política e social será, portanto, uma constante entre os países do Sul e é difícil não aceitar que, pelo menos nalguns casos, catástrofes ambientais totalmente inesperadas possam despoletar um papel preponderante no eclodir de conflitos regionais.

Não se deve pensar, é certo, que tais conflitos tenham como causa única os problemas climáticos, uma vez que, como veremos, existe uma relação bastante complexa entre os diversos fatores que contribuem para a instabilidade nos países do Sul. Mas pode tomar-se como certo, neste ponto inicial do trabalho, que a relação entre as alterações climáticas e a instabilidade nas sociedades humanas é real e merece ser estudada com um pouco mais de atenção. É esse um dos primeiros objetivos do nosso trabalho.

Um exemplo de crises sociais relacionadas com o clima é o das movimentações forçadas de populações, ou seja, os fluxos de migração maciça. Assim, cenários de catástrofe ambiental (quer ocorram lenta ou rapidamente) e de contínua degradação de recursos levarão cada vez mais a que grandes porções da população de um dado local procurem refúgio noutras zonas, tornando-se naquilo a que, por vezes, se refere como “refugiados climáticos” (Myer, 2002), expressão cuja utilização não é consensual mas que pode referir, de maneira genérica, todos os que se vêm forçados a abandonar a sua terra natal devido a problemas relacionados com alterações climáticas. A pertinência da expressão “refugiados climáticos” tornar-se-á mais evidente ao longo deste trabalho, podendo ler-se a definição nas páginas 29 e 30.

Em conjunto com as migrações forçadas, que destabilizam regiões inteiras e lançam severos desafios aos países de acolhimento, outra possível consequência das alterações climáticas (e conseqüente degradação de recursos, os quais referimos na página 22) é o recrudescer de conflitos étnicos, muitas vezes despoletados devido à ânsia de assegurar o acesso a bens como a água ou os alimentos (Kaplan, 1994). Como facilmente se perceberá, o aumento de guerras violentas pode levar também a uma migração maciça, cujas verdadeiras causas são mais difíceis de compreender: se, diretamente, estas se devem aos conflitos, nalguns casos, estão indiretamente relacionadas com as alterações ambientais que tornaram possíveis as situações de guerra. Assim, compreender o

fenómeno das migrações e do recrudescimento de conflitos no contexto das alterações climáticas não é uma tarefa acessível, na medida em que nem sempre é fácil apontar quais as causas ou consequências de fenómenos que parecem, pelo menos à primeira vista, indestrinçáveis. Resolver este problema implica recorrer a uma abordagem teórica que elucide os pontos mais complexos.

Resumindo, é possível dizer que um estudo sobre o impacto das alterações climáticas em países menos desenvolvidos deverá levar em conta as suas consequências no cenário político e social, os conflitos que possam surgir, bem como as migrações em massa e ainda os desafios enfrentados pelos países de acolhimento, que nem sempre se encontram preparados para responder adequadamente ao volume de entradas e às necessidades de uma população fragilizada.

É a partir destas constatações que se dará início a este trabalho que procura relacionar o impacto das alterações climáticas com os conflitos sociais e as migrações maciças, tentando descortinar de que maneiras estes se podem interligar e influenciar-se mutuamente. Tendo em conta que, como já se referiu, os países mais empobrecidos são os que mais sofrerão com o impacto das alterações climáticas, será precisamente sobre estes que mais nos debruçaremos ao longo do trabalho e que servirão para descobrirmos os casos concretos que pretendemos estudar com maior pormenor. Será precisamente à África Subsariana e ao Médio Oriente que prestaremos mais atenção, dado serem estas as zonas geográficas dos nossos casos de estudo.

1.2. Questões de Partida

Este trabalho pretende, portanto, responder a duas questões de partida, e que são:

- Qual a relação entre as alterações climáticas e a instabilidade política na África Subsariana e no Médio Oriente?
- De que forma a legislação dos países da União Europeia se prepara para acolher os migrantes vindos de países menos desenvolvidos, sejam Africanos, Médio Oriente ou mesmo Ásia.

A tentativa de encontrar uma resposta para estas perguntas representará, portanto, o principal objetivo do nosso trabalho. Deverão ser analisados quais os principais impactos das alterações climáticas e a forma como estes podem ou não contribuir para destabilizar

as sociedades dos países menos desenvolvidos, prestando especial atenção aos conflitos e aos casos de migrações maciças forçadas.

Contudo, uma vez que, ao falarmos de migrações causadas pelo clima, se torna essencial levar em conta a forma como as regiões de acolhimento recebem os migrantes, é importante abordar a forma como os países desenvolvidos (como os da União Europeia) se preparam para responder aos desafios das migrações maciças e se estes manifestam alguma sensibilidade à especificidade dos problemas enfrentados pelos chamados “refugiados climáticos”.

Assim, este trabalho procurará dar resposta à segunda pergunta, aqui secundária, mas igualmente pertinente:

- De que forma a legislação dos países da União Europeia se preparam para acolher os migrantes vindos de países menos desenvolvidos e que medidas concretas apresentam em relação ao acolhimento dos chamados “refugiados climáticos”, apesar de não existir um consenso na União Europeia em relação a este grave problema.

1.3.Objetivos

Responder às perguntas de partida é uma tarefa que levará à concretização dos principais objetivos que motivaram este trabalho e que são os seguintes:

- Compreender de forma mais precisa de que maneira as alterações climáticas afetam as sociedades humanas e a estabilidade política.
- Compreender mais pormenorizadamente a relação dinâmica entre alterações climáticas e a atividade humana, nas suas vertentes políticas e sociais.
- Compreender mais pormenorizadamente a forma como os países de acolhimento lidam com a chegada de refugiados e o seu acolhimento.

1.4. Metodologia e estrutura do trabalho

Considerando estes objetivos, iremos então realizar um trabalho de investigação que terá como fim responder às perguntas que anteriormente colocámos. Primeiramente, será apresentado um enquadramento teórico, onde serão desenvolvidos alguns dos conceitos mais importantes para este trabalho e se procurará clarificar alguns dos aspetos menos

evidentes da relação entre as alterações climáticas e os seus diferentes impactos sobre a estabilidade de uma região.

De seguida, iremos analisar separadamente dois casos que contribuirão para dar uma resposta à nossa primeira pergunta:

- O caso dos refugiados que, abandonando o Burundi, devastado por conflitos internos, se deslocaram para a Tanzânia em meados dos anos 90.

- O caso da Primavera Árabe e, acima de tudo, dos conflitos que ainda hoje têm lugar na Síria.

A escolha destes dois casos deve-se tanto ao facto de serem acontecimentos recentes e bastante pertinentes, bem como ao de oferecerem uma oportunidade bastante profícua para tentar descortinar a dinâmica complexa que caracteriza os impactos das alterações climáticas e os conflitos sociais. Tanto no caso dos refugiados na Tanzânia como no dos conflitos da Síria tentar-se-á descobrir se as alterações climáticas e a degradação ambiental poderão ter estado (de forma direta ou indireta) na origem dos conflitos ou migrações forçadas, mas o primeiro caso deverá servir também para analisar de que maneira a chegada de um grande número de migrantes pode contribuir para degradar ainda mais um meio ambiente que já se encontra bastante afetado pelas alterações no clima (como é o que acontece na Tanzânia). Neste último caso, será, pois, possível abarcar de forma mais pormenorizada a complexidade do fenómeno que analisamos e suas diferentes implicações e consequências.

Por fim, de maneira a compreender melhor a forma como os países de acolhimento podem receber os refugiados, será estudado o caso da União Europeia, que, como se sabe, enfrenta de momento o grande desafio de integrar devidamente a população síria que foge do seu país, que se encontra em estado de guerra, embora e tal como já foi referido cheguem refugiados oriundos de outros Países/ Continentes. Compreender de que forma a legislação europeia concebe os direitos dos refugiados, bem como as estratégias escolhidas para lidar com os casos de refugiados ambientais (caso existam), revela-se, assim, um ponto que, apesar de secundário neste trabalho, constitui um desafio para o projeto político da União Europeia (U:E) e suas relações externas. Ao nível do direito ambiental internacional, está plasmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos,

de 1948, no seu artigo 22, que todos têm o direito a viver num ambiente ecologicamente equilibrado.

Recordamos aqui a célebre argumentação da filósofa política alemã, Hannah Arendt, onde defendia que os refugiados e apátridas têm o “direito a ter direitos”, pois, segundo ela, essa é a própria essência dos direitos humanos (ARENDT, *The Origins of Totalitarianism* 1968).

Esta tese pode também ser aplicada atualmente aos refugiados ambientais, enquanto destituídos e despojados do seu território e da sua nacionalidade

Nas nossas considerações finais iremos citar os objetivos do Milénio, plasmados no relatório proposto pela ONU..

Como se verá ao longo do trabalho, a complexidade desta relação entre alterações de clima e conflitos sociais é, efetivamente, difícil de abarcar totalmente, mas espera-se que, chegados ao final da nossa tarefa, será possível ter uma ideia mais esclarecida dos principais pontos que nos levaram a realizar esta investigação.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Como já foi possível constatar na introdução a este trabalho, entre os principais conceitos que importa esclarecer encontram-se os de alterações climáticas e de aquecimento global. Num segundo momento este capítulo visa compreender de que forma a instabilidade social e as migrações forçadas se inserem neste contexto de alterações climáticas (e de que maneira os diversos fatores de instabilidade se podem relacionar).

Elucidar acerca destes pontos é o nosso principal objetivo deste capítulo.

Por fim, será importante apresentar também um breve resumo acerca do atual cenário político de África e Médio Oriente.

2.1. Aquecimento global e alterações climáticas

“Human influence on the climate system is clear, and recent anthropogenic emissions of greenhouse gases are the highest in history. Recent climate changes have had widespread impacts on human and natural systems.”

IPCC, *Climate Change 2014:*

Synthesis Report.

A 12 de Fevereiro de 1979 tinha lugar, em Genebra, a primeira de uma série de conferências sobre as alterações climáticas, United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC, 2014) e este encontro internacional, que reuniu um grande número de especialistas na matéria, foi promovido pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), e haveria de ser sucedida, em 1990, por uma segunda conferência, realizada também na cidade de Genebra. Podemos dizer, com segurança, que, aquando da realização da Terceira Conferência sobre Alterações Climáticas, no ano de 2009, a comunidade científica havia já alcançado um conhecimento sobre este tema que estaria longe de possuir no ano em que teve lugar o primeiro encontro.

Tal deve-se, em grande parte, ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (também conhecido por IPCC do inglês International Panel on Climate Change), cuja criação no ano de 1988 (UNFCCC, 2014), permitiu o aprofundamento dos estudos sobre este tema. A sua origem deveu-se à necessidade, sentida pelos principais investigadores, de uma organização que conseguisse identificar e corrigir as falhas no nosso conhecimento acerca do sistema climático e potenciais impactos das suas alterações; que conseguisse delinear estratégias para responder devidamente ao impacto

das alterações climáticas que abordasse e, se necessário, revisse as principais medidas políticas relacionadas com a emissão de gases estufa, e que redefinisse as estratégias, adotadas pelos mais diversos países, para mitigar a emissão deste tipo de gases (IPCC, 2004).

Assim, torna-se importante, para este estudo, ter em conta os diversos relatórios apresentados por este Painel, entre os quais se encontra o *Climate Change 2014: a Synthesis Report* do qual retiramos grande parte da informação apresentada de seguida

Este relatório deve interessar-nos, acima de tudo, devido ao seu foco nas evidências de que as alterações climáticas estão efetivamente a ocorrer e na reiteração de que existe uma influência antropogénica que explica estas mudanças nunca antes observadas.

2.1.1. Indicadores de alterações climáticas

Por alterações climáticas entende-se simplesmente uma variação no sistema climático terrestre, quer esta se verifique à escala global ou esteja limitada a uma zona específica do globo, e que geralmente persiste por um período de tempo relativamente amplo (OECD, 2011; Hardy, 2003). Segundo o IPCC, pode definir-se o fenómeno da seguinte maneira:

“Climate change refers to a statistically significant variation in either the mean state of the climate or in its variability, persisting for an extended period (typically decades or longer). Climate change may be due to natural internal processes or external forcing, or to persistent anthropogenic changes in the composition of the atmosphere or in land use (IPCC, 2004: 4).”

Refira-se, no entanto, que outras fontes podem apresentar uma definição ligeiramente diferente, como é o caso da United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), segundo a qual, as alterações climáticas referem a uma *“change of climate which is attributed directly or indirectly to human activity that alters the composition of the global atmosphere and which is in addition to natural climate variability observed over comparable time periods” (Ibidem).*

Por outras palavras, a UNFCCC inclui no conceito de alteração climática a ideia de que é necessário existir uma influência humana, direta ou indireta, reservando a expressão *“climate variability”* para os casos em que a mudança se deve a fatores naturais (IPCC, 2004). No contexto deste trabalho, refira-se que a expressão “alterações climáticas” será usada com o seu significado mais lato, ou seja, independentemente de ter ou não uma origem antropogénica.

Assim, tendo em conta este contexto mais lato do termo, é importante ter consciência de que as mudanças climáticas sempre estiveram presentes ao longo da evolução do nosso planeta, sendo mesmo possível afirmar-se que as atuais alterações parecem insignificantes quando comparadas com aquelas pelas quais a Terra já passou nos últimos milhões de anos (Hardy, 1993). Alguns (Kutzbach & Gallimore, 1989) chegam mesmo a defender que é possível dividir a história do planeta tendo em conta as diferentes eras climáticas. Kutzbach (1989), por exemplo, afirma que existiram seis diferentes eras climáticas, e a presente era teve início no século XIX e se caracteriza por um aumento da temperatura média do planeta. As variações dos ciclos climáticos foram tão intrigantes para os investigadores que o cientista Milankovich procurou desenvolver uma teoria que explicasse as flutuações do clima terrestre (Hardy, 1993), sem que, contudo, tal incluísse os possíveis impactos da atividade humana e do seu desenvolvimento tecnológico.

A despeito de tudo o que fica dito acerca das variações naturais ao longo das eras, importa sobretudo ter em conta os aspetos em que, atualmente, é possível verificar-se uma alteração no sistema climático. É neste ponto que se torna relevante a referência ao mais recente relatório do IPCC, do ano de 2014.

Segundo este relatório é possível observar-se mudanças nos seguintes indicadores do sistema climático:

- **Atmosfera-** A temperatura média do planeta terra tem aumentado a um nível preocupante, apresentando alterações nunca verificadas antes do ano de 1850. Os últimos trinta anos terão sido mesmo os mais quentes dos últimos oito séculos (IPCC, 2014).

- **Oceanos-** O aquecimento da temperatura média dos oceanos é também uma realidade inegável, sobretudo nas zonas mais próximas da superfície. É muito provável que este aquecimento tenha já começado na segunda metade do século XIX, mas tornou-se mais evidente nas últimas três décadas (IPCC, 2014).

- **Criosfera-** A perda de massa de algumas zonas do globo, sobretudo os mantos de gelo da Gronelândia e do Pólo Norte, bem como a descida do nível da neve durante o outono e inverno do hemisfério norte (IPCC, 2014) são também uma realidade impossível de negar e um dos maiores sinais de que algo de grave está a ocorrer no que diz respeito ao clima (Philander, 2012; Nadeau, 2006).

- **Nível das águas do mar-** Por fim, refira-se que, ao longo do século XX, o nível médio das águas do mar subiu para valores bastante preocupantes, exibindo uma

intensidade de crescimento cada vez maior (Janin & Mandia, 2012; IPCC, 2014). É possível dizer-se que os níveis subiram, em média, dos 0.17 para os 0.21 metros.

Como se viu, as alterações observadas nestes indicadores mostram que a Terra se encontra presentemente a passar por uma fase de alterações bastante acentuadas. Como não poderia deixar de ser, é importante perceber quais os fatores que estarão por trás destas variações, quais as que se ficam a dever a causas naturais e as que resultaram da influência antropogénica. É aqui, portanto, que será feita uma referência mais prolongada ao fenómeno do Aquecimento Global como um todo.

2.1.2. Causas das alterações climáticas e o fenómeno do aquecimento global

Como já se referiu, as alterações acima referidas podem, por vezes, ter origem em fatores totalmente naturais, como por diversas vezes aconteceu ao longo da história. Assim, se a concentração atmosférica de gases responsáveis pelo aquecimento da temperatura média da terra (como o dióxido de carbono e o metano) se verifica há já muito tempo no nosso planeta, a verdade é que a extensão das mudanças climáticas do último século é suficiente para sugerir que atualmente está em curso uma mudança cujas causas não são naturais. Assim, os fatores antropogénicos precisam de ser levados em conta se se quiser compreender a verdadeira extensão dos fenómenos climáticos dos nossos dias.

Segundo o mais recente relatório do IPCC (2014), onde está escrito que a força radioativa de origem antropogénica teve, desde 1750 até aos nossos dias, um efeito no aquecimento de 2.3 w/m². Gases como o dióxido de carbono (CO₂), mas também o metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O), foram os que mais contribuíram para este efeito e têm sido mais impactantes sobretudo desde a década de 70 do século passado. O uso de combustíveis fósseis, bem como a atividade industrial no seu todo, contam-se entre os principais fatores que determinaram que a libertação destes gases atingisse níveis tão preocupantes (Guedes, 2015).

Calcula-se ainda que a emissão dos referidos gases, que continuou a aumentar entre 1970 e 2010, levou a que 40% (por cento) do dióxido de carbono libertado nas últimas décadas permanecesse na atmosfera e se tornasse o principal causador dos danos verificados nos últimos anos (*Ibidem*).

Veja-se a Figura 1, cujo gráfico demonstra o aumento da emissão de dióxido de carbono no século passado.

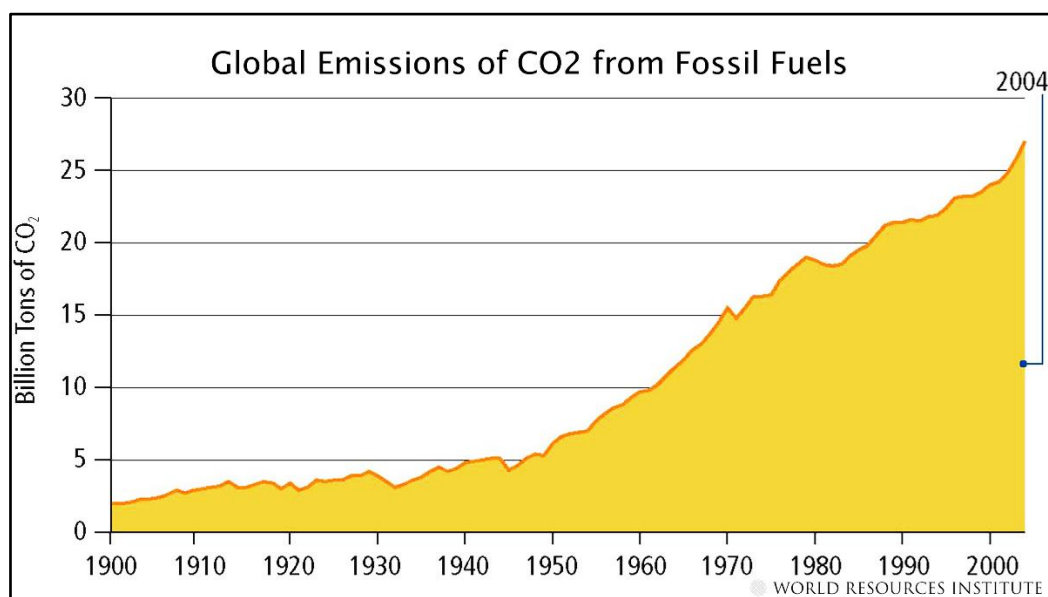


Figura 1 - Emissão de CO₂ no século XX.

Fonte: <http://www.wri.org/resources/charts-graphs/global-emissions-co2-fossil-fuels-1900-2004>¹

A libertação deste tipo de gases está na origem de um fenómeno conhecido como “efeito estufa”, e que se refere ao aquecimento da atmosfera e da superfície do planeta através da radiação provinda da própria terra (Schelling, 2002). Devido à presença de inúmeros gases de efeito estufa na atmosfera (entre os quais se conta o CO₂), a radiação, que deveria ser libertada para o espaço, acaba por ser absorvida por esses mesmos gases e irradiada de volta para a superfície do planeta. Como facilmente se percebe, é este o fenómeno que explica o aumento da temperatura média da terra bem como as outras alterações nos diversos indicadores que anteriormente apontámos.

É neste contexto que se torna imperativo referir o conceito de “aquecimento global”, fenómeno de escala planetária que explica uma grande parte das alterações climáticas que o planeta Terra tem enfrentado nas últimas décadas (Colman et-al, 2013). O efeito estufa tem criado, portanto, um cenário em que o aumento da temperatura média do planeta (aumento esse de origens antropogénicas) irá afetar, direta ou indiretamente, os mais diversos pontos do globo, originando cenários de degradação ambiental ou alterações relativamente bruscas do sistema climático que acabarão por trazer severas

¹ Consultado a 3 de Fevereiro de 2015.

consequências para a biosfera terrestre, assim como para as sociedades humanas e sua estabilidade social e política.

2.2.Principais consequências das alterações climáticas

No início deste ponto parece importante esta citação do IPPC pois alerta-nos para os impactos das alterações climáticas independentemente do ponto do Globo onde ocorram, o que significa que já não existem zonas seguras.

“In recent decades, changes in climate have caused impacts on natural and human systems on all continents and across the oceans. Impacts are due to observed climate change, irrespective of its cause, indicating the sensitivity of natural and human systems to changing climate (IPCC, 2014: 49)”.

Esta citação sugere que é impossível compreender as alterações observadas nas sociedades humanas e os sistemas naturais sem se levar em conta as mudanças ocorridas no sistema climático. O que neste trabalho já se disse acerca do aquecimento global, apesar de superficial, é suficiente para que se perceba o quão grave podem ser estas mudanças.

Como já foi referido, entre as principais consequências do aquecimento global encontram-se a degradação ambiental e o desequilíbrio no sistema climático, desequilíbrio esse capaz de trazer bruscas alterações climáticas bem como catástrofes naturais aparentemente inesperadas. Assim, o aumento da temperatura média da Terra e fenómenos por ele causados (como o aumento do nível médio das águas do mar) poderão dar a origem a cheias, secas, desflorestações, tempestades devastadoras, chuvas ácidas, a submersão e desaparecimento completo de porções de território terrestre entre outros (ACPOBS, 2011). É certo que nem todas as alterações climáticas adversas terão origem no aquecimento global (ou sequer na influência direta ou indireta dos seres humanos) mas os impactos nefastos deste fenómeno justificam que se o tenha sempre em conta e se veja nele uma das principais causas da instabilidade do clima nos nossos dias.

Desde logo é possível perceber que os sistemas naturais, nos quais se contam a vida animal e vegetal, se encontram entre os que mais podem sofrer com as mudanças no clima e catástrofes que lhe estão associadas, extinção de algumas espécies, desaparecimento de florestas ou de outras regiões são consequências possíveis num cenário futuro que cada vez se torna mais provável (Phillander, 2012). Já a vida humana, que, obviamente, não pode deixar de ser afetada pelo ambiente ao seu redor, sofrerá também os impactos causados pelas alterações climáticas e aquecimento global, mas a forma como tal pode ocorrer é mais complexa e depende, entre outros, de fatores sociais,

políticos ou económicos, fatores esses que variam de região para região. Tal deixa antever que nem todos os países do globo serão afetados da mesma forma ou com a mesma intensidade, pois os países mais desenvolvidos têm uma maior facilidade em encontrar estratégias que respondam a problemas inesperados, já os países que ainda se encontram numa fase menos avançada do desenvolvimento humano e tecnológico serão aqueles que enfrentarão um maior número de problemas e que, nalguns casos, estão já a sofrer com o impacto (*Ibidem*). Assim, é nas regiões da África Subsariana ou nalguns países asiáticos que as populações se encontram mais expostas e com uma maior probabilidade de se tornarem vítimas de uma catástrofe inesperada.

Perceber as consequências das alterações climáticas sobre as sociedades humanas implica também que se faça uma distinção entre processos climáticos e fenómenos climáticos (ACPOBS, 2011; McLeman, 2011) pois ela é importante para determinar o grau de manobra de que as diversas comunidades dispõem quando confrontadas com mudanças no sistema climático a que estão habituadas. Os processos climáticos referem-se a alterações graduais, por vezes bastante lentas e que vão progredindo ao longo de anos ou mesmo décadas, como é o caso do aumento das águas do mar ou da desertificação de determinados lugares. Já os fenómenos climáticos ocorrem de uma forma mais inesperada e súbita, traduzindo-se em catástrofes naturais repentinas que muitas vezes apanham as populações de surpresa, como é o caso de cheias ou secas, deslizamentos de vertente, sismos entre outros. As populações que vivam em áreas afetadas por este tipo de fenómenos terão menos oportunidades de se adaptarem às alterações e muitas vezes vêm-se confrontadas com uma catástrofe a cujas proporções não conseguem fazer frente (*Ibidem*).

Entre os impactos negativos mais diretos das alterações climáticas, sentidos de diferentes maneiras em diferentes regiões, podem apontar-se os seguintes (IPCC, 2014, ACPOBS, 2011):

- Degradação dos recursos hídricos, devido às alterações no nível médio das águas dos mares.
- Contaminação de lagos, rios, lençóis freáticos e oceanos, inviabilizando a faina piscatória da qual depende a sobrevivência de grandes franjas da população.
- Aumento de algumas doenças ou outros efeitos negativos para a saúde humana.
- Impactos negativos sobre as colheitas, especialmente graves para as regiões que ainda dependem da agricultura para subsistir (como acontece em tantos dos países mais empobrecidos).

- Alteração dos rumos migratórios de algumas espécies de animais, que pode trazer consequências negativas para populações que ainda dependam da caça para sobreviver.

Como se vê, este conjunto de fenômenos, causados por alterações climáticas graduais, representa uma degradação do meio-ambiente que, por certo, trará consequências negativas para algumas comunidades.

Se é certo que o impacto das alterações climáticas sobre a sociedade é mais difícil de ser devidamente identificado (uma vez que este impacto é, muitas vezes, indireto) não deixa de ser importante, no contexto do nosso trabalho, abordar este tema em concreto, pois só assim poderemos tentar dar uma resposta às perguntas de partida que apresentámos no início. No entanto, antes de nos debruçarmos sobre os impactos sociais das alterações climáticas, importa dedicar algumas breves palavras às possíveis soluções que estão ao alcance dos que pretenderam travar (ou pelo menos tornar menos graves) as consequências destas devastações climáticas. Neste contexto torna-se essencial abordar o tema do chamado “desenvolvimento sustentado”, que pode ser visto como uma das principais alternativas ao caminho que tem levado o planeta num caminho de degradação climática e ambiental.

Foi no relatório Brundtland, elaborado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que pela primeira vez surgiu a expressão desenvolvimento sustentável, tendo sido este definido como,

“O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais” (Ferreira, 2014: 25)

Assim, tendo como principais objetivos reexaminar os problemas críticos enfrentados pelo meio ambiente, bem como alternativas para lidar com eles e estabelecer caminhos para o futuro, este relatório tornou-se conhecido por promover uma visão que perfilhava a cooperação internacional com o objetivo de propagar informação junto de indivíduos e organizações sobre a melhor forma de utilizar os recursos que estão ao seu dispor de uma maneira que não os esgotasse

e pudesse coexistir com uma forte preocupação ambiental (World Commission on Environment and Development, 1987).

O desenvolvimento sustentável remete então para um sistema de aproveitamento dos recursos naturais que não coloque em causa a integridade do meio que nos rodeia, tendo como objetivo o de permitir que as gerações presentes usufruam daquilo que o planeta lhes pode proporcionar sem que, contudo, prejudique as gerações futuras ou lhes impossibilite um igual acesso ao mesmo tipo de recursos (Veiga, 2005). A preocupação com o momento presente e a necessidade de levar a que a sociedade satisfaça as suas necessidades legítimas deverá, pois, coexistir com a noção de que, no futuro, outras gerações necessitarão também dos mesmos recursos que estão agora a ser utilizados e que, como tal, estes não devem ser usados de uma maneira que os degrade. Assim, levando em conta indicadores de qualidade de vida importantes que não podem ser ignorados (como a pobreza, a educação e a saúde) e que contribuem para um melhor nível de vida, os defensores do desenvolvimento sustentável não esquecem também de apontar o quão crucial é proteger as zonas naturais que correm mais perigos, bem como a biodiversidade, os recursos hídricos e os oceanos do planeta.

Apostar neste tipo de desenvolvimento, usufruindo dos recursos que ainda temos disponíveis, mas garantindo que as gerações futuras não sejam deles privadas, é, assim, um caminho que pode representar uma alternativa coerente à visão que olha para o planeta como um conjunto de recursos dos quais os seres humanos se devem aproveitar indefinidamente. Ao conjugar a sustentabilidade ambiental (com o objetivo de preservar a integridade do planeta), económica (uma vez que planeia um conjunto de medidas que devem promover o desenvolvimento económico dos países) e sociopolítica (por dar relevo à qualidade de vida nas sociedades humanas e aos patamares que esta deve atingir), os defensores do desenvolvimento sustentável defendem uma perspetiva alternativa que pretende fazer com que as sociedades usufruam do desenvolvimento tecnológico dos tempos modernos, sem que o ambiente com isso sofra impactos negativos. É este, portanto, e de maneira muito geral, o principal objetivo do desenvolvimento sustentável.

Veja-se então agora de que maneira as alterações do clima podem afetar as sociedades humanas.

2.3. Alterações Climáticas, Segurança, Instabilidade Política e Migrações

Como se sabe, o nosso estudo trata diretamente o problema das alterações climáticas e seu impacto na estabilidade social e política das comunidades humanas. Esta é uma relação complexa, que pode ser abordada de diferentes ângulos e perspectivas, e que muitas vezes se manifesta de uma forma indireta e, consequentemente, mais difícil de identificar. Torna-se impossível, ao analisar os problemas de uma dada região afetada por alterações climáticas, discernir quais deles têm uma origem direta ou indireta na degradação do sistema climático. Em todo o caso, e tendo em conta a especificidade do nosso estudo, importa encontrar formas de abarcar esta questão e aprofundar a relação entre o clima e a estabilidade política e social (e o fenómeno das migrações forçadas em particular).

2.3.1. A relação entre as alterações climáticas e a instabilidade política

De maneira a abordar a questão das alterações climáticas e sua relação com a instabilidade importa, primeiramente, clarificar três conceitos fundamentais: o da segurança, o do conflito e o da estabilidade. O primeiro destes conceitos remete para uma ausência de ameaças e, ao mesmo tempo, para uma ausência do receio (justificado ou não) em relação a possíveis ameaças, a segurança é, portanto, um conceito objetivo e subjetivo ao mesmo tempo, na medida em que remete igualmente para um estado identificável e para aquilo que é sentido pela população de uma dada comunidade. Por outras palavras, “Security, in an *objective* sense, measures the absence of threats to acquired values, in a *subjective* sense, the absence of fear that such values will be attacked” (Wolfers 1962: 150).

Importa ainda referir que, no contexto dos estudos sobre segurança, Buzan (1998) procurou ir mais longe e construir uma abordagem que não se focasse apenas nas visões mais tradicionais, centradas sobretudo em questões militares e na prevenção da guerra como principal objetivo da segurança. Assim, para Buzan, o dinamismo do tema da segurança deve ser analisado tendo em conta os mais diversos setores em que esta se torna relevante, nomeadamente o militar, político, económico, social e ambiental. Esta abordagem de Buzan é, assim, suficiente para percebermos que a complexidade do tema

da segurança não pode deixar de ser relacionada com diversos tópicos, entre eles o do ambiente.

Já o conceito de estabilidade refere-se a um “status of order, durable firmness, reliability, and predictability of the institutional and processual dimensions of politics, including the capacity to deal with internal and external challenge while maintaining an equilibrium” (Brauch et. al., 2012: 4). Por outras palavras, podemos falar de estabilidade sempre que nos referimos a uma ordem social cuja dimensão institucional e política não oferece razões para duvidar do rumo normalizado que ela tomará. Já o seu inverso, a instabilidade, remete para um contexto em que esta ordem esperada é quebrada por alguma razão e se instala uma situação em que a incerteza acerca do funcionamento das instituições se torna uma constante.

Por último, o conceito de conflito remete para uma contenda na qual estejam envolvidos pelo menos dois atores (nalguns casos, mais), sejam eles indivíduos, grupos ou estados, e na qual todas as partes pretendem atingir um dado objetivo (Brauch et. al, 2012; Homer-Dixon, 1991). Os conflitos sociais referem-se concretamente a casos em que “conflict permeates and shapes all aspects of human interaction and social structure, or as one of the innumerable specific fights or struggles such as wars, revolutions, strikes or uprisings” (Kriesberg, Citado em Brauch et. al., 2012: 4). Um conflito social é, pois, uma ocasião em que os mais diversos membros de uma sociedade se vêm envolvidos numa contenda de proporções suficientemente grandes para impactar todos os aspetos da sua vivência, sendo que em alguns casos os conflitos sociais acabam tornando-se conflitos armados.

O que nos importa é, portanto, tentar compreender qual a relação que se pode estabelecer entre estas três variáveis (segurança, estabilidade e conflito) e as alterações no clima. Assim, importa compreender o fenómeno da insegurança climática, ou seja, os contextos em que o clima pode representar uma ameaça efetiva ou pelo menos levar a que essa ameaça seja temida e contribuir para quebrar a estabilidade de uma dada sociedade.

“There is little doubt that the cocktail of high environmental vulnerability and future climate change constitutes a significant threat to human security in a broad sense. Loss of rainfall, more extreme precipitation and wind patterns, and an increase in average and peak temperatures may have devastating impacts on livestock and farming. Among the many plausible consequences are escalating food prices, malnutrition and famine, and

increased exposure to diseases, all of which might cause rapid and large-scale human displacement (Brauch et. al, 2012: 44).”

Que as alterações climáticas sejam um fator de instabilidade parece não ser um ponto de disputa entre os especialistas.

Segundo McDonald (2011), a segurança climática tornou-se num tema recorrente no discurso político e é facilmente perceptível uma cada vez maior preocupação, por parte das principais organizações não-governamentais, com o impacto que a degradação ambiental pode ter. Assim, para este autor, o discurso da segurança climática é geralmente focado em pelo menos um de quatro aspetos: os estados-nação, a comunidade internacional, a biosfera ou ainda os cidadãos comuns. Referir um destes tópicos nos discursos sobre segurança ambiental reflete uma preocupação com a forma como estes podem ser negativamente afetados e destabilizados pela progressiva degradação ambiental e mudança no clima. Contudo, importa ir além do discurso político para perceber qual o verdadeiro impacto que as alterações climáticas podem ter.

Já no que diz respeito aos conflitos armados, parece não haver dúvidas de que estes são constante do mundo moderno (sobretudo em países menos desenvolvidos). Veja-se, por exemplo, a Fig. 2, onde surge um mapa dos principais conflitos armados que o nosso planeta enfrentou na primeira década do sec.XXI. Torna-se claro, pois, que a existência destes conflitos se revela uma das principais ameaças que provocam insegurança e instabilidade no mundo dos nossos dias. No entanto, apurar quais são, ao certo, as causas destes conflitos e tentar perceber se existem ou não alguns confrontos que porventura tenham origem em situações de mudança climática (inserindo-se, assim, no âmbito mais alargado da segurança ambiental) trata-se de um ponto mais controverso. Por essa razão, desenvolveu-se toda uma grande corrente de investigação que procurava aprofundar o conhecimento acerca daquilo que pode ser chamado de “segurança ambiental”.

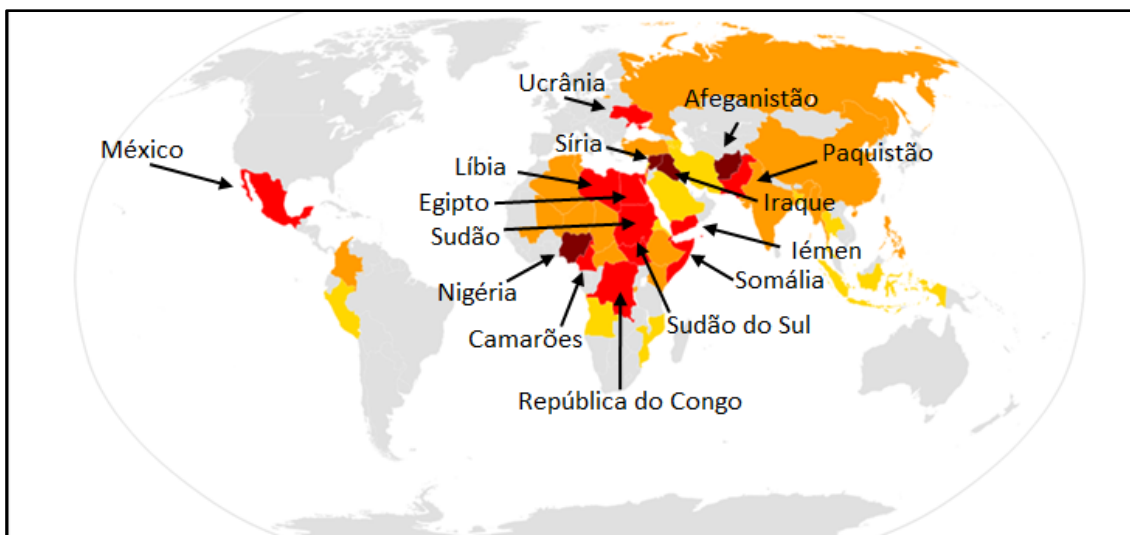


Figura 2 - Locais de conflitos em curso ao redor do mundo, Agosto de 2014

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_conflitos_em_curso

Consultado em Janeiro de 2016

Legenda

- Guerras abertas e conflitos civis, mais de 10 000 mortes reportadas por ano
- Guerras, menos de 10 000 mortes reportadas por ano
- Pequenos conflitos, menos de 1 000 mortes reportadas por ano
- Escaramuças e confrontos, menos de 100 mortes reportadas por ano

O arranque da investigação científica sobre o que na literatura se designou de segurança ambiental (environmental security) ou de conflito ambiental (environmental conflict) remonta ao início de 1970, no entanto, apenas nos anos de 1990 é que se vai consolidar essa investigação e são divulgados os primeiros resultados que apontam para a existência de relações causais entre degradação ambiental e escalada de conflito (Reis, 2016: 233).

Esta vontade de explorar a relação entre alterações climáticas e conflitos deu, assim, origem a alguns estudos importantes e influentes, entre os quais se contam os de Homer-Dixon (1991). Importa, contudo, referir que algumas das primeiras investigações dedicadas ao tema, como as do Grupo de Toronto, não foram capazes de provar definitivamente a existência de uma ligação entre clima e conflitos (Reis, 2016). Atente-se, por exemplo, na seguinte citação:

“The Environmental Security literature is generally rather vague as to how scarcities and environmental shocks translate into elevated conflict risk. Much of the recent climate security discourse seems to assume that environmental change primarily contributes to increasing the underlying, or latent, conflict risk. Catchy phrases, such as ‘threat multiplier’ (CNA 2007) and

'consequences of consequences' (Smith/Vivekananda 2007) point to the indirect, long-term security implications of climate change (Brauch et. al, 2012: 51)."

Este excerto deixa claramente evidenciar um certo ceticismo em relação à possibilidade de se avaliar concretamente quais as implicações das mudanças climáticas para a estabilidade política e social. Tal ceticismo é confirmado, pouco depois, na conclusão do artigo científico em questão,

"The true relationship between environmental change and armed conflict remains unresolved. So far, there is little solid evidence of a systematic connection, and the regression analysis presented above substantiates this non-result. This suggests that other factors, such as poor governance, large heterogeneous populations, societal inequalities, poor economic performance, and a conflict-prone neighborhood are more important in explaining variations in conflict risk (Brauch et. al, 2012: 52)."

Tendo em conta o que é dito nesta citação, parece ser impossível avaliar com segurança qual a extensão da influência que as alterações climáticas podem ter sobre o despoletar de novos conflitos.

Todo um conjunto de fatores (aparentemente mais importantes do que o clima) que incluem causas económicas e sociais, deverão ser apontados como a principal explicação para o despoletar de conflitos armados nos países mais empobrecidos. Tal conclusão deixa-nos, contudo, insatisfeitos, na medida em que existe literatura académica que sugere que, apesar de ser impossível apresentar definitivamente uma prova da relação entre clima e conflitos, existem ainda assim indícios suficientes para defender a sua existência. Tendo em conta a importância que o clima pode assumir enquanto fator de estabilidade, parecer-nos-á bastante desavisado excluir de forma tão determinante o impacto da insegurança climática no despoletar de guerras e conflitos.

Torna-se, pois, importante rever as principais teorias e explicações científicas encontradas na literatura académica sobre o tema, e que já tem vindo a ser escrita desde os anos 80, altura em que, pela primeira vez se começou a abordar seriamente o tópico das alterações climáticas e do aquecimento global. Apesar de nem todas as teorias e modelos explicativos responderem completamente às questões que nos preocupam e estabeleceram e confirmaram uma relação efetiva entre os conflitos e o clima, é a revisão destas teorias que nos permitirá encontrar um modelo teórico que nos permita avançar no estudo.

Para Wirth (1989) as alterações súbitas no clima e os desastres a elas associados poderiam trazer uma instabilidade política suficientemente grande para alterar as relações de poder entre vários países e, dessa forma, originar conflitos internacionais. Outros, como Ophlus (1977) argumentaram ainda que tais conflitos teriam lugar entre as nações mais empobrecidas, parcas em recursos fundamentais, e as nações mais desenvolvidas, cujas riquezas seriam fonte de cobiça. Outros ainda, como Homer-Dixon (1991) e Baechler (1999), defenderam que muitos dos conflitos podem ter origem devido a rivalidades entre grupos étnicos que lutariam entre si pela posse de bens essenciais e ou recursos naturais.

As secas, a destruição de colheitas e o consequente declínio económico poderiam, pois, originar uma instabilidade política e social com a qual os países menos desenvolvidos não seriam capazes de lidar e que acabaria por desembocar em inúmeros conflitos civis ou mesmo à escala internacional (Baucher et.al, 2012). Atente-se, por exemplo, na seguinte citação, que resume satisfatoriamente esta visão da instabilidade ambiental,

“A range of atmospheric, terrestrial, and aquatic environmental pressures will in time probably produce, either singly or in combination, four main, causally interrelated social effects: reduced agricultural production, economic decline, population displacement, and disruption of regular and legitimized social relations. These social effects, in turn, may cause several specific types of ethnic groups, and civil strife and insurgency, each with potentially serious repercussions for the security interests of the developed world (Homer-Dixon, 1991: 78).”

É também da autoria de Homer-Dixon o primeiro modelo teórico explicativo que permite classificar os diferentes tipos de conflitos originados pelas alterações climáticas (ver Figura 3).

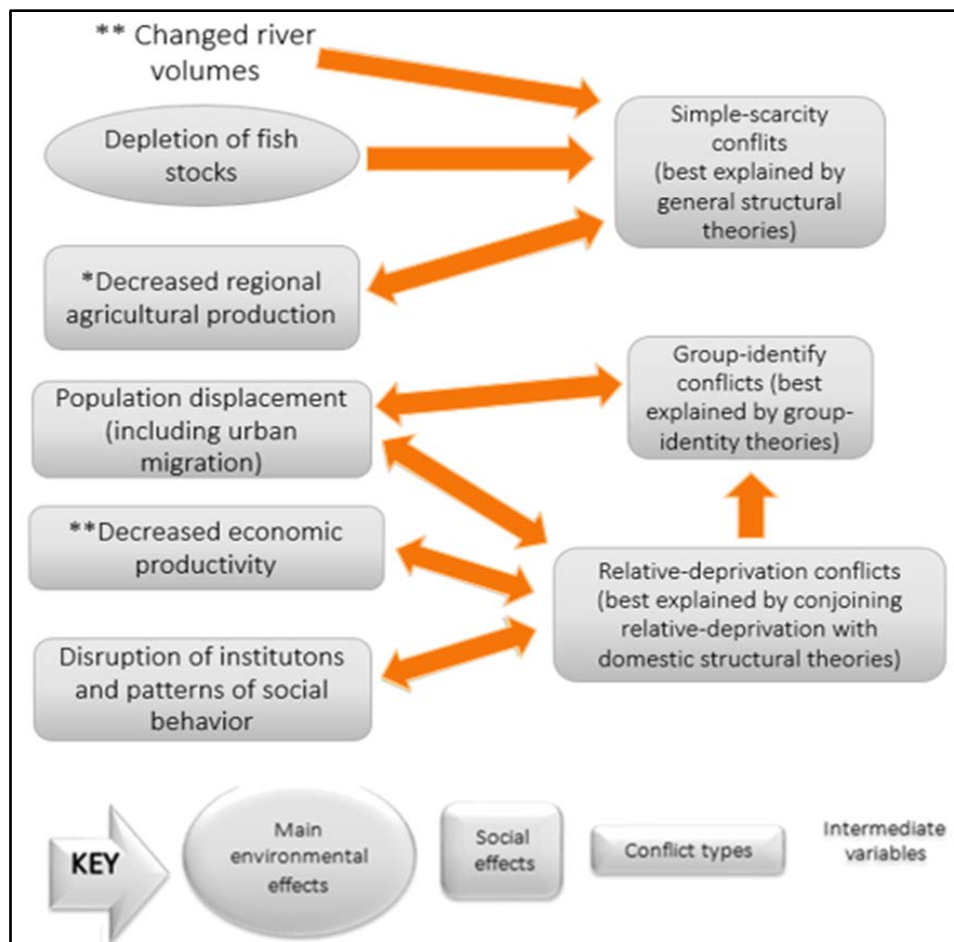


Figura 3 - Os tipos de conflitos que podem ter origem nas alterações climáticas

Fonte: Homer-Dixon (1989)

Segundo este autor, diferentes tipos de efeitos ambientais, quando combinados com efeitos sociais, podem dar origem a diferentes conflitos que podem ser classificados da seguinte maneira:

- **Conflitos com base na simples escassez**- que são explicados através de teorias estruturais e que ocorrem quando, em situações de grande escassez, os diferentes atores afetados ponderam agir de maneira a resolver o problema que enfrentam devido a essa mesma escassez. Os confrontos violentos com outros atores (sobretudo estados) que possuam os recursos necessários podem, assim, tornar-se numa opção válida, como refere Homer-Dixon (1991), e apesar de os conflitos entre estados terem vindo a diminuir na segunda metade do século XX, é em guerras internacionais que este tipo de escassez tende a resultar

A escassez de água, produção agrícola e produção de gado encontram-se, segundo o autor, entre os principais exemplos de situações de escassez que podem desembocar em conflitos armados. Um exemplo de um conflito deste género é dado pelo autor: com as

desavenças entre a Síria e a Turquia, surgidas nos anos 80, por causa do sistema de irrigação do Rio Eufrates que a Turquia planeava construir, e que, apesar de facilitar o acesso aos recursos hídricos por parte da população turca, poderia prejudicar a população síria neste mesmo aspeto. Registe-se que esta disputa, contudo, não resultou num conflito armado.

- **Conflitos de Identidade de Grupo**- que podem ser explicados através de teorias de identidade de grupo (Baechler, 1999) e que têm lugar quando, numa situação problemática os laços identitários com os membros mais próximos de um grupo étnico reforçam a aversão para com todos os grupos estranhos. Quando a luta pela sobrevivência se torna necessária devido à escassez ou a qualquer outra ameaça, os conflitos armados entre diversos grupos étnicos tornam-se uma realidade bastante comum (Homer-Dixon, 1989). A deslocação e migração forçada de grandes porções de população (que, como iremos ver, pode também ter origem em alterações climáticas) aumenta ainda mais o risco de que ocorram conflitos deste tipo.

- **Os conflitos de privação relativa**- que são explicados por teorias da privação relativa, e que remetem para as clivagens entre os estados e respetivos cidadãos. Assim, este tipo de conflitos teria origem quando países em situação de desenvolvimento (mas que ainda não atingiram os níveis dos países mais avançados) enfrentam uma situação de relativa escassez devida a alterações climáticas. É a perceção subjetiva, por parte dos cidadãos, de que o estado deveria oferecer melhores condições de vida do que aquelas com que de momento se vive, que pode estar na origem de revoltas civis e mesmo revoluções e mudanças de regime. Segundo Brauch et. al. (2012: 45),

“Environment-induced economic shocks might heighten the risk of conflict in two ways. First, loss of state revenues due to less taxation and fewer exports and other income-generating activities may result in a widening wealth gap between the privileged (i.e. political elites and their supporters) and the discriminated against segments of society. Moreover, it can reduce the government’s capacity for counter-insurgency (e.g. monitoring, policing, military fighting power) and its ability to deliver public goods.”

Resumidamente, é possível concluir que os três tipos de conflitos, apontados por Homer-Dixon, remetem, respetivamente, para guerras entre estados que procuram libertar-se da escassez, conflitos entre grupos étnicos nos quais se reforça a identidade de

grupo e ainda revoltas internas motivadas pela sensação de injustiça social (Veja-se o Quadro 1, que resume sucintamente este tópico).

<u>Tipo de conflito</u>	<u>Objetivo Pretendido</u>	<u>Âmbito do conflito</u>
Simple escassez	Alívio da escassez	Internacional
Identidade de grupo	Reforçar a identidade de grupo	Internacional ou Interno
Privação Relativa	Justiça Distributiva	Interno

Quadro 1 - Principais Tipos de Conflitos provocados pelas alterações ambientais

Fonte: Homer-Dixon (1989)

Para além do modelo teórico proposto por este autor, é importante apontar ainda nomes como o de Kahl (2006) e Reardon & Taylor (1996), que abordaram também a forma como as relação entre as instituições estatais e as populações afetadas por alterações climáticas podem dar origem tanto a confrontos étnicos como a revoltas contra o estado. A exclusão da vida política, a discriminação racial (Albala-Bertrand, 1993) bem como os mecanismos de autoritarismo estatal podem criar clivagens entre o estado e a população bem como a descontentamentos que desembocam ou na revolta popular ou no reforço da identidade étnica e subsequentes conflitos (Gurr, 2000).

Levando em conta tudo o que ficou dito, é, pois, bastante natural que se conclua que os países menos desenvolvidos se encontram numa situação mais frágil no que diz respeito ao impacto das alterações climáticas sobre os poucos recursos de que dispõem o que, por sua vez, levará mais facilmente à eclosão de conflitos dos mais variados tipos. A juntar à escassez de recursos, surge ainda um fator importante que é o da fragilidade política (Collier et-al, 2013), uma vez que, quando as alterações climáticas têm lugar em estados bastante frágeis se torna mais provável que as instituições políticas não possuam os meios para assegurar a justiça distributiva na ajuda prestada aos grupos excluídos e que as revoltas e mesmo revoluções despoletem com um recurso à força. Novamente segundo Brauch et. al. (2012: 81),

“Responding to climate change in fragile situations needs to be rethought and redefined, recognizing a number of crucial issues. A central characteristic of fragile states is that the political and economic elite is organized so that it has privileged access to economic and political opportunity – so it can keep power, in other words. This predominates over the principle that society’s leaders should provide for the most basic needs

for their poorest citizens. It also complicates the received wisdom in development practice that prioritizes putting development assistance funds into the hands of recipient state governments. It is, therefore, important to look at what effect climate change will have on the ability of social elites to retain or capture economic and political resources.”

O que vimos até aqui foi que pode existir uma ténue relação (muitas vezes quase impercetível) entre as alterações climáticas e a segurança e estabilidade de uma dada sociedade. É ao trazer a insegurança e a instabilidade que as alterações climáticas podem dar origem a um grande número de conflitos cujas características específicas foram já abordadas.

Refira-se novamente que, apesar das diversas teorias e modelos explicativos aqui apontados é importante ter em conta que a relação entre a segurança, estabilidade, conflitos e alterações climáticas, é demasiado complexa para ser resumida através de uma única explicação.

Numa avaliação global, todos os tipos de conflitos, com a sua complexidade, rejeitam explicações mono casuais

Por essa razão, é importante ter em conta que existe uma interação de variáveis, que se relacionam entre si das mais diversas maneiras e que podem levar à eclosão de conflitos devido a uma sucessão complexa de eventos (Buhaug et. al. 2012). Reconhecer este fato não implica, contudo, que se aceite totalmente a visão cética que diz ser impossível demonstrar qualquer relação entre alterações climáticas e os conflitos. Pelo contrário, é reconhecer que, num fenómeno demasiado complexo para ser resumido a uma única variável explicativa, a variável do clima pode assumir uma importância bastante digna de nota.

Veja-se a Figura 4 para que se perceba a forma como esta interação tem lugar: as **mudanças climáticas** poderão causar um impacto sobre as **necessidades humanas** que se relacionam com as **dinâmicas populacionais** e as **instituições políticas e socioeconómicas**. A **Instabilidade Política, social e económica** levará, posteriormente, à origem de **conflitos armados** que podem ocorrer tanto a nível internacional como serem regionais e referir-se a conflitos entre grupos étnicos, estados ou mesmo a revoltas de uma população contra um estado.

Refira-se que, como se pode verificar na Figura 4, esta sucessão de etapas nem sempre é linear e que diferentes caminhos para os conflitos podem ter lugar. Ainda assim, é pertinente que retenhamos a sucessão acima apresentada, sem excluirmos, contudo,

outras que possam surgir (um outro modelo explicativo, embora bastante mais simplista, é apresentado na Figura 5, colocando em jogo as variáveis das alterações, recursos, estabilidade e segurança).

Investigar, no contexto deste trabalho, o processo que leva ao surgimento de conflitos, partindo das alterações do clima, implica que se questione, de uma maneira ou de outra, a possibilidade de surgirem novos caminhos para os conflitos e de que maneiras pode uma alteração climática acabar por desembocar no surgimento de um conflito.

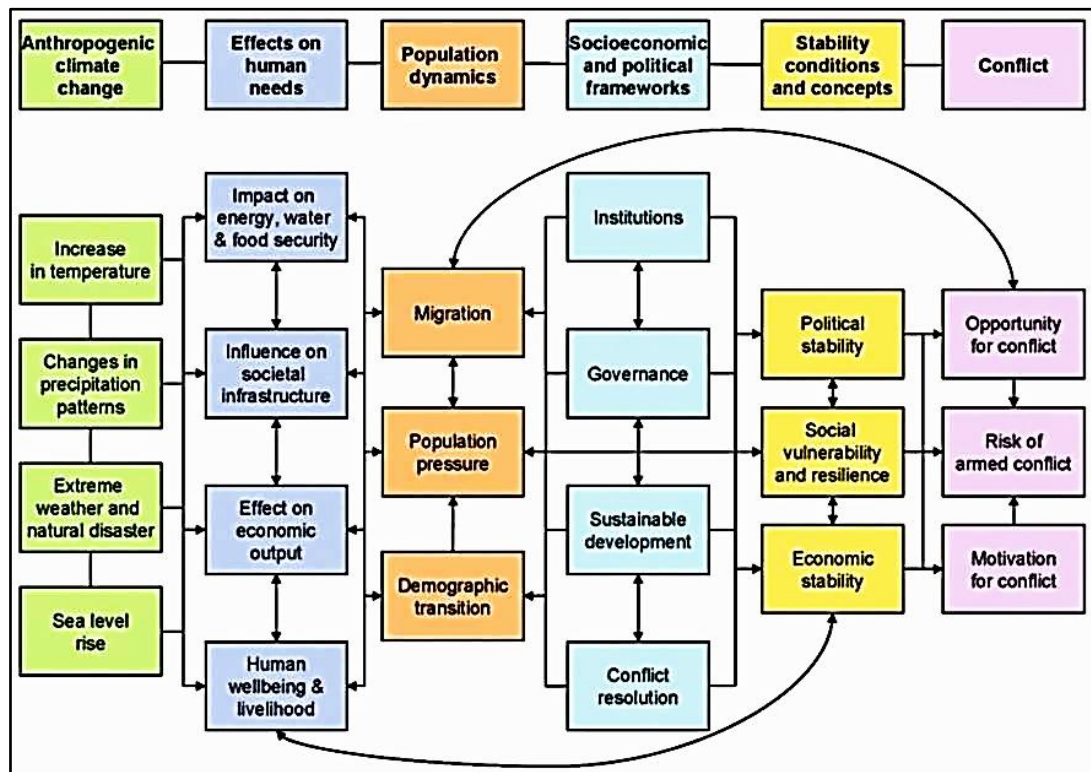


Figura 4- Possíveis caminhos que levam das alterações climáticas até aos conflitos armados

Fonte: Brauch et. al. (2012)

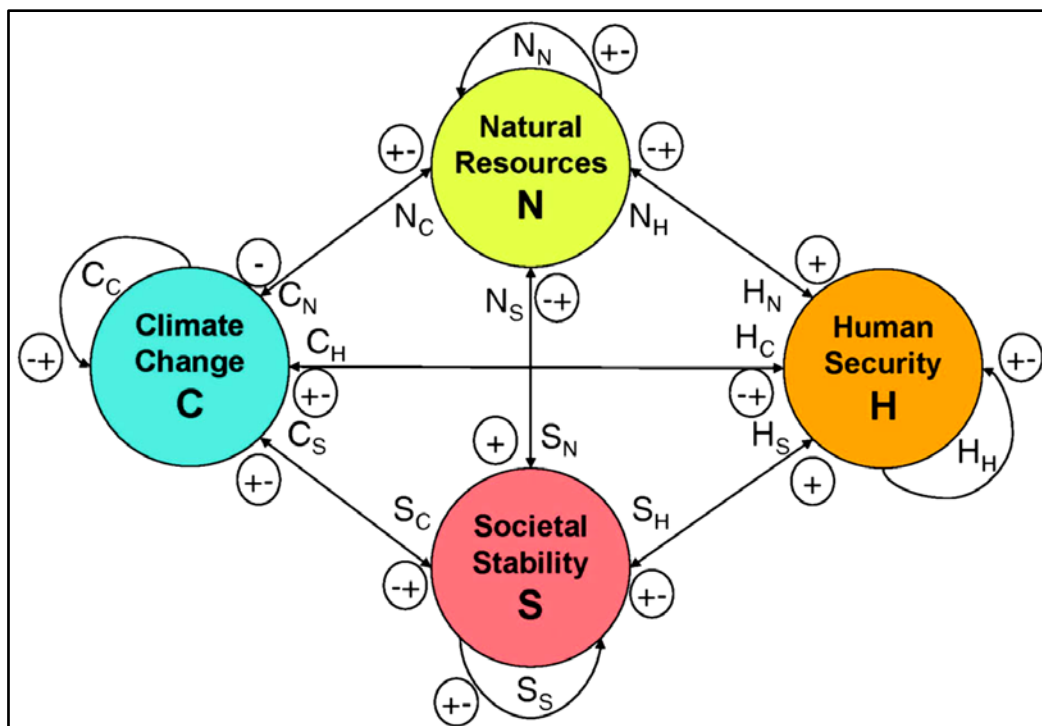


Figura 5 - Possíveis interações entre as componentes sociais e as alterações climáticas

Fonte: Brauch et. al. (2012)

Segundo o modelo apresentado na Fig.5, as alterações climáticas, a estabilidade social, a segurança humana e os recursos naturais influenciam-se mutua e reciprocamente, não existindo, portanto, uma forma linear de explicar as ameaças à sociedade e a forma como estas poderão ter origem no clima. Assim, a instabilidade social pode ser influenciada pelas alterações climáticas, mas sem que tal exclua a necessidade de incluir outras causas como explicação do despoletar de conflitos ou outras situações de insegurança.

2.3.2. A relação entre as alterações climáticas e as migrações forçadas

Se já se tornou óbvia a complexidade da interação entre os vários fatores que surgem como importantes no processo que leva ao surgimento de conflitos (reveja-se a Figura 5), torna-se também bastante compreensível que a relação entre alterações climáticas e migrações forçadas e deslocações de populações não exibirá menor complexidade e que, muitas vezes, apenas indiretamente se possa estabelecer uma conexão entre as mudanças no clima e este fenómeno demográfico. Por essa razão, um levantamento teórico que permita descobrir alguns dos principais modelos explicativos relativos a este tópico revela-se particularmente relevante.

“The impacts of anthropogenic climate change are expected to lead to large-scale population displacements and migrations in the coming decades, with the potential to create instability and conflict in the most vulnerable regions” diz-nos McLeman (2011): De igual modo, e segundo Brauch et. al. (2011: 91), “*Climate change will fundamentally affect the lives of millions of people who will be forced over the next decades to leave their villages and cities to seek refuge in other areas*”.

Tendo em conta estas afirmações, é possível perceber-se que o impacto das alterações climáticas sobre as movimentações e alterações demográficas de populações se trata de um fenómeno de que os investigadores têm consciência. No entanto, a complexidade do mesmo (Laczko e Aghazarm, 2009), bem como a impossibilidade, muitas vezes em, estabelecer ao certo quais as movimentações de população que foram efetivamente influenciadas pelas alterações no clima (veja-se novamente a Figura 4), o tema sofre de uma falta de clareza teórica e concetual que ainda não foi totalmente ultrapassada (El Hinnawi, 1985). Ainda assim, é importante que nos debrucemos sobre este tópico e tentemos encontrar a melhor forma de o enquadrar teoricamente.

Parte das confusões e dificuldades das investigações advém do fato de, desde os primórdios da humanidade, diversos tipos de comunidades nómadas terem sido obrigadas a adotar um estilo de vida em que mudavam constantemente de local de habitação, consoante este lhes fosse ou não propício (ACPOBS, 2011). Contudo, a estas mudanças de climas naturais, deve acrescentar-se, nos dias de hoje, as que são indiretamente provocadas por atividades antropogénicas e que incluem, entre outras, chuvas ácidas, secas prolongadas e inundações inesperadas.

Quando os impactos destas alterações (que, como já se disse podem ser tanto repentinas como de longa duração) se fazem sentir sobre os recursos naturais ou a estabilidade do local onde se vive, as populações optam, muitas vezes, por abandonar a sua residência e deslocar-se para outros pontos dentro do mesmo país ou para outra nação próxima. Sempre que, entre as causas que originaram as migrações, se encontra uma que esteja diretamente relacionada com o clima, podemos dizer que estamos perante um caso de migração devido a alterações climáticas, restando, ainda assim, alguns casos duvidosos em que as alterações podem ou não surgir como uma influência direta para explicar a movimentações populacionais (Government Office for Science, 2011).

Neste contexto, e de maneira a clarificar alguns pontos menos claros, importa sempre tentar classificar o tipo de migração em questão, que pode ser interna ou internacional,

forçada ou voluntária, de curta ou longa duração (ACPOBS, 2011). Estes tópicos, bem como as questões mais complexas relacionadas com as migrações podem ser compreendidas através do modelo teórico que vem exposto na Figura 6.

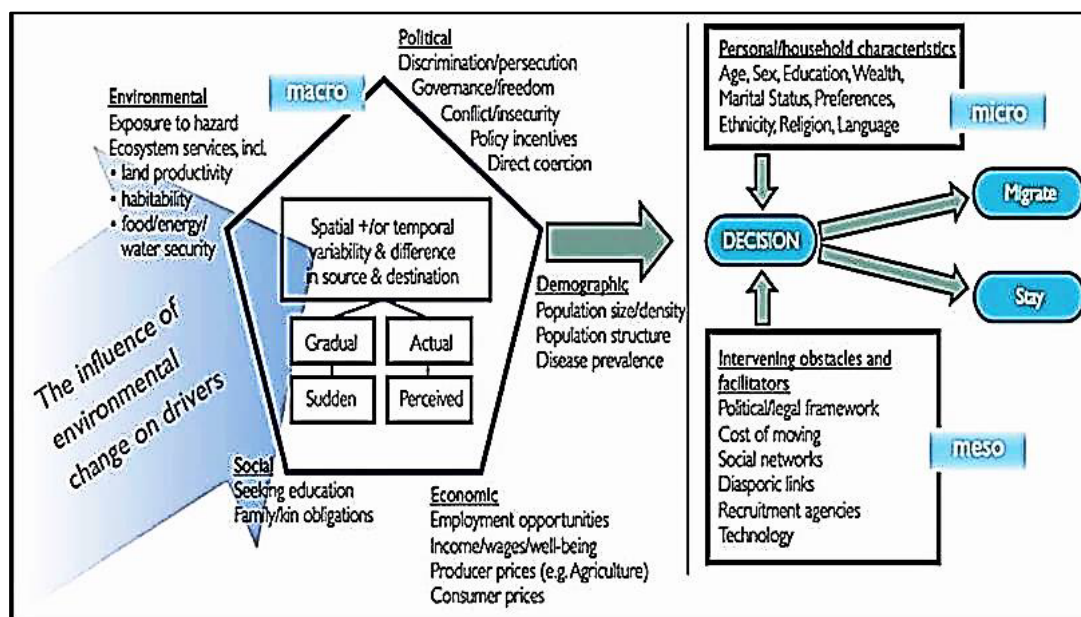


Figura 6 - Os impulsionadores da migração e a influência das mudanças ambientais

Fonte: Government Office for Science (2011)

Segundo este modelo teórico a migração é influenciada por cinco tipos de fatores impulsionadores (“drivers”) a saber:

1)Políticos,2)demográficos,3)económicos,4)sociais e 5)ambientais. As alterações ambientais tornam-se então um fator bastante importante na medida em que a sua ocorrência, em conjunto com todos os outros fatores impulsionadores, bem como a sua duração e a forma como elas são percebidas influenciam um indivíduo e podem levar a que este pondere tornar-se num migrante. A decisão de partir do local em que se vive (e o local para onde se vai) é então tomada (ou rejeitada) de acordo com as características individuais de cada pessoa, bem como os fatores que facilitam ou dificultam (nalguns casos impossibilitam mesmo) a deslocação. Importa referir que, por vezes, quando uma alteração climática se revela demasiado repentina, não se pode falar de uma verdadeira escolha ou decisão, na medida em que a migração se torna uma necessidade absoluta para a sobrevivência.

São ocasiões de catástrofes naturais inesperadas aquelas em que mais avisadamente se pode utilizar o conceito de “refugiado ambiental” ou ainda de “refugiado climático”. Este último conceito é particularmente controverso e não é utilizado por todos os

especialistas na matéria, uma vez que a sua própria definição se torna problemática. O termo “refugiados ambientais” pode ser definido da seguinte maneira:

“people who have been forced to leave their traditional habitat, temporarily or permanently, because of a marked environmental disruption (natural and/or triggered by people) that jeopardized their existence and/or seriously affected the quality of their life (El-Hinnawi 1985: 4).”

Este conceito pode, então, abarcar também o de “refugiado climático” que, sendo mais difícil de definir, pode, ainda assim, remeter para o conjunto de pessoas que se encontre numa situação semelhante à dos refugiados ambientais, mas cujo evento que esteve na origem da sua partida foi concretamente causado pelas alterações climáticas (Brauch et al, 2012; Bierman & Boas, 2010).

"Em suma, nós definimos" refugiados climáticos, como pessoas que têm que deixar o seu habitat natural, imediatamente ou num futuro próximo, devido a alterações bruscas ou graduais no seu ambiente natural e relacionados com pelo menos um dos três impactos das mudanças climáticas (aumento no nível das águas do mar, eventos climáticos extremos, e a seca/escassez de água (Brauch et al, 2012: 292). "

Assim, no contexto deste trabalho, a expressão “refugiado ambiental” será usada para referir todos os que abandonam o seu local de origem devido à insegurança ambiental, sendo o termo “refugiado climático” reservado para os que se deslocaram devido a um acontecimento concretamente provocado por alterações climáticas.

Compreender o cenário das crises humanitárias do século XX implica necessariamente levar em conta o fenómeno dos refugiados, uma vez que “an analysis of the recente past reveals that a certain times during the period between 1960 and 2010, refugees accounted for a considerable part of the total number of international migrants (up to 12%). This percentage grew slowly in the 1990’s” (Requena, M, 2015: 55).

O uso do conceito que aqui adotamos não impede, contudo, que persista uma indefinição generalizada no que toca a este tipo específico de refugiados, o que tantas vezes leva a que exista uma incapacidade, por parte das instituições e organismos competentes, em responder aos problemas dos migrantes. É possível, ainda assim, encontrar algumas brechas legais que permitem que os refugiados climáticos sejam enquadrados nalgum tipo mais abrangente de refugiado, como surge explicado no Quadro

2, que inclui também informação sobre a natureza das migrações, possíveis cenários e regiões potencialmente mais afetadas por eles.

Cenário	Natureza da migração	Regiões mais afetadas	Proteção legal	Brechas legais
Catástrofe Natural	Movimentações temporárias e voluntárias, mas pode também ocorrer relocações forçadas e permanentes	Áreas costeiras: China, Índia, Indonésia, etc.	Protegidos por leis internacionais de direitos humanos	As movimentações internacionais não podem ser abrangidas pelos parâmetros da UNHCR, que dizem respeito a refugiados que foram expulsos por razões de discriminação étnica, religiosa ou semelhantes
Degradação ambiental lenta	Processo gradual que começa com migrações voluntárias	África Subsariana, Ásia Central, América Latina	Protegidos por leis internacionais de direitos humanos e de refugiados ou pela legislação do país a que se dirigem, no caso de migrações externas	O estatuto de “refugiados ambientais” é questionável para a aplicação de várias leis internacionais
Ilhas submergidas	Processo gradual que começa com movimentações voluntárias que podem tornar-se forçadas e permanentes com a perda de território	Estados formados por pequenas ilhas	Protegidos por leis internacionais e pela UNHCR	O desaparecimento do estado a que pertencem pode deixar uma brecha legal pelo que os refugiados se tornam responsabilidade da UNHCR
Conflitos	Fuga das regiões de conflito (Os casos do Burundi e da Síria, como veremos enquadram-se neste contexto)	África Subsariana e outras zonas com poucos recursos	Além das leis internacionais de direitos humanos, protegidos pela Convenção de Refugiados de Genebra, em caso de perseguição provada	A proteção só pode ser concedida em casos em que a perseguição é comprovada
Expropriação	Relocação forçada interna e permanente	Estados que tendem a sofrer catástrofes e carecem de recursos	Possivelmente protegidos por leis nacionais	Não existe uma legislação internacional indicada

Quadro 2- Natureza dos vários tipos de migração relacionados direta ou indiretamente com o clima

Fonte: http://focus-migration.hwwi.de/Climate_change_and_m.6239.0.html?&L=2

² Consultado a 16 de Novembro de 2015.

Como se pode ver por esta tabela, a África Subsariana surge-nos imediatamente como uma das regiões mais afetadas tanto pela degradação ambiental lenta como pelos conflitos, algo que apenas vem fortalecer a ideia de que esta região do globo deve ser sempre tida em conta quando se aborda o tema das alterações climáticas e da instabilidade social que a elas se pode dever (o que reforça a necessidade de se usar um país desta região num estudo de caso como o nosso). É precisamente para esse estudo que devemos agora prosseguir, não sem que antes, contudo, se apresente um breve resumo do cenário social e político do Médio Oriente e da África Subsariana, de maneira a contextualizar o nosso trabalho.

2.4. Atual Cenário político de África e Médio Oriente: breve contextualização

A expressão África Subsariana remete para a região do continente africano que se situa a sul do deserto do Saara (ver Figura 7), habitada por cerca de 800 milhões de pessoas e dividida em quarenta e nove países. O seu clima está dividido em várias zonas climáticas que incluem desde o clima de deserto ao clima tropical.

No que diz respeito ao cenário político e social, é possível dizer-se que este tem sido particularmente conturbado desde a altura em que, por volta dos anos 50, as primeiras nações começaram a ganhar a sua independência das potências europeias colonizadoras e a viver sob regimes ditatoriais (sendo a África do Sul uma das poucas exceções) ditaduras essas que, no contexto da Guerra Fria, se alinhavam ora com o Ocidente ora com a União Soviética.

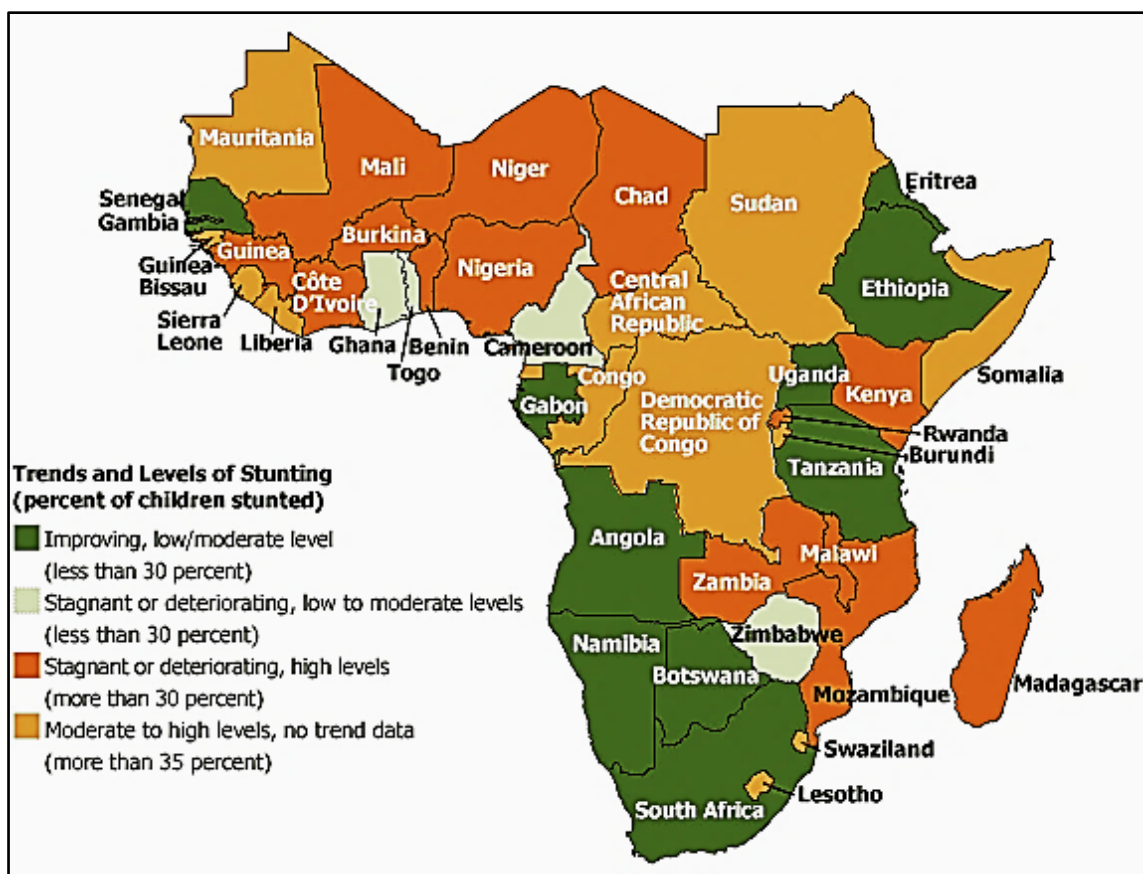


Figura 7- Mapa da África Subariana

Fonte: <http://www.prb.org/Publications/Articles/2008/stuntingssa.aspx3>

Atualmente, a maior parte dos países continua a viver sob regimes que dificilmente podem ser classificados como democráticos e cujas revoltas civis trazem ocasionalmente instabilidade à região (como se verá, o Burundi é um dos países que se encontra nesta situação). Não menos graves são os conflitos étnicos e religiosos que afetam ainda hoje países como a Nigéria (que se encontra de momento a lidar com uma organização terrorista conhecida pela designação de Boko Haram) ou o Ruanda que há relativamente pouco tempo (mais precisamente nos anos 90) eclodiram conflitos que originaram massacres entre as etnias envolvidas (tutsis e hutus).

Em apenas cem dias em 1994, cerca de 800 mil pessoas foram massacradas no Ruanda por extremistas étnicos hutus. Eles vitimaram membros da comunidade minoritária tutsi, assim como todos os adversários políticos, independentemente da sua origem étnica

³ Consultado a 16 de Novembro de 2015.

A deficiência das instituições políticas dos países subsarianos, aliada a uma grande dificuldade no acesso a recursos básicos para a sobrevivência humana, fazem com que os países da África Subsariana se encontrem entre os mais empobrecidos do mundo (com uma boa parte da população a viver abaixo do limite considerado aceitável nos países mais desenvolvidos). São também os países em que mais vezes ocorrem catástrofes políticas e humanitárias que colocam em causa a garantia dos direitos humanos.

Já a zona conhecida como Médio Oriente refere-se aos países asiáticos que se situam próximos do Mar Mediterrâneo, incluindo também o Egito, a Península Arábica e o Irão (ver Figura 8). É composto por dezassete países e a maioria das suas regiões apresentam um clima árido e quente.

A instabilidade política que ainda hoje ali se vive tem as suas origens nos tempos do Império Otomano e posterior período de independência por parte das nações que fazem parte desta região do globo (independência essa que foi promovida pela Inglaterra e França, então grandes potências coloniais, mas sem que se respeitasse verdadeiramente a vontade dos povos e etnias que compunham os países em questão⁴). A implementação de regimes ditatoriais (seculares ou fundamentalistas) ao longo das últimas décadas (entre os quais se conta o da família Assad na Síria e o de Saddam Hussein no Iraque) deu origem a um conjunto de revoltas populares (conhecido como Primavera Árabe) que, por sua vez, estiveram na origem de uma série de conflitos que ainda hoje destabilizam a região.

⁴ Um dos casos mais emblemáticos remete para a zona do Iraque, onde a vontade dos Curdos de possuir uma nação independente acabou por não ser respeitada.



Figura 8 - Mapa do Médio Oriente

Fonte: <http://www.raiadiplomatica.com/318?lang=es5>

Este enquadramento teórico serviu, portanto, para se perceber que o aquecimento global e as alterações climáticas criadas por seres humanos representam um grave desafio para as comunidades humanas das próximas décadas. Entre as inúmeras consequências do impacto as alterações contam-se a insegurança, a instabilidade e, através de uma sequência de fatores nem sempre discernível, o despoletar de conflitos. A deslocação maciça de pessoas e o surgimento de refugiados (ditos “ambientais” ou “climáticos”) será também uma das muitas consequências indiretas destas alterações climáticas.

⁵ Consultado a 16 de Novembro de 2015.

3. METODOLOGIA

Como vimos através do enquadramento teórico, o tema das alterações climáticas (e aquecimento global) e seu impacto nas sociedades humanas (com especial destaque para o surgimento de conflitos e migrações forçadas) revela-se particularmente preocupante e, acima de tudo, complexo, e citando Dawn Chatty “esta será a questão central nos próximos cem anos”.

A forma como os mais diversos fatores (ver Fig.4) interagem entre si revela que o caminho que, partindo das alterações climáticas, desemboca no surgimento de um conflito armado é particularmente complexo e não pode ser abordado sem que se tenha consciência de tal.

Se recordarmos o esquema que vem exposto na (Figura 4 na página 28) percebemos que existe uma multiplicidade de caminhos que podem fazer com que, partindo de uma alteração climática antropogénica, se chegue à eclosão de um conflito armado. Assim, de uma maneira simplificada, podemos dizer que uma alteração climática (**componente 1**), com os impactos que esta causa sobre as sociedades humanas (**componente 2**), e subsequentes dinâmicas demográficas, que podem incluir as migrações forçadas (**componente 3**) se chegue a um ponto em que o contexto político e económico (**componente 4**) e o tipo de estabilidade vivida na região (**componente 5**) permitam o eclodir de conflitos armados. No entanto, é importante verificar que este caminho não se reflete num processo linear, uma vez que, como também referimos, alguns destes pontos podem influenciar ou ser influenciados por outros de maneiras inesperadas ou, pelo menos, difíceis de destringir. Assim, as migrações tanto podem ocorrer como consequência de conflitos (casos em que a população se vê obrigada a abandonar os locais onde viviam) como podem ser a causa desses conflitos (quando a deslocação maciça leva ao despoletar de conflitos étnicos ou tribais, entre outros).

De igual modo, explicar as migrações no contexto das alterações climáticas torna-se particularmente difícil, uma vez que as mudanças no clima representam apenas um dos muitos fatores que podem contribuir para a decisão de abandonar a região natal (ver Figura 6, na página 31). Ainda assim, é importante ter em conta que as catástrofes causadas pelas alterações podem surgir como um incentivador que, quando combinado com todo um conjunto de outros fatores, pode levar à decisão de mudar de local de habitação.

3.1. Pergunta de partida e objetivos principais

Tendo em conta tudo o que fica dito acerca do tema das alterações climáticas e instabilidade no enquadramento teórico, importa agora avançarmos na investigação da problemática de maneira a acrescentarmos mais informação e conhecimento ao estudo sobre o tópico. É esta uma boa altura para recordar aquilo que ficou dito na introdução acerca da pergunta de partida e principais objetivos destes trabalhos. Assim, as duas perguntas a que tentaremos responder são as seguintes:

- Qual a relação entre as alterações climáticas e o atual cenário político na África Subsariana e no Médio Oriente

- De que forma a legislação dos países da União Europeia se prepara para acolher os migrantes vindos de países menos desenvolvidos e que medidas concretas apresentam em relação ao acolhimento dos chamados “refugiados climáticos”??

A segunda pergunta, ainda que algo secundária no contexto do nosso trabalho, torna-se no entanto relevante pois remete para a questão tão atual do impacto de migrações sobre os países de acolhimento e a forma como estes reagem perante a chegada de um número maciço e inesperado de pessoas (problema que é enfrentado neste preciso momento por alguns países europeus com a chegada de tantos refugiados vindos maioritariamente da Síria, embora existam também refugiados oriundos de outros países da região). Assim, responder a esta questão implicará uma análise da legislação existente, especificamente focada na resposta às deslocações motivadas pelas mudanças climáticas (ou seja, no caso dos chamados “refugiados climáticos” ou “refugiados ambientais”, definição que damos noutro capítulo deste trabalho, páginas 29 e 30). O principal objetivo é, assim, o de verificar se a legislação atualmente em vigor na UE discrimina a situação específica deste tipo de refugiados e, caso o faça, quais as soluções e estratégias que apresenta no sentido de combater os problemas enfrentados por este grupo de pessoas.

Já a primeira questão revela-se mais complexa devido às dificuldades de se destringir causas e consequências dentro deste fenómeno. Ainda assim, podemos dizer que os principais objetivos gerais desta questão são os de conduzir a uma maior compreensão acerca da forma como se processa a relação complexa de causa e efeito entre as alterações no clima e os conflitos civis, internacionais ou as revoluções e protestos contra um dado regime ou governo.

Dada a multiplicidade de fatores que entram em jogo é importante que não nos limitemos à análise de um único caso de entre os que, atualmente, se vão multiplicando no panorama do Médio Oriente e da África Subsariana, daí a nossa escolha de dois casos um de África e outro do Médio Oriente, pese embora pudéssemos citar/escolher casos de outras regiões, nomeadamente o Sudoeste Asiático. Tratam-se de situações de conflitos, revoltas ou migrações maciças que contribuem para a instabilidade política da região e que podem ou não ter uma origem indireta em alterações no clima. Informação mais precisa sobre estes casos será indicada de seguida, ao mesmo tempo que se discutem as questões da metodologia e dos instrumentos de recolha.

3.2. Natureza do estudo, método, metodologia e instrumentos de recolha de dados

Qualquer estudo científico que se queira rigoroso e credível necessita de ser conduzido por um conjunto de regras e técnicas específicas que orientem o investigador nas decisões que este toma ao longo de todo o processo de pesquisa. Assim, torna-se importante ter em conta as questões relacionadas com o método, a metodologia, e com as técnicas de investigação (três termos que são, por vezes usados, indiferentemente mas cujas distinções se torna importante esclarecer).

A expressão “metodologia” remete para o estudo dos métodos a usar, uma avaliação das etapas a percorrer ao longo de uma investigação com o objetivo de se determinar quais os melhores passos a tomar (Pardal e Lopes, 2011). De certa maneira, é possível dizer que a metodologia é a ciência que estuda o método e que o sistematiza de forma coerente e científica.

No sentido mais lato do termo, o “método” no estudo científico refere um conjunto de normas que orientam todo o percurso do investigador e lhe permitem escolher determinadas técnicas de investigação ou tomar decisões estratégicas importantes em alguns momentos da pesquisa (Grawitz, 1996). Assim, um dos pontos que mais importa clarificar é o que se refere à distinção entre os métodos quantitativos e qualitativos. Quando falamos em método quantitativo referimos, regra geral, um conjunto de normas científicas aplicadas a dados mensuráveis que se pretende analisar tendo em conta a sua quantificação (Deslandes e Minayo, 2008). Por outras palavras, as abordagens quantitativas lidam com números e quantificações, dados e variáveis entre os quais se pode estabelecer relações de interdependência recorrendo a estratégias como a da análise

estatística (Grawitz, 1996). Já o método qualitativo não lida diretamente com dados objetivamente quantificados, mas antes com dados subjetivos e pessoais, sendo os mais indicados para abordar e enquadrar informações que tenham sido recebidas através de entrevistas ou textos de cariz subjetivo (Deslandes e Minayo, 2008).

Se o método quantitativo se torna mais indicado para situações em que se lida com amostras de população relativamente grandes, já os métodos qualitativos tornam-se mais pertinentes quando lidamos com uma amostra pequena e impossível de ser usada para quantificações de cariz mais geral. Assim, tendo em conta o que aqui fica dito acerca destes dois métodos, importa referir que o nosso estudo não se cingirá a nenhum destes dois métodos, mas que poderá recorrer aos dois sempre que tal se justificar, por exemplo usando o método qualitativo para analisar o conteúdo de um texto descritivo da situação do Médio Oriente, e o método quantitativo para lidar com números e dados relativos às situações analisadas.

Outro aspeto importante a salientar, no que diz respeito ao método escolhido para este estudo, é que serão realizados dois “case studies”. Os estudos de caso referem-se a um conjunto de abordagens metodológicas que têm o objetivo de explorar um dado fenómeno que seja ainda totalmente incompreendido ou acerca do qual subsistam ainda algumas dúvidas relevantes (Yin, 2001). Compreender e explorar os mais diversos aspetos do fenómeno estudado torna-se então o principal objetivo do estudo de caso, que tem assim, ao seu dispor, um grande conjunto de técnicas de investigação e instrumentos de recolhas de dados que facilitem a tarefa ao pesquisador.

Resumidamente, podemos dizer que o estudo de caso,

“ é uma investigação que se assume como particularista, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspetos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse (Ponte, 2006: 2).”

Assim, ao debruçar-se sobre uma situação específica, o estudo de caso pretende, contudo, chegar a conclusões mais gerais, que digam respeito à totalidade do tema em que o caso particular se insira. Neste estudo, compreender o fenómeno geral das alterações climáticas e suas implicações para as sociedades humanas, implicará a análise cuidada de dois casos particulares, acerca dos quais se poderão tirar conclusões mais

genéricas. Apesar de alguns autores defenderem que o estudo de caso apenas se deve aplicar em conjunto com o trabalho de campo (Fidel, 1992), outros (Bell, 1989) vêm nele um conjunto de técnicas e métodos suficientemente alargado para ser aplicado em estudos dos tipos mais diversos. Assim, a escolha deste método para o presente estudo não deverá surgir como algo de estranho, na medida em que permitirá obter mais informação acerca de situações de conflito e explorar quais as relações que estas poderão ter com as alterações climáticas.

Por último, torna-se ainda importante referir a questão das técnicas de investigação e de recolha de dados, uma vez que se torna necessário encontrar aquelas que, no contexto em que nos inserimos, mais facilmente permitem reunir a informação que nos é necessária. Por técnicas de recolha de dados entendemos aqui o conjunto de ferramentas e instrumentos que tornam possível “a realização de uma pesquisa, um modo de se conseguir a efetivação do conjunto de operações em que consiste o método, com vista à verificação empírica – confrontação do corpo de hipóteses com a informação colhida na amostra” (Pardal e Lopes, 2011: 70).

No nosso caso, as principais técnicas de recolha de dados foram a análise documental e a pesquisa bibliográfica, duas técnicas que são bastante similares e que podem facilmente ser confundidas entre si (Gil, 2007). No entanto, aquilo que as distingue é o tipo de fontes a que se vai buscar a informação desejada. No caso da pesquisa bibliográfica, é requerida uma investigação aprofundada daquilo que se tem escrito no âmbito da pesquisa científica (livros da autoria de especialistas e artigos científicos marcantes), ao passo que a análise documental lida com fontes primárias, que ainda não foram cientificamente analisadas (é o caso, por exemplo, de notícias de jornal ou de relatos de testemunhas). Nesta investigação, importa constatar que se procurou encontrar informação tanto em textos de cariz científico, como noutros tipos de fontes, como jornais online ou notícias televisivas e também a denominada literatura cinzenta como os relatórios das ONG ou de think tanks . Foi este uso simultâneo destes tipos de fontes, que facilitou a descoberta dos dados e permitiu uma análise cuidada dos mesmos, e a fundamentação e interpretação dos resultados de agências da O.N.U.

Uma vez esclarecidos estes pontos do estudo, resta-nos apenas referir quais foram, mais concretamente, os casos que fizeram parte deste nosso trabalho.

3.3. Casos a analisar

Relembrando as perguntas de partida que nos lançaram nesta investigação (e que remetem para a relação entre a estabilidade política no Médio Oriente e África Subsariana e as alterações climáticas), importa referir que a complexidade do tema nos obrigou a escolher mais do que um só caso para completar a nossa análise. Assim, os casos escolhidos terão que ter em conta a complexidade de caminhos que podem levar das alterações climáticas aos conflitos armados, e a forma como as migrações podem aí surgir tanto como uma causa como uma consequência. A análise de cada caso deverá levar em conta o complexo esquema representado na Figura 4 (ver página 28), sendo o objetivo o de verificar de que forma, em cada um deles, atuam as alterações climáticas, os impactos destas, as migrações de pessoas, o contexto político, a segurança e estabilidade, e os conflitos.

Os dois casos de estudo a incluir no nosso TFM são:

- 1 - O caso dos refugiados na Tanzânia oriundos do Burundi.
- 2 - O caso dos conflitos vividos no Médio Oriente desde o início da Primavera Árabe, com especial destaque ao caso da Síria.

Assim vamos analisar cada um.

O caso dos refugiados na Tanzânia- Sendo o Burundi um país relativamente pequeno, situado no centro de África, e fazendo fronteira com a Tanzânia, Ruanda e República do Congo, parece justificável que os principais comentadores e analistas internacionais muitas vezes esqueçam esta nação, apesar dos imensos estudos da Prof.Dra Devon E.A. Curtis da Universidade de Cambridge sobre este país. No entanto, e dado o historial de conflitos que o Burundi tem testemunhado, torna-se um bom exemplo para ser abordado no nosso estudo. Assim, já desde os anos 90 (quando estalaram, em simultâneo com o Ruanda, conflitos entre as etnias Tutsi e Hutu), este país tem passado por um conjunto de crises políticas e sociais que levaram a que um grande número de refugiados se deslocasse para países circunvizinhos. Atualmente, os conflitos internos, relacionados com as perseguições lançadas pelo presidente Pierre Nkurunziza originaram uma nova onda de refugiados que já se propagou para as nações fronteiriças, o que se tem revelado uma crise humanitária de proporções bastante grandes.

Neste trabalho, a análise deste caso deverá verificar se os conflitos no Burundi, que estarão na origem da crise dos refugiados, poderão ter alguma origem (ainda que apenas indireta) em questões de alteração climática e verificar se o clima se tornou, para estes migrantes, um fator impulsionador minimamente relevante. Em contrapartida, será também investigado o impacto dos refugiados nos países de chegada (nomeadamente na Tanzânia) de maneira a verificar se esta deslocação maciça de pessoas também terá contribuído para destabilizar a zona e, mais importante ainda do que isso, se não terão causado um impacto ambiental negativo que pode contribuir para o surgimento de alterações climáticas, ou pelo menos agravar as que já existem.

O caso dos conflitos vividos no Médio Oriente desde o início da Primavera Árabe, com especial destaque ao caso da Síria- Como se sabe, a região do Médio Oriente, caracterizada, desde há décadas pela, persistência de um conjunto de regimes autoritários (que conseguiam, pela violência, manter a estabilidade na região) conheceu, a partir do ano de 2010, um conjunto de revoltas que, começando na Tunísia, se espalharam aos seus países vizinhos e derrubaram alguns dos regimes (Tomás, 2012).

A queda de Ben Ali, ditador da Tunísia, no início de 2011, foi a primeira de uma série de tentativas de derrube de regimes (algumas mais bem sucedidas do que outras) que, no caso da Síria, acabaram por ter resultados catastróficos, na medida em que a persistência do líder Bashar Al-Assad em se manter no poder e as sucessivas radicalizações dos movimentos rebeldes acabaram por desembocar numa guerra civil de grandes proporções a que se veio juntar o surgimento de uma organização terrorista que se autodenomina de “Estado Islâmico” (também conhecida como “ISIS” ou “Daesh”), e que tem avançando na sua conquista de territórios tanto no Iraque como na Síria (dessa forma, entrando em conflito tanto com o regime de Assad como com os grupos rebeldes). Verificar em que medida as alterações climáticas poderão ter contribuído para o despoletar das revoltas, os conflitos civis e mesmo o crescimento do ISIS será o primeiro objetivo da parte do estudo que é dedicada a este caso.

3.4.As zonas com maior incidência de conflitos: África e Médio Oriente

As highlighted at the last climate talks in Copenhagen, anthropogenic climate change is affecting those who are least responsible for it, mainly the poorest and therefore most

vulnerable regions of the world. This risk is growing as industrialized countries delay strong measures.

Christian Webersik, “What will climate change mean to human security?”

Nos dias de hoje, numa altura em que os países mais desenvolvidos alcançaram já uma estabilidade que lhes parece garantir a paz e as relações amigáveis entre si, são os países que ainda se encontram num estágio menos desenvolvido aqueles em que o impacto das alterações climáticas e o despoletar de conflitos e ondas de migração forçada se faz sentir de forma mais acutilante. É, acima de tudo, das zonas de África e do Médio Oriente que virão os principais desafios para a estabilidade do planeta dos próximos anos, e é legítimo duvidar se os países mais desenvolvidos estão verdadeiramente preparados para lidar com este problema e fazer face tanto aos conflitos como à chegada maciça de novos migrantes (Refugee Studies Center, 2016a), sobretudo se se pensar que, nos dias de hoje, o número de refugiados em todo o mundo chega já aos 60 milhões (UNHCR, 2016).

Assim, segundo algumas previsões, existe a possibilidade de, já no ano de 2030, o número de baixas civis na região subsariana terá aumentado em cerca de 400 mil mortes, isto se as alterações climáticas e a degradação ambiental não forem, pelo menos, mitigadas (Webersik, 2010). Como já se referiu, neste trabalho, escolheremos como casos de estudo precisamente exemplos de conflitos que tenham surgido numa destas partes do globo, o que serve para demonstrar a pertinência de nos voltarmos para estas regiões como exemplos da instabilidade causada pela degradação ambiental.

Uma abordagem que procure compreender o porquê de serem estas as principais regiões do globo a ser afetadas pode começar por apontar que estas, de certa forma, estão a ser vítimas de ações pelas quais não são verdadeiramente responsáveis, pois, no balanço final podemos dizer que foi a atividade poluente dos países mais desenvolvidos a principal razão pelo fenómeno do aquecimento global com que hoje lidamos (Webersik, 2010). No entanto, de maneira a perceber totalmente os problemas enfrentados nestas regiões é igualmente importante evocar fatores culturais, políticos, sociais e económicos, tendo sobretudo em conta o legado histórico que foi deixado pelas relações entre as nações e os países seus vizinhos (Refugee Studies Center, 2016b).

Assim, o legado histórico de instabilidade política, que assolou a região africana desde a época em que obtiveram a independência com o término do colonialismo, explica, parcialmente, a dificuldade que uma grande parte dos seus governantes tem para fazer face às necessidades da população ou às ameaças do aquecimento global. Noutros casos, mesmo naqueles em que se tenha testemunhado uma relativa estabilidade política, a falta de recursos tecnológicos e infraestruturas para satisfazer as necessidades da população continua a ser uma realidade (UNHCR, 2016).

Assim, um crescimento económico e tecnológico de níveis bastante baixos leva a que uma boa parte dos habitantes dos países menos desenvolvidos dependa ainda dos recursos naturais ou da agricultura para sobreviver. Se se juntar a este cenário um crescimento populacional digno de nota (como é comum verificar-se em regiões menos desenvolvidas) e uma luta cada vez mais acirrada pelo acesso aos recursos naturais, luta essa que é motivada também por rivalidades étnicas e tribais cujas origens remontam nalguns casos à época do colonialismo, é fácil de compreender que a deterioração ambiental pode atuar como mais um forte elemento que destabilizará a região e levará as populações a lutar entre si (Fields, 2005). Em suma, “Subtropical dry, arid areas are going to be a huge source of conflict over the next half-century because we still have very, very high population growth rates in those areas, very low economic growth rates, and deteriorating environment” (Fields, 2005).

Tendo em conta esta relação entre degradação ambiental e conflitos e a sua prevalência em países mais empobrecidos, é imperioso que se parta para um estudo que se foque acima de tudo nos conflitos e problemas enfrentados por estas regiões. Dadas as diferenças existentes entre a região de África e a do Médio Oriente, importa que se escolha um conflito de cada uma destas zonas, e foi isso que fizemos.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

De seguida, passaremos então à análise de cada um dos casos a que nos propusemos de maneira a que, posteriormente, se tirem as devidas conclusões e se dê uma resposta às nossas questões de partida. O primeiro caso a analisar será o dos refugiados do Burundi, para de seguida se passar a analisar a questão do conflito na Síria. Por fim, será abordado o tema da legislação europeia concernente ao acolhimento de refugiados.

4.1.A crise dos refugiados na Tanzânia, provindos do Burundi

O Burundi é um pequeno país africano localizado entre Ruanda, Tanzânia e a República Democrática do Congo e que tem Bujumbura como capital (Ver Figura 9). Tem uma área territorial de 27830 Km² e uma população constituída por 8691005 habitantes. Tal como o seu país vizinho, Ruanda, o Burundi foi colonizado pela Bélgica após a Conferência de Berlim realizada no ano de 1884/1885, tendo o colonizador europeu fomentado as rivalidades entre tutsis e hútus, as duas principais etnias que vivem na região, o que acabaria por estar na origem a conflitos que surgiriam muito depois de o país ter alcançado a sua independência (o que só ocorreria no início da década de 60 do século XX).

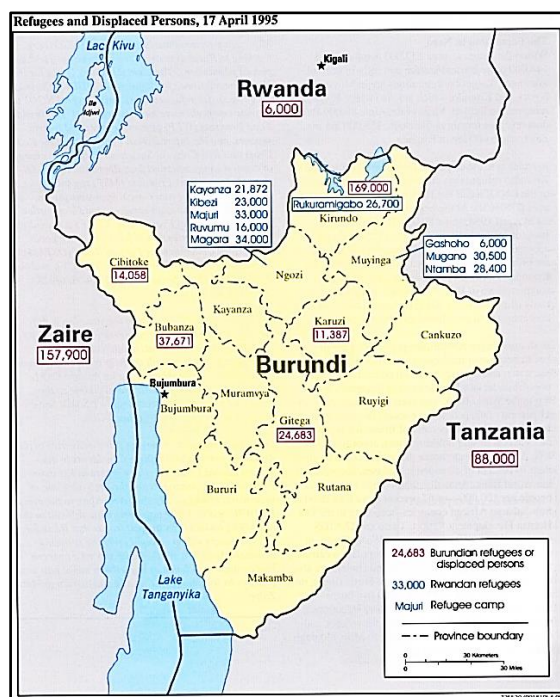


Figura 9 - Mapa do Burundi

Fonte: <http://www.lib.utexas.edu/maps/burundi.html>⁶

⁶ Consultado a 28 de Novembro de 2015

No que diz respeito ao clima do país (ponto fulcral no âmbito do presente estudo), este pode ser descrito da seguinte maneira,

“The topographic design of Burundi is accompanied by the variation of climate according to altitude, which confers important geo-climate diversity on the country. Altitudes above 2000 m, materialised by the Congo-Nile watershed, are sprinkled with mean precipitations ranging between 1400 mm and 1600 mm and have annual mean temperatures oscillating around 15°C with minima temperature sometimes going as down as 0°C. These climate conditions (high rainfall and low temperature) make of this milieu in the tropical zone of mountain, a place privileged for the formation of rain forests. The mean altitudes, grouped under the term of central plateaus and oscillating between 1500 and 2000 m, receive approximately 1200 mm of annual precipitations with 18 - 20°C of annual average temperatures. Altitudes below 1400 m represented by the plain of Imbo and the depressions of Kumoso and Bugesera have annual average precipitations below 1200 mm and sometimes below 1000 mm like Imbo, with minima temperatures reaching 500 mm. Annual mean temperatures are above 20°C (NAPA, 2007:2).”

A escolha deste país para um estudo que aborda o tema dos refugiados torna-se bastante pertinente se se pensar que o Burundi, ao longo da sua curta história, conheceu mais do que uma crise (despoletada por diferentes conflitos entre Tutsis e Hutus) que estiveram na origem de migrações em massa para os países vizinhos. Assim, esta nação africana oferece mais do que um exemplo para ilustrar o fenómeno que pretendemos estudar.

Já como país de chegada, escolhemos a Tanzânia, o que se revela também bastante pertinente porque a região nordeste deste país é conhecida por acolher um grande número de refugiados, podendo mesmo dizer-se que, no início do século passado, esta era uma das regiões em que mais refugiados habitavam num mesmo espaço (UNHCR, 2006). Assim, no final do ano de 2015, o número de refugiados neste país era de 296.780, enquanto no início deste mesmo ano era de 289.300, o que representa um aumento de cerca de 2,5% (percentil) o que é relevante dado o pouco tempo decorrido (UNHCR, 2016)

Importa referir ainda que uma razão adicional para justificar a escolha destes dois países que tem a ver com o fato de eles se encontrarem entre os mais fragilizados perante os impactos das alterações climáticas (Kolmannskog, 2009). Assim, será importante

verificar de que maneira os refugiados podem contribuir para tornar as crises ambientais ainda mais problemáticas, agravando os efeitos das alterações climáticas.

A primeira grande migração maciça a partir do Burundi teve lugar no ano de 1972, quando cerca de 15000 Hutus fugiram do país depois de ter eclodido um violento conflito que resultou numa mortífera limpeza étnica por parte dos Tutsis, que, apesar de serem uma minoria no país, continuam a ser a etnia que detém o poder político. Os conflitos entre Tutsis e Hutus foram ressurgindo por diversas vezes ao longo das décadas seguintes, o que fez com que as migrações mais ou menos forçadas nunca estivessem ausentes do contexto social deste país.

Contudo, o período da história que primeiramente nos irá interessar é o que começa no ano de 1993, quando a morte do presidente Hutu Melchior Ndadaye deu origem a um conflito civil violento que durou cerca de doze anos e que levou a que meio milhão de pessoas se visse obrigada a abandonar o país (Comissão Europeia, CE 2015). Foi este grande fluxo de pessoas que contribuiu para que os países vizinhos se vissem a braços com uma catástrofe humanitária de dimensões catastróficas com a qual tiveram dificuldade em lidar⁷. A primeira grande porção de refugiados terá chegado à região ocidental da Tanzânia ainda no ano de 1993, mais precisamente ao distrito de Kibondo (um dos quatro maiores distritos do país), o que obrigou a que, um ano depois, uma missão de refugiados da UNHCR se instalasse na região (Berry, 2008). O fluxo de pessoas foi de tal ordem que a Tanzânia se viu obrigada a alterar a legislação que dizia respeito ao acolhimento de refugiados, colocando cada vez maiores restrições à sua entrada, sob o pretexto de que estes contribuíam para destabilizar a região. Tal decisão reverteu por completo a anterior legislação, que permitia que os refugiados circulassem livremente pelo país, e fez com que estes tivessem de ficar confinados aos campos organizados pela UNHCR (*Ibidem*). Os refugiados Burundianos foram, pois, perçecionados como um problema pelos países vizinhos, potenciais fatores de destabilização e insegurança, algo que ocorreu tanto na Tanzânia como no Ruanda (e que, de resto, é comum ocorrer quando deflagra uma crise migratória e as populações de outras regiões começam a temer eventuais ameaças e riscos trazidos pelos migrantes). Resta agora saber quais dessas ameaças e riscos dizem concretamente respeito aos problemas de degradação ambiental.

⁷ A instabilidade política e social da região tornou-se ainda mais degradada devido a uma eclosão de conflitos no Ruanda, país vizinho, que esteve também relacionada com conflitos entre Tutsis e Hutus.

Tendo em conta aquilo que ficou dito no enquadramento teórico acerca dos diferentes caminhos que podem levar das alterações climáticas até ao surgimento de conflitos os dois principais objetivos desta análise são o de tentar verificar:

- 1- na zona de origem dos migrantes, qual poderá ter sido a relação entre as alterações climáticas e o despoletar dos conflitos que estiveram na origem da deslocação das populações.
- 2- no país de chegada, a Tanzânia, quais terão sido os impactos sobre um ambiente já de si degradado.

Para responder ao primeiro ponto, deve ter-se sempre em mente que o Burundi se encontra entre os países mais fragilizados pelas alterações climáticas e seus impactos. Entre os principais problemas ambientais que o país enfrenta encontram-se a degradação da biodiversidade e o empobrecimento dos solos. A respeito deste último problema refira-se que *“Soil impoverishment is a result of several causes, the most important of which remains the strong demographic growth that implies excessive pressure on the arable lands and the natural resources, as well as reduced natural spaces” (National adaptation programmes of action, NAPA, 2007:7).*

O empobrecimento dos solos e a forma como a flora e a fauna é afetada leva a que a população disponha de menos recursos para sobreviver e que, consequentemente, a pobreza aumente significativamente. A poluição antropogénica, que tem origem, em grande parte, numa estrutura sanitária bastante deficiente e fragilizada, apenas aumenta os perigos de degradação ambiental e a dimensão do seu impacto (NAPA, 2007).

Assim, é possível dizer que as secas se encontram entre os principais problemas causados pelas alterações climáticas que a população do Burundi tem de enfrentar. Estas secas têm sido de tal maneira impactantes que, em épocas relativamente recentes, o país se viu perante crises de fome generalizada e de grandes dimensões, que ainda hoje são recordadas pelas comunidades que passaram por essa situação (*Ibidem*).

Outros fenómenos ambientais causados por alterações climáticas incluem as chuvas torrenciais (que nos anos 60 chegaram a causar uma catástrofe devido à subida do nível das águas do lago Tanganyika), o atraso nas precipitações regulares (com todas as consequências que tal traz para as colheitas agrícolas), fortes rajadas de vento, uma diminuição da duração da estação das chuvas entre outros (*Ibidem*). Como se pode ver, é

legítimo que se considere o Burundi um dos países mais fragilizados e mais expostos aos impactos negativos das alterações climáticas e do aquecimento global.

A possível relação entre estas alterações e o despoletar dos conflitos que temos vindo a abordar não pode ser definitivamente provada, o que se deve à complexidade dos fenómenos que se vivem nestas regiões (tanto os conflitos como os impactos das alterações do clima). No entanto, recorde-se o esquema que ficou exposto na Figura 4 (página 28), de maneira a tentar utilizá-lo no sentido de compreender melhor este fenómeno e encontrar possíveis relações.

Se as cheias e os outros fenómenos referidos são uma consequência das alterações climáticas mais alargadas, é legítimo esperar-se que tanto as dinâmicas populacionais como as características socioeconómicas e a instabilidade política possam contribuir para o surgimento de conflitos. Tendo em conta que uma grande percentagem da população do Burundi vive da agricultura, uma época de seca ou de degradação prolongada dos solos pode contribuir para que um grande número de pessoas passe a viver numa situação crítica, na qual a sua própria sobrevivência está em causa. Assim, a luta por recursos importantes (como água ou comida) pode tornar-se a única solução que resta a uma grande parte da população (Kolmannskog, 2009)

“If a drought or flood comes, we will suffer. We have to stay; we have nowhere else to go” (citado em Kolmannskog, 2009: 10) são as palavras de uma viúva do Burundi, que reconhece a situação de fragilidade em que se encontra, bem como a impossibilidade de abandonar o local em que vive. Lembrando tudo o que já ficou dito acerca do impacto das alterações climáticas nas sociedades humanas, é importante ver nestas palavras uma constatação clara de que catástrofes naturais e mudanças ambientais demasiado radicais podem provocar grandes danos nos indivíduos que habitem numa zona vulnerável, sobretudo quando não se encontram em condições de a abandonar.

Num contexto como este, o surgimento de conflitos com o objetivo de controlar recursos essenciais é claro, evidente e premente.

“Droughts and environmental degradation can also exacerbate land conflicts, and Burundi is a country with a high proliferation of small arms. Every month you hear about people, even brothers, killing each other over land in Burundi, and many murders probably go unreported. One refugee who recently returned home noted, —My family had sold much of the land to survive the drought, and

when I came back, my brothers were not happy. They were afraid I would claim my part of what little was left of the land. I still have not claimed it” (citado em Kolmannskog, 2009: 11).”

Como se pode ver por este testemunho a terra é o recurso central de sobrevivência e consequentemente está na origem dos conflitos

Apesar de ser impossível reduzir todos os conflitos do Burundi a uma explicação que englobe apenas as alterações climáticas (e esquecendo as rivalidades históricas entre Tutsis e Hutus e o uso político que delas é feito por entidades com objetivos violentos) é legítimo considerar a hipótese de que alguns conflitos que o país enfrenta possam ter sido agravados devido à degradação ambiental. Assim, deve mencionar-se novamente Homer-Dixon (1991), que defendeu que a dificuldade de acesso aos recursos considerados essenciais para a sobrevivência (dificuldade essa agravada pela degradação ambiental) e que pode estar na origem de conflitos entre grupos rivais. O caso do Burundi pode, pois, enquadrar-se nesta teoria, representando um caso em que as catástrofes causadas pelas alterações do clima agravam um conflito já existente em torno de outras causas.

De acordo com o esquema a que temos vindo a recorrer (ver novamente Figura 4), seria então possível explicar alguns dos conflitos do Burundi da seguinte maneira e que mostramos na Figura 10:

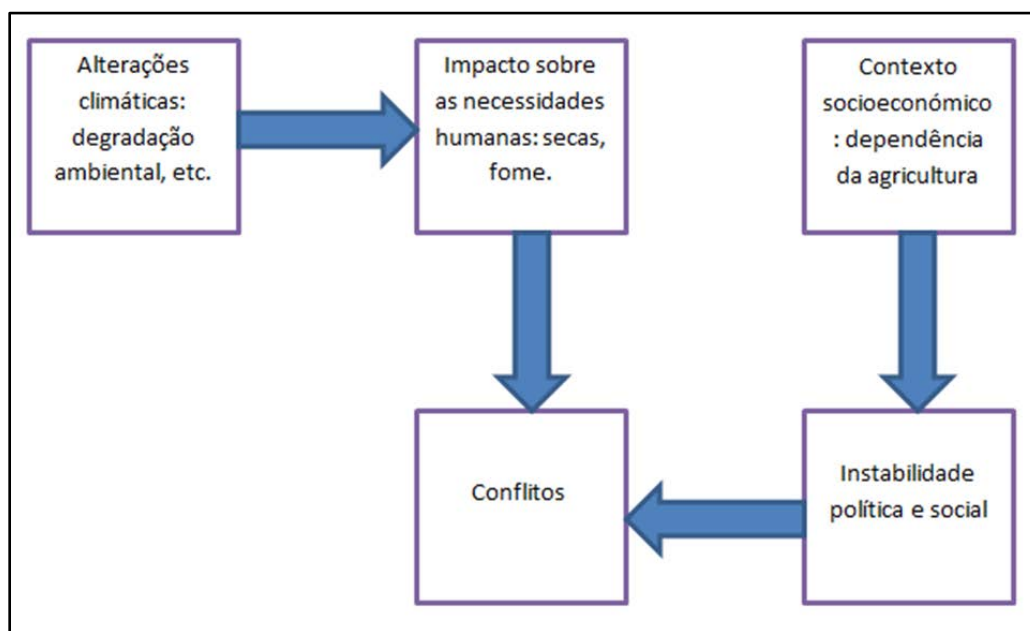


Figura 10 - Relação entre as alterações climáticas e os conflitos no caso do Burundi

Fonte: Adaptado a partir da Figura 4, elaborado pelo autor

Apesar de toda a complexidade deste tema que estudamos, é importante ter em conta esta pequena conclusão a que já chegámos e que permite dizer que existe uma relação entre alterações climáticas e o despoletar de conflitos. É preciso, então, avançar agora para o outro lado da questão e tentar perceber de que maneira a chegada de refugiados pode colocar em perigo a estabilidade ambiental na Tanzânia.

“In December 1996, more than 600,000 refugees from Burundi and Rwanda were housed in the Kagera region in North-west Tanzania. More than 1,200 tons of firewood was consumed each day--a total of 570 square kilometers of forest were affected. In some cases, the presence of refugees may temporarily confuse the issue of land ownership and the right of access, leading to large-scale illegal logging (Smith, 2014).”

Uma das primeiras consequências da chegada de um grande grupo de refugiados é o aumento da utilização de recursos importantes (que muitas vezes já eram escassos para a população do país de chegada), o que contribuirá ainda mais para a degradação desses mesmos recursos. Problemas como a desflorestação e a destruição de uma parte da flora tornam-se então uma constante (Biswas e Quiroz, 1996). Importa, contudo, ter também em conta que nem sempre todos os problemas relacionados com o ambiente podem ser atribuídos aos refugiados, e que estes muitas vezes acabam por ser utilizados como bodes expiatórios por uma população que não é capaz de avaliar as verdadeiras causas dos seus problemas. *“Refugees can also be used as a labor force for business engaged in manufacturing charcoal, or similar activities. This makes them an easy scapegoat for any environmental damage” (Smith, 2014).*

Berry (2008: 8) dá o exemplo de uma notícia, surgida num jornal da Tanzânia, que reflete precisamente esta visão preconceituosa dos refugiados e dos danos que estes causam ao ambiente,

“Not a single day passes in the three districts of Kigoma, Kasulu, and Kibondo in Northwestern Tanzania without their residents telling chilling stories on how the tens of 9 thousands of refugees based in the region are doing harm to the environment. A bird’s eye view of the region tells it all: serious environmental degradation caused by the presence of the refugees from neighboring Burundi, the Democratic Republic of Congo (DRC) and formerly Rwanda”

Não obstante os preconceitos e utilização dos refugiados como bodes expiatórios em alguns casos, é preciso ter consciência dos perigos ambientais que as grandes

movimentações populacionais efetivamente trazem, além do facto de serem repentinas e neste caso recorrentes ao longo dos anos.

É no distrito de Kibondo, situado na região de Kigoma (ver Fig. 11) que estes perigos se tornam mais evidentes, pois esta é uma zona em que existem grandes florestas, áreas estritamente dedicadas ao cultivo de árvores e à produção e extração de madeira (Western Tanzania Ecomonitoring Project, 1997).

Kigoma é uma das regiões administrativas da Tanzânia e um porto da cidade na zona oeste do País, localizado na costa oriental do Lago Tanganyika e perto da fronteira com o Burundi. É capital da região e tem uma população de 135.234 (2007 censo) e uma altitude de 775 m.

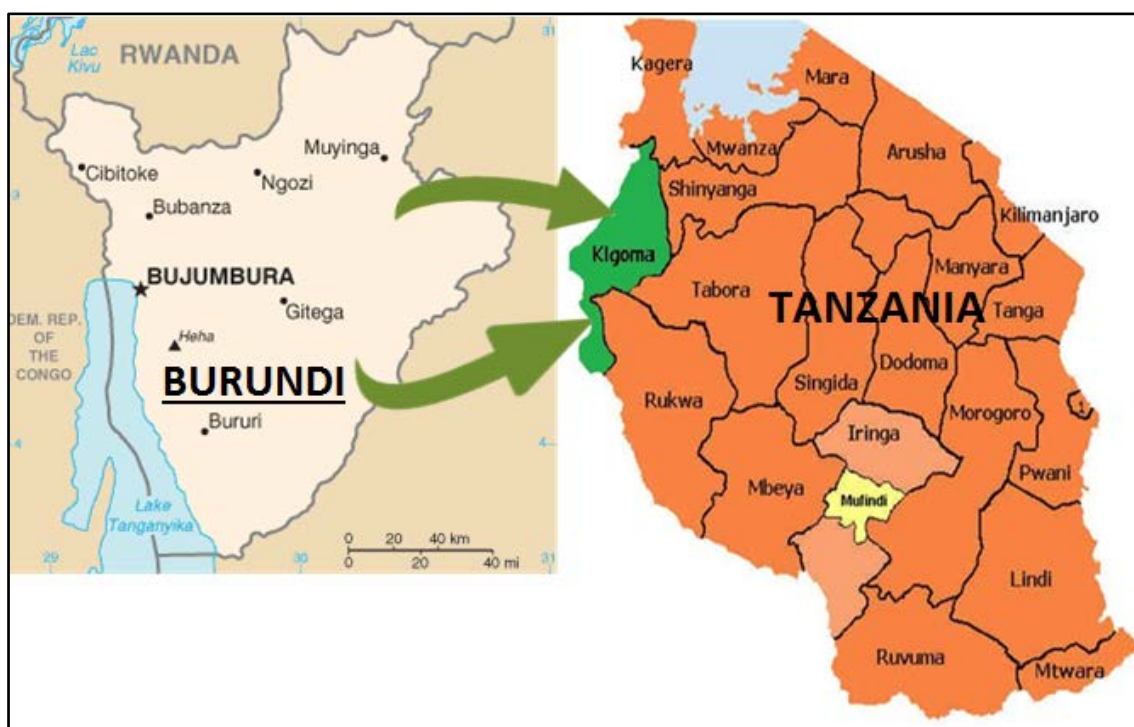


Figura 11- Mapa das regiões da Tanzânia

Fonte: <http://www.mucobatz.com/about%20us/mufindi.htm>⁸

Por essa razão, e tendo em conta os potenciais impactos negativos que esta região poderia sofrer, as principais organizações desde sempre aconselharam a que não fossem estabelecidos campos de refugiados nas suas redondezas⁹. No entanto, e devido à

⁸ Consultado a 4 de Fevereiro de 2016.

⁹ Veja-se a seguinte citação: “*uninformed decisions concerning the siting of a refugee camp in, or near, a fragile or internationally protected area could result in irreversible – local and distant – impacts on the environment. Likewise, it is not advisable to establish a camp or settlement close to a village forest reserve or similarly important natural resources*” (UNHCR, 2005:16).

impossibilidade de controlar todos os aspetos de contextos tão problemáticos, tais indicações nem sempre foram cumpridas. Ainda assim, fez-se sempre o possível para que os campos oficiais ficassem localizados a pelo menos quinze quilómetros das principais zonas florestais.

Esta distância, não obstante, não impede que um número suficientemente significativo de refugiados continue a deslocar-se até às áreas florestais com o intuito de recolher alimentos ou madeira que possam utilizar para outros fins (UNEP, 2005). Inevitavelmente, este uso dos recursos naturais acabará por levar a uma degradação ambiental e a um processo de desflorestação que, a partir de determinado ponto, se torna bastante difícil de reverter.

“Deforestation and depletion of forest resources is the most oft-cited environmental problem in Western Tanzania: the rate of deforestation is reportedly higher than the national average [...] Refugees and locals must travel much greater distances to find firewood and wood for construction than was necessary 10 years ago (Berry, 2008: 7).”

A juntar-se a este cenário de desflorestação deve acrescentar-se ainda que, como consequência desta, surgem também problemas relacionados com a poluição das águas e a extinção de algumas espécies de animais (Biswas e Quiroz, 1996). Uma das primeiras conclusões a que podemos chegar, tendo em conta o que se passou com as áreas de florestais de Kibondo durante os anos 90 e 2000 do século passado, é, pois, a de que as migrações maciças podem efetivamente contribuir para aumentar os impactos de um ambiente já de si fragilizado devido às alterações climáticas e aos impactos do aquecimento global.

No entanto, importa referir que, apesar de haver uma inegável relação entre o acolhimento de um grande número de refugiados e a degradação ambiental, os dados até agora recolhidos neste e noutros estudos não permitem concluir que todos os fenómenos problemáticos a que a Tanzânia assistiu podem ser diretamente imputados à crise das migrações. Por outras palavras, é impossível dizer ao certo que mudanças se devem a uma influência direta da presença dos refugiados e que mudanças estão relacionadas com o uso dos recursos por parte dos habitantes da Tanzânia. Tal conclusão reforça a ideia de que devemos olhar com algum ceticismo sempre que nos confrontamos com opiniões que podem ter origem numa visão preconceituosa dos refugiados. Como refere Berry, (2008:8),

“It is important to note here that although there is a general agreement amongst international organization and NGO representatives, local communities and the Government of Tanzania that the refugees and the refugee camps are contributing to the environmental degradation in the region, there is not enough data to show just how much is directly related to the refugee population, and how much is in fact a result of the local communities' agricultural and land use practices”

Em 1994, durante a guerra civil do Ruanda, mais de 400.000 pessoas fugiram para uma povoação da Tanzânia, chamada Kasulo tornando esta pequena povoação na segunda maior área populacional da Tanzânia. Por questões de sobrevivência, foram cortadas enormes quantidades de árvores da floresta, quer para combustível, quer para materiais de construção, ou mesmo para criação de campos de cultivo agrícola o que provocou a desflorestação e a erosão do solo (Permanent Mission of Greece Geneva and IOM, 2009). Aliado a esta situação, graves secas afetaram a maioria do país, originando um aumento da migração transfronteiriça, especialmente para Moçambique e para o Quênia.

A referência ao conflito no Burundi permitiu-nos, assim, concluir que pode existir uma relação entre as alterações climáticas e o despoletar de conflitos na região, apesar de este estar longe de ser o único (ou sequer o principal) fator que destabiliza a paz daquele país. Outra conclusão foi a de que se torna possível identificar uma relação entre a chegada de refugiados e a degradação cada vez maior dos recursos ambientais (já de si bastante fragilizados devido às alterações climáticas), sem que, contudo, se possa estabelecer uma relação causal entre todos os aspetos do fenómeno e a chegada dos refugiados, uma vez que a atividade poluente da população original também contribui para uma grande degradação ambiental.

No entanto, como já se referiu, esta crise que o Burundi viveu nos anos 90 não se tratou de um caso único e, nos dias de hoje, novos conflitos vieram destabilizar a região e obrigar um grande número de refugiados a procurar asilo no noroeste da Tanzânia.

Uma outra grande migração maciça teve lugar num período histórico mais recente, mais precisamente no ano de 2015. Em Abril desse ano, mais precisamente no dia 25, o presidente Nkurunziza anunciou que se preparava para se candidatar uma terceira vez à presidência do Burundi, decisão que despoletou forte crítica por parte de setores da população que são seus opositores políticos e que se opuseram ao desrespeito pelas regras democráticas nas eleições do seu país (CE, 2015). Depois de um golpe de estado falhado,

o presidente regressou ao poder e, uma vez ganhas as eleições, iniciou uma perseguição contra os seus opositores (reais ou apenas suspeitos) que criou uma nova crise dentro do país e levou a que um grande número de pessoas fosse novamente obrigada a abandonar o país para salvar a sua vida. Segundo os dados apresentados pela European Commission (ver Figura 5) no mês de Julho de 2015, 159.317 pessoas tinha já saído do Burundi para se dirigirem para o Ruanda, República Democrática do Congo ou mesmo o Uganda, um pouco mais distante, mas que oferece melhores condições de acolhimento (este número tende a aumentar, apesar de no momento presente não ser ainda possível apresentar dados verosímeis sobre um fenómeno que está ainda a desenvolver-se). Para a Tanzânia, o número de refugiados terá sido de 73.418 como se pode ver no Quadro 3.

No Quadro 3 podemos ver os Países que acolheram refugiados Burundianos e o número de acolhimentos, sendo que o total representa 1,5% da população do Burundi:

Número de refugiados que abandonaram o Burundi	
Para a Tanzânia	73.418
Para o Ruanda	64.806
Para a República Democrática do Congo	11.500
Para o Uganda	10.313
Total	159.317

Quadro 3 - Número de refugiados que abandonaram o Burundi no seguimento da crise de 2015

Fonte: <http://reliefweb.int/map/burundi/burundi-crisis-refugees-neighbouring-countries-echo-daily-map-872015>¹⁰

Como também se pode verificar através do Quadro 3, a Tanzânia voltou a ser a nação que acolheu um maior número de refugiados, vindos da zona sudeste do Burundi. Assim, é plausível suspeitar que os problemas enfrentados nos anos 90, aquando da guerra civil entre Tutsi e Hutus, se repetirão nos próximos tempos.

Na Figura 12 podemos ver os movimentos migratórios e respetivos números.

¹⁰ Consultado a 29 de Novembro de 2015.

Comissão Europeia (CE,2015) reconhece que ainda existem campos de refugiados a albergar três vezes mais pessoas do que aquilo que teriam capacidade para acolher. Assim, prevê-se que muitos dos problemas que os refugiados do Burundi enfrentaram nos anos 90 se repetirão e que a população nutrirá a ideia de que estes são os principais culpados de quaisquer degradações de recursos ambientais que possa acontecer. A UNHCR foi já obrigada a abrir um campo de refugiados situado em Nduta (o segundo, depois e ter criado um campo em Nyarugusu), e o fluxo cada vez maior terá obrigado ainda à abertura de um outro em Mtendeli (Caldwell, 2015). Dadas as dimensões da tarefa de prover às necessidades de todos os refugiados é a própria UNHCR que admite: *“We can’t cope with mass burundian refugee influx in Tanzania”* (Caldwell, 2015).



Figura 13 - Campo de refugiados na Tanzânia, observado por membros da UNHCR

Fonte: <http://tz.one.un.org/what-we-do/refugees>¹²

No mesmo âmbito, vão surgindo notícias cada vez mais desanimadoras sobre a falta de capacidade para lidar devidamente com este problema:

“Nyarugusu refugee camp near the Tanzanian town of Kasulu, close to the border with Burundi, was simply not coping with the number of new arrivals. MSF spokesperson said that aid agencies were struggling to provide sufficient food, water, shelter, and healthcare to those in need with the second camp still yet to be built (Essa, 2015).”

¹² Consultado a 5 de Novembro de 2015.

Apesar de esta crise de refugiados se ter iniciado há relativamente pouco tempo é possível prever-se, ainda assim, uma repetição dos fenómenos com que a Tanzânia teve de lidar durante os conflitos dos anos 90 e uma progressiva degradação de recursos ambientais que se deve, entre outros fatores, à presença dos refugiados em número maciço. Face ao acima descrito, importa que as organizações “in loco” saibam fazer frente às situações e tomarem as medidas acertadas, como se lê na seguinte citação:

“Environmental protection strengthened in refugee populated areas, through supervised firewood harvesting, tree planting campaigns, training on community forest management as well as establishment of community woodlots, bee keeping and forest conservation sites. Sustainable fuel and diversified income from forest related activities assured through the establishment of woodlots and beekeeping stations in Kigoma, Kasulu and Kibondo” (United Nations in Tanzania: 2015).”



Figura 14 - Refugiados do Burundi num campo da Tanzânia

Fonte: <http://www.aljazeera.com/news/2015/07/facilities-burundi-refugees-breaking-point-msf-150722165937729.html>¹³

Estas precauções tornam-se fundamentais para proteger o ambiente em alturas críticas como aquela que agora se vive na Tanzânia, mas também para evitar ao máximo o surgimento de atitudes preconceituosas e discriminatórias, que culpam os refugiados por acontecimentos pelos quais estes não são responsáveis. O fato de estes terem sido utilizados como bodes expiatórios durante a crise dos anos 90 torna plausível que tal suceda novamente nos próximos tempos. O fato de a Tanzânia (e outros países em redor

¹³ Consultado a 6 de Novembro de 2016.

do Ruanda) estarem a enfrentar uma crise humanitária de grandes proporções não deve justificar que se esqueçam as principais precauções contra as degradações ambientais, degradações essas que se tornam ainda mais graves quando os recursos dos países de acolhimento já se encontravam numa situação de empobrecimento e degradação. É fundamental, pois, que a UNHCR atue da maneira acertada para fazer frente a este problema e prover tanto às necessidades dos refugiados como aos anseios da população do local de chegada, que teme pela sobrevivência dos seus meios de subsistência.

Citando novamente Berry (2008: 126), em jeito de conclusão

“Although refugees can and often do bring positive social and economic changes to host communities, the influx and presence of refugees have also been shown to at times have negative impacts on individuals within a hosting community or even on the community as a whole. Therefore it is important not only to investigate the impacts of the presence of refugees on the hosting communities, but also to consider how these impacts have influenced the overall relationship between the two groups. In particular, one must determine what factors and influences on the hosting communities could contribute to a contentious or even conflictual relationship between the two groups. A better understanding of factors that contribute to or prevent conflict will ultimately assist those working with refugees with the coordination of projects that lessen the likelihood of conflict between refugees and host communities.”

É possível, assim, concluirmos que a integração de refugiados pode ser feita de uma maneira que não coloque em perigo a estabilidade de uma dada região, ou seja, que não leve ao surgimento de conflitos ou de acusações injustas e preconceituosas contra migrantes que fogem de uma situação catastrófica. Uma intervenção correta e devidamente dirigida pelas organizações internacionais com essa função poderá evitar o despoletar de guerras ou mesmo de situações de tensão em que os refugiados são vítimas de uma população que desconhece as verdadeiras origens dos seus problemas. No entanto, e uma vez que a degradação ambiental não deixa de ser uma ameaça real, ainda que por vezes exagerada, é fundamental que se tomem também as medidas indicadas para ir ao encontro deste problema e evitar fenómenos como o da desflorestação (que ocorreu com uma intensidade preocupante nas áreas florestais da Tanzânia). É nesse sentido que devem caminhar as decisões tomadas por organizações como a UNHCR na forma como gere os campos de refugiados e escolhe a sua localização.

Esta primeira conclusão, alcançada através de uma análise do caso dos refugiados do Burundi, deve ser agora complementada com mais um estudo de caso, desta vez sobre os atuais conflitos no Médio Oriente, com especial destaque para a guerra na Síria.

4.2.Os conflitos no Médio Oriente: A Guerra Civil na Síria

Tendo em conta o âmbito em que este estudo é realizado, importa analisar os atuais conflitos no Médio Oriente nunca esquecendo o gráfico, já por diversas vezes referido, que surge na Figura 4 (ver página 28). Assim, num cenário em que ocorreram revoltas internas contra regimes ditatoriais e, posteriormente, guerras civis, o objetivo é analisar em que medida as alterações climáticas poderão ou não estar na origem destes acontecimentos, ou se podem, pelo menos, ser contadas entre as causas secundárias que ajudam a explicá-los. Devemos, contudo, fazer primeiro uma pequena contextualização que ajude a compreender melhor as características da região a estudar. Concentremo-nos então na Síria, uma vez que será esse o país a que daremos mais importância.

A Síria é um país localizado na zona do Sudoeste Asiático, fazendo fronteira com Iraque, Turquia, Líbano, Israel e Jordânia, sendo também banhada pelo Mar Mediterrâneo (ver Figura 15). Tendo Damasco como capital e uma população de cerca de 17.064.854 pessoas numa área de 185180 km² (Sharp, 2010), a composição étnica deste país é consideravelmente mais complexa do que a que foi anteriormente abordada para o caso do Burundi. Assim, este país é habitado por Árabes, Gregos, Arménios, Curdos e Turcos, entre outros (*Ibidem*). Ademais, os grupos religiosos são também bastante diversos, incluindo cristãos, alauitas, árabes sunitas e mesmo árabes xiitas, divisão que ajuda a explicar a violência dos conflitos que hoje se vivem (Starr, 2013).

Refira-se ainda que este país apresenta um clima semiárido que faz com que a região possua poucos recursos como a água, apesar de possuir bastantes reservas de petróleo que, durante muito tempo, constituíram, em conjunto com o turismo, um dos pontos fortes da economia do país (*Ibidem*).



Figura 15 - Mapa da Síria

Fonte: http://urartuttravel.eu/syria_symbols.html¹⁴

Criado após a queda do Império Otomano (com a derrota na Primeira Guerra Mundial) e com fronteiras definidas pelo ocupante francês, a Síria haveria de obter a independência total já no final da Segunda Guerra Mundial (Hitti, 2004). Um golpe de estado no ano de 1963 haveria de levar ao poder o partido Baath, ao qual pertencia o futuro líder Hafez Al Assad, que governou o país durante décadas num regime que suspendeu direitos e liberdades tidos como fundamentais nos países democráticos (*Ibidem*). A morte deste ditador deu lugar à sua sucessão pelo seu filho Bashar Al-Assad, que continua, até aos dias de hoje (ano de 2015) a liderar o país, apesar da situação conflituosa que hoje ainda se vive.

Este regime ditatorial, de resto, subsistiu, ao longo de diversas décadas, num contexto em que as democracias eram uma raridade, ou não fosse a maioria dos países da região governados também por ditadores, como era o caso do Egito (sucessivamente liderado por Nasser, Saddat, Mubbarak), Iraque (por Saddam Hussein), Tunísia (sob o ditador Bem Ali), Líbia (por Muhammad al Ghadaffi), ou Arábia Saudita (desde há décadas governada pela família real do país).

¹⁴ Consultado a 5 de Novembro de 2015.

No entanto, este cenário em que as ditaduras se mantinham aparentemente estáveis deu lugar a uma vaga de revoltas, uma onda de aparente democratização que haveria de ficar conhecida pelo nome de “Primavera Árabe” (Tomás, 2012; Haas e Lesch, 2013). Este fenómeno foi de tal maneira importante no momento em que ocorreu que diversos analistas e comentadores o classificaram como uma “terceira onda de democratização”¹⁵. *“It is clear that there were very powerful forces pushing people across the Arab world to revolt, and that some authoritarian governments had feet of clay: they were not nearly as invulnerable to popular protests as widely believed”* (Haas e Lesch, 2013: 6).



Figura 16 - Imagem que mostra as revoltas na Síria no ano de 2011

Fonte: <http://muslimvillage.com/2011/11/14/16200/arab-league-attempts-to-shape-syrias-fate/16>

Assim, este fenómeno político e social teve início na Tunísia, com protestos que começaram no dia 18 de Dezembro de 2010 e, em poucas semanas, levaram à queda do ditador Bem Ali. Tratou-se, portanto, de uma revolta bem-sucedida e relativamente pacífica que, em pouco tempo, atingiu os objetivos pretendidos (algo de semelhante se passaria também no Egito), o que acabou por não suceder em todos os países da região do Médio Oriente (Tomás, 2012). No caso da Síria os protestos tiveram início no dia 26

¹⁵ Expressão criada pelo cientista político Samuel Huntington para se referir a diversas ondas de democratização que ocorreram nas últimas décadas do século XX, e que incluíam o fim das ditaduras ibéricas e dos países da Europa do Leste.

¹⁶ Consultado a 12 de Dezembro de 2015.

de Janeiro de 2011 e, apesar de alguns sinais que pressagiavam o sucesso, acabaram por dar lugar a uma guerra civil, na qual a intransigência de Assad e a violência usada por alguns grupos rebeldes levou a batalhas e conflitos bastante sangrentos que, quatro anos depois, parecem não ter ainda chegado próximos do fim e continuam a provocar uma das maiores crises de refugiados das últimas décadas. Juntando-se a este cenário, já de si bastante problemático, surgiu uma terceira força, um grupo terrorista que se autodenomina de Estado Islâmico e que, partindo do Iraque, conquistou já vários territórios na zona da Síria também.

Se, de acordo com Haas e Lesch (2013), as causas que explicam tanto a Primavera Árabe como os conflitos posteriores são particularmente complexas e impossíveis de resumir numa só análise, importa que tentemos perceber se as alterações climáticas se podem contar entre os fenómenos que acabaram por desembocar na guerra que hoje conhecemos. Por outras palavras, é ou não possível determinar/verificar que as alterações climáticas sejam uma causa, ainda que indireta, dos conflitos da Síria?

Segundo Gleick (2014: 331),

“Syria’s political difficulties and the ongoing civil war there are the result of complex interrelated factors, including religious and sociopolitical tensions, the erosion of the economic health of the country, and a wave of political reform sweeping over the Middle East and North Africa (MENA) and Levant regions. As described here, water and climatic conditions are also relevant because of the role they have played in the deterioration of Syria’s economic conditions”.

Este autor reconhece, portanto, que a complexidade de fatores que levaram ao surgimento destes conflitos necessita de incluir também as questões relacionadas com o aquecimento global e as alterações climáticas. Como já se disse, a Síria é uma região que é bastante parca no que diz respeito aos recursos hídricos, sendo frequente que as suas populações sofram devido ao surgimento de secas inesperadas e uma repentina falta de água para as colheitas e outras necessidades básicas. Ao longo da história da Síria são, portanto, frequentes as alusões a problemas relacionados com a escassez dos recursos hídricos em lendas, mitos ou mesmo momentos históricos registados em crónicas (Lonergan, 1997).

Essas secas encontram-se parcialmente relacionadas com as águas do Rio Eufrates, cujo fluxo pode ser determinante para a quantidade de água que cada uma das regiões banhadas pelo rio recebe anualmente (UN-ESCWA and BGR, 2013).

O fenómeno dos conflitos que estão relacionados com a escassez de água é, portanto, uma realidade na Síria, mas não se circunscreve a este país ou região.

“Water-related conflicts occur in many forms, including disputes over access to water and the control of water systems, the targeting of water infrastructure and systems during conventional conflicts and terrorist actions, and the use of water as a weapon. In recent years, there has been an increase in violence over the role that water plays in development disputes and economic activities. Conflicts of any kind are rarely, if ever, attributable to single causes. As such, any analysis or efforts at reducing the risks of conflict must consider a multitude of complex relationships and contributing factors, including water (Gleick, 2014:133).”

Tendo em conta a pertinência dos conflitos provocados pela escassez de água, importa perceber em que medida a Síria tem sido afetada pela escassez de água nos últimos anos, ou se esta escassez tem sido mais acentuada que o habitual (uma vez que, como já se sabe, a falta de recursos hídricos é uma constante neste país). Importa, pois, referir que, nos últimos cem anos, a Síria foi já obrigada a enfrentar seis diferentes períodos de seca, número digno de nota (Mohtadi, 2013).

Ocorreu, portanto, que a Síria viveu, a partir do ano de 2005, uma das secas mais perturbadoras das últimas décadas, tendo esta inclusive durado até 2011, ano em que tiveram início as manifestações da Primavera Árabe (Gleick, 2014).

“Consecutive years of drought have affected all riparian countries and may also have contributed to the rural unrest and exodus of rural populations, especially in northern Syria. The current situation suggests that water withdrawals will continue to rise in the foreseeable future, while water quality will further deteriorate, particularly given pressures from growing demand for food, rising energy” (UN-ESCWA and BGR, 2013: 72).”

As consequências destas grandes secas foram bastante impactantes sobretudo nas regiões rurais, onde as populações perderam algumas das colheitas de que necessitavam para sobreviver, sendo, por isso, forçadas a deslocar-se para outras regiões, incluindo zonas urbanas. O aumento repentino da população urbana de algumas cidades, acompanhado de um aumento do desemprego e da deterioração de vida de uma população em fuga do seu local de origem, poderão ter contribuído para aumentar os conflitos sociais e políticos na região, dessa maneira fomentando as revoltas e o descontentamento contra o governo (Gleick, 2014). Refira-se que uma parte bastante grande da população que migrou se deslocou para os arredores de cidades como Aleppo, Damasco, Hamaa ou Daraa (local em que terão tido início as primeiras revoltas contra o regime de Assad), e

que a instabilidade que os migrantes criaram nestes locais terá aumentado o descontentamento tanto da população originária desses locais como dos refugiados¹⁷.

No entanto esta população não pode ser considerada refugiados mas sim IDP'S (Internally displaced people) ou seja deslocados internos.

Importa lembrar a abordagem de Homer-Dixon (1991) e a forma como este relacionava o impacto das alterações climáticas com o despoletar de determinados conflitos (ver Quadro 1, página 26). Segundo este autor, recorde-se, a escassez provocada pelas alterações, poderia levar os governantes a provocar conflitos de cariz internacional com o intuito de acabar com essa mesma escassez, ao passo que o enfraquecimento da identidade de grupo poderia estar também na origem de conflitos internacionais ou domésticos, que têm início devido a inimizades entre determinados grupos ou etnias. No entanto, o ponto que devemos focar com mais atenção é o da privação relativa, que ocorre quando um dado país lida com uma situação de grande injustiça distributiva na qual a riqueza é distribuída de forma desigual entre as classes da população. Segundo este autor, a existência de uma classe média, que conquistou já um poder económico suficientemente grande, e que se vê perante o risco de empobrecimento relativo pode estar na origem de revoltas contra governos e regimes um pouco por todo o mundo. Assim, e novamente de acordo com Homer-Dixon (1991), as relativas privações que podem advir do impacto das alterações climáticas poderão estar na origem de alguns tipos de descontentamento nas populações que se revoltam contra os governos, e tal torna-se ainda mais evidente quando a migração maciça (provocada pelos chamados refugiados climáticos) leva a uma deterioração das condições de vida de uma população já de si insatisfeita com a situação política do seu país.

De acordo com esta abordagem, é então possível supor-se que, quando tiveram lugar as primeiras revoltas contra o regime de Assad no ano de 2011, as secas que a região vinha a enfrentar nos últimos anos contaram-se entre os fatores que estiveram na origem da insatisfação da população. Apesar de ainda ser impossível esclarecer definitivamente a globalidade dos fatores que causaram estes conflitos e revoluções (e qual o peso de cada um desses fatores), existem indícios de que a escassez de água deve ser contada como um deles. Diversos especialistas em questões climáticas, inclusive, colocam essa hipótese, levando-a bastante a sério.

¹⁷ Não será demais, contudo, lembrar o que ficou dito em pontos anteriores acerca da forma como os preconceitos contra os refugiados tantas vezes levam a que se lhes atribuam culpas por acontecimentos que não foram, de todo, causados por eles.

“In Syria, a devastating drought beginning in 2006 forced many farmers to abandon their fields and migrate to urban centers. There’s some evidence that the migration fueled the civil war there, in which 80,000 people have died. “You had a lot of angry, unemployed men helping to trigger a revolution,” says Aaron Wolf, a water management expert at Oregon State University, who frequently visits the Middle East” (Hammer, 2013)

Aplicando a teoria de Homer-Dixon, terão sido estes “*angry, unemployed men*” os grupos de pessoas que mais contribuíram para o despoletar das revoltas e revoluções na Síria, sendo totalmente plausível que os impactos das mudanças climáticas e do aquecimento global tenham contribuído para a sua revolta/protestos contra o regime de Assad. Deve mencionar-se ainda Albala-Bertrand (1933), também referido no nosso enquadramento teórico, segundo o qual a exclusão política e social, aliada a uma insatisfação pelos impactos das alterações climáticas, pode estar na origem de conflitos e revoltas contra um dado regime. As secas terão tido, assim, um efeito catalítico para o crescimento da crise e diminuição da qualidade de vida da população da Síria, ao que se deve juntar também algumas práticas agrícolas não sustentáveis, bem como algumas políticas do regime de Assad que não foram, de todo, propícias ao desenvolvimento da região (Fountain, 2015).

Resumindo, é possível concluir que a principal relação entre as secas na Síria e o despoletar das revoltas na Primavera Árabe é indireta e está longe de ser a sua única causa. Contudo, *“the Syrian conflict that began in 2012 has many roots, including long-standing political, religious, and social ideological disputes; economic dislocations from both global and regional factors; and worsening environmental conditions”* (Gleick, 2014: 338).

Num contexto em que uma parte da população rural depende ainda de uma agricultura de subsistência e se encontra numa posição em que é facilmente afetada por tudo aquilo que transtorne o acesso aos recursos hídricos, também não é de espantar que os conflitos que tiveram lugar já depois das revoltas, tenham sido, em muitos aspetos, influenciados por estas alterações climáticas, sobretudo no que diz respeito á forma como diferentes grupos foram aderindo a um ou outro dos lados da guerra (Berkell e Strozier, 2014). Este cenário torna-se ainda mais preocupante se se tiver em conta que, há relativamente poucos anos, ganhou força uma terceira potência nesta guerra, que não é aliada nem de Assad nem dos rebeldes que o querem destronar. Fala-se, como se sabe, do autoproclamado “Estado Islâmico”, que teve origem no Iraque, e que se encontra já a

conquistar territórios na Síria, usando para isso métodos particularmente violentos e contrários aos mais básicos preceitos dos direitos humanos que têm como principal alvo as populações nativas das zonas do nordeste do Iraque.

Uma população enfraquecida, incapaz de obter os recursos hídricos de que necessita para sobreviver, encontrar-se-á também mais fragilizada para combater o Estado Islâmico ou, noutros casos, resistir às suas ofertas e acordos, dessa maneira contribuindo para fortalecer este grupo terrorista e as suas atividades violentas (*Ibidem*).

Recorde-se, mais uma vez, a Figura 4 que mostrámos na página 28, que mostra o ciclo que pode levar a que as alterações climáticas desemboquem num conflito armado. Aplicando esse esquema explicativo ao caso sírio, é possível dizer que as alterações climáticas antropogénicas tiveram como consequência o surgimento (ou pelo menos o agravamento) de uma grande seca que afetou a população da Síria e de outros países do Médio Oriente. As migrações forçadas que tal seca causou, por sua vez, deram origem a uma instabilidade social e política que fomentou a revolta contra o regime de Assad. Os conflitos armados foram, portanto, o ponto a que todo este processo foi desembocar. É certo que o eclodir do conflito propriamente dito esteve mais relacionado com as decisões dos principais atores envolvidos (tanto os métodos utilizados pelos rebeldes como a recusa, por parte de Assad, em abdicar do seu poder) do que com as consequências das alterações climáticas. Contudo, parece ser cada vez mais certo que, pelo menos indiretamente, as questões do clima necessitam de ser contadas entre as causas do atual conflito, bem como entre os fatores que explicam que algumas populações se tenham aliado a um outro dos lados do conflito (ou, no caso do Estado Islâmico, se tenham rendido a ele).

Reconhecer os impactos negativos do aquecimento global, bem como das alterações climáticas provocadas por estes fenómenos, revela-se, portanto, um ponto essencial para que se compreenda verdadeiramente as implicações que estes podem ter sobre as sociedades humanas e a sua estabilidade política e social. O caso da guerra na Síria demonstra ser um exemplo preocupante que não pode ser esquecido pelos que se dedicam ao estudo desta questão, e revela que as alterações climáticas não podem ser negligenciadas enquanto catalisadores de conflitos quando aliados a outros fatores.

Uma vez abordados estes aspetos que nos propusemos a analisar na introdução a este trabalho, importa agora discutir de forma mais alargada os resultados a que chegámos e verificar quais as principais conclusões que podemos retirar. No entanto, e uma vez que

lidamos com o tema dos refugiados climáticos importa ter em conta o tipo de legislação que os países de chegada possuem e que os pode orientar no acolhimento dos migrantes. Sabendo que a União Europeia tem, nos últimos tempos, acolhido um número de refugiados considerável, que fogem da guerra na Síria, assim como de outros países da África subsariana, é precisamente para a legislação relativa à UE que nos devemos voltar (dessa maneira procurando responder também à segunda pergunta do presente estudo).

4.3.A legislação europeia concernente aos refugiados

A imigração para a Europa, independentemente da forma que assuma, faz parte da realidade atual e, possivelmente, futura. As pessoas imigram para a União Europeia por diferentes razões. Algumas vêm para estudar ou fazer investigação, outras para trabalhar e outras, ainda, para se juntarem ao resto da família que já vive na União. Simultaneamente, as crises mundiais cada vez mais frequentes, de origem humana ou natural, levam as pessoas a ter de deixar o país de origem. Dos cerca de 507 milhões de pessoas que vivem na UE, cerca de 20 milhões são cidadãos de países que não pertencem à União (Comissão Europeia, 2014).

Como se pode ver, a entrada de estrangeiros no espaço europeu tem sido, nos últimos anos, uma realidade a que a União Europeia já há muito se habituou e de que, de resto, sabe retirar o devido proveito, na medida em que utiliza a seu favor as vantagens que a migração lhe traz. No entanto, o fenómeno dos refugiados que procuram asilo no território da UE adquire uma dimensão problemática que vai além do mero acolhimento de imigrantes que deslocam com o intuito de trabalhar numa região estrangeira. O caso com o qual a Europa se encontra de momento a lidar é, como se sabe, o dos refugiados que fogem da guerra na Síria.

Têm sido bastante frequentes nos últimos meses as imagens de refugiados que, escapando da Síria, procuram asilo em países vizinhos, entre os quais se contam a Turquia e o Líbano, mas também países da União Europeia, cujo alcance se revela mais perigoso (e muitas vezes mortal). Esta crise de refugiados terá tido início ainda no ano de 2011, quando um grupo de cerca de 5000 refugiados abandonou a cidade de Talkalhak para se dirigirem para o Líbano.



Figura 17 - Campo Zaatari, que alberga refugiados sírios na Jordânia e que pode ser já considerado como um dos maiores ajuntamentos populacionais daquele país

Fonte: http://economico.sapo.pt/noticias/o-campo-de-refugiados-sirios-que-e-a-quarta-maior-cidade-da-jordania_228884.html¹⁸

Depois desta deslocação inicial, milhares de outros habitantes da Síria ver-se-iam obrigados a abandonar o seu país devido ao recrudescimento dos conflitos. A chegada dos conflitos a Aleppo, local onde estes se revelaram bastante violentos, levou a que um grande número de migrantes partisse para a Turquia e, partindo daí, tentasse entrar em países da União Europeia, que ofereciam melhores condições de vida. Outros ainda tentaram alcançar diretamente a Itália e França, o que obriga a uma perigosa travessia pelo mar Mediterrâneo que, muitas vezes, coloca em perigo a vida dos viajantes, tendo a UNHCR feito uma distribuição dos refugiados por vários Países como podemos ver na Figura 17.

Neste cenário problemático, as principais organizações não-governamentais não tardaram a atuar e a fazer os possíveis para assegurar um acolhimento correto dos refugiados sírios. Refira-se, tendo em conta tudo o que ficou dito anteriormente, que a chegada de novos migrantes pode sempre originar um grande número de preconceitos e ideias que responsabilizam os refugiados por acontecimentos dos quais estes não têm qualquer culpa, como já afirmámos várias vezes ao longo deste trabalho. O caso dos refugiados sírios não foi uma exceção a esta regra, o que se revela menos compreensível do que nos casos anteriormente abordados, uma vez que os países da União Europeia têm, na sua esmagadora maioria, um sistema de infraestruturas capaz de fazer frente a

¹⁸ Consultado a 12 de Dezembro de 2015

eventuais problemas ambientais ou de outra natureza que sejam trazidos pelos migrantes vindos da Síria, cuja distribuição se pode ver na figura 18.

Country	Pledge (Persons)
Australia	500 resettlement
Austria	500 humanitarian admission
Canada	200 resettlement 1,100 private sponsorship
Finland	500 resettlement
France	500 humanitarian admission
Germany	5,000 humanitarian admission
Hungary	10 resettlement
Ireland	90 resettlement
Luxembourg	60 resettlement
Moldavia	50 resettlement
Netherlands	250 resettlement
Norway	1,000 resettlement
Spain	30 resettlement
Sweden	400 resettlement
Switzerland	50 resettlement
USA	Open-ended number on resettlement
TOTAL	10,240 plus an additional number to the USA

Quadro 4 - Distribuição de refugiados proposta pela UNHCR em 2013, altura em que a crise dos refugiados atingiu proporções particularmente graves

Fonte: http://syrianrefugees.eu/?page_id=163¹⁹

Em todo o caso, este não é o tópico que nos deve interessar no momento presente, na medida em que o que nos importa é verificar qual a legislação da UE relativamente a estes refugiados.

¹⁹ Consultado a 13 de Dezembro de 2015.

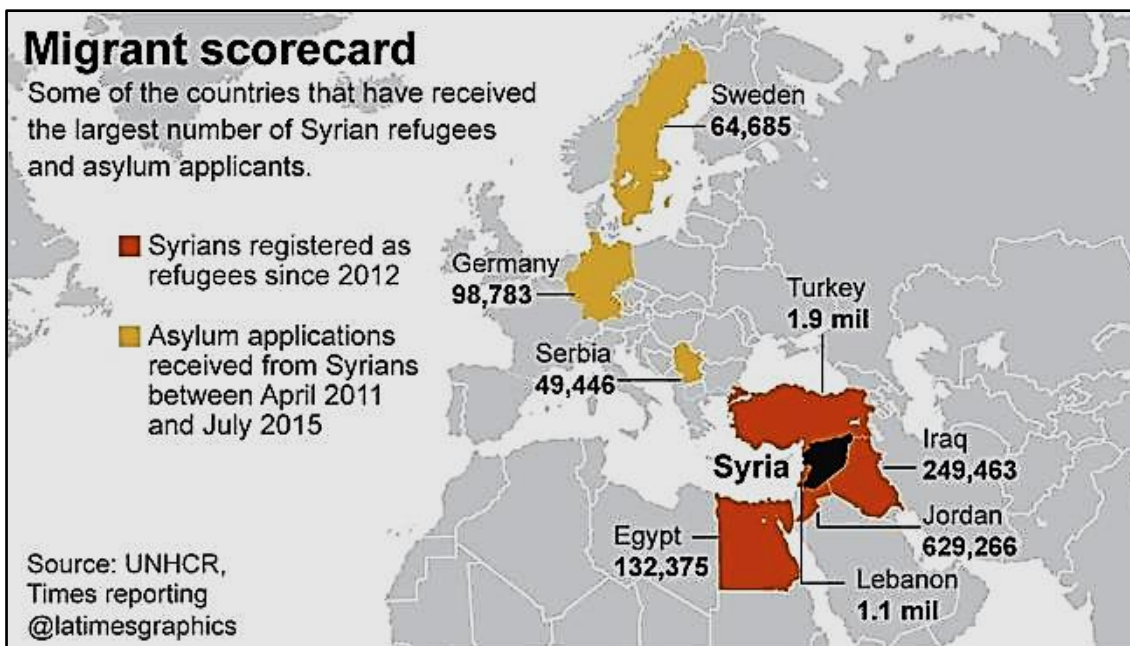


Figura 18 - Países que já aceitaram receber refugiados vindos da Síria

Fonte: <http://www.latimes.com/world/europe/la-fg-migrants-scorecard-20150908-story.html>²⁰

Refira-se ainda que, apesar de o principal motivo que levou à deslocação destes migrantes ter sido um conflito armado, não deve ser ignorado, como o nosso estudo demonstrou, que, indiretamente, as alterações climáticas surgiram como uma causa mais ou menos importante, na medida em que a escassez de água contribuiu também para o despoletar do conflito. Em todo o caso, tal relação indireta não é suficiente para que se considere estas pessoas como refugiados climáticos, estatuto que, de resto, é algo controverso e não é mencionado por uma grande parte dos documentos legais um pouco por todo o mundo. Assim, importa saber a legislação que, de uma maneira geral, protege os refugiados que procuram asilo no solo europeu, apesar de, dado o tema do nosso trabalho, devermos prestar alguma atenção à questão dos migrantes ambientais.

Os países da União Europeia, que ratificaram a Convenção de Genebra de 1951, (casos da Alemanha e Suécia como se pode ver na Figura19) bem como o seu Protocolo de 1967, precisaram de se reger de acordo com o que ficou acordado neste e noutros tratados. Assim, segundo o Protocolo da Convenção de Genebra é considerado como refugiado quem quer que,

“owing to well-founded fear of being persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion, is outside the country of his nationality and is unable or, owing to

²⁰ Consultado a 12 de Dezembro de 2015.

such fear, is unwilling to avail himself of the protection of that country; or who, not having a nationality and being outside the country of his former habitual residence as a result of such events, is unable or, owing to such fear, is unwilling to return to it” (2011: 14).”

Os países que se regem de acordo com este Protocolo são, assim, obrigados a acolher os refugiados sem qualquer tipo de discriminação advinda da raça, religião ou ideias políticas (*Ibidem*). De acordo com o artigo 12 do Protocolo, *“the personal status of a refugee shall be governed by the law of the country of his domicile or, if he has no domicile, by the law of the country of his residence” (2011: 20).*

A lei da UE, que vai de encontro ao que fica estipulado na Convenção de Genebra, está, pois, concebida com o propósito de permitir uma intervenção eficaz, que consiga acolher devidamente os refugiados, e que lhes garanta um conjunto de direitos fundamentais. Igualmente importante é a ideia de que estes refugiados não devem ser expulsos ou extraditados de volta para os seus países de origem, a não ser que, através de um processo judicial devido, se prove que um dado indivíduo se revela perigoso para a segurança nacional:

“No Contracting State shall expel or return (“refouler”) a refugee in any manner whatsoever to the frontiers of territories where his life or freedom would be threatened on account of his race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion” (2011: 30)

Tendo em conta os pontos mais relevantes deste protocolo, importa, então olhar para o ponto nº78 do TFEU (Treaty of the functioning of the European Union), que lida diretamente com a questão dos refugiados. Assim, em conformidade com os Protocolos de Genebra, o ponto 78 do TFEU refere que,

“A União desenvolve uma política comum em matéria de asilo, de proteção subsidiária e de proteção temporária, destinada a conceder um estatuto adequado a qualquer nacional de um país terceiro que necessite de proteção internacional e a garantir a observância do princípio da não repulsão (TFEU, 2012: 76).”

O sistema de asilo comum que a EU pretende construir deve então incluir:

- a) Um estatuto uniforme de asilo para os nacionais de países terceiros, válido em toda a União; b) Um estatuto uniforme de proteção subsidiária para os nacionais de países terceiros que, sem obterem o asilo europeu,

careçam de proteção internacional; c) Um sistema comum que vise, em caso de afluxo maciço, a proteção temporária das pessoas deslocadas; d) Procedimentos comuns em matéria de concessão e retirada do estatuto uniforme de asilo ou de proteção subsidiária; e) Critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de asilo ou de proteção subsidiária; f) Normas relativas às condições de acolhimento dos requerentes de asilo ou de proteção subsidiária; g) A parceria e a cooperação com países terceiros para a gestão dos fluxos de requerentes de asilo ou de proteção subsidiária ou temporária (TFEU, 2012: 76-77).

Como se vê, os documentos legais vigentes na União Europeia têm como principal objetivo o de construir um espaço de acolhimento para os refugiados, que esteja de acordo com o estipulado nos Protocolos da Convenção de Genebra, de maneira a construir um conjunto de infraestruturas e estratégias que saibam agir no sentido de dar aos migrantes todos os direitos e comodidades de que estes precisam. No entanto, e como já tivemos ocasião de notar, apesar de os Protocolos distinguirem vários tipos de causas que podem estar na origem da condição dos refugiados, é deixada de fora qualquer menção a migrações forçadas que se devam a alterações climáticas ou outras questões ambientais.

Assim, é possível concluir que os conceitos de refugiados ambientais e refugiados climáticos são colocados de parte pelos principais documentos legislativos da União Europeia, o que, no contexto do nosso trabalho, pode ser visto como uma falha grave. A situação dos indivíduos que tenham procurado asilo devido a um qualquer acontecimento que tenha tido origem numa alteração climática não é, pois, abordada diretamente nos principais documentos europeus.

Recorde-se o Quadro 2, que aparece na página 33, e que resume as principais formas de proteção que pode ser dada aos refugiados climáticos, dependendo da catástrofe que deu origem ao asilo, bem como as brechas legais que podem ser aproveitadas para que os migrantes recebam o auxílio de que necessitam. Segundo o que aí vem exposto, os refugiados climáticos cuja deslocação se deva a um caso de conflito são abrangidos precisamente pela Convenção de Genebra, podendo dessa forma beneficiar de ajuda mesmo que não exista qualquer especificação legal relativa à sua situação. Desta maneira, é possível defender-se que a ausência de uma referência direta aos refugiados ambientais

surge como um pormenor, na medida em que estes obterão de igual forma o apoio de que necessitam.

No entanto, e dado que o aquecimento global se revela um problema tão importante nos dias de hoje, é fulcral tomar consciência de que os impactos deste fenómeno abarcam diversos aspetos das sociedades humanas e que, por essa razão, os problemas migratórios tenderão a agravar-se devido à crescente degradação ambiental que o mundo começou já a testemunhar e que crescerá nas próximas décadas. Assim, seria importante que os principais documentos legais e convenções passassem a incluir referências específicas à situação dos chamados refugiados ambientais, passando esta designação a ter um reconhecimento legal absoluto.

Chegados ao final do nosso trabalho, resta-nos agora passar então às conclusões finais que importa retirar, de modo a que possamos perceber de que maneira as nossas perguntas de investigação foram efetivamente respondidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a importância que o tema do aquecimento global adquire na sociedade dos nossos dias (representando mesmo um dos principais desafios que a humanidade terá de enfrentar nas próximas décadas), tornou-se relevante realizar um trabalho que procurasse explorar a relação entre o impacto das alterações climáticas e a instabilidade política e social que se reflete no surgimento de problemas como os dos conflitos armados e as migrações forçadas.

Assim, ao longo da nossa investigação, tornou-se evidente que os impactos do aquecimento global, além de afetarem, fauna, flora, qualidade da água, qualidade do ar, além de alterar o comportamento das Estações do nosso planeta, causam também problemas complexos sobre as sociedades humanas, ao ponto de destabilizar a segurança e a estabilidade de muitas regiões do globo, nomeadamente África, Médio Oriente e Ásia. Um dos fenómenos que pode efetivamente ter uma relação com as alterações climáticas é o dos conflitos armados, apesar de esta relação raramente ser direta ou fácil de destringir. Assim, entram em jogo uma série de fatores que, ao interagir com as necessidades sentidas pela população e o contexto político, económico e cultural, podem terminar no surgimento de conflitos que tenham por fim, por exemplo, o de controlar recursos naturais essenciais aos quais se tem um difícil acesso. As rivalidades entre etnias e o descontentamento sentido contra um dado regime (que parece não fazer o suficiente para suprir as necessidades e problemas causados pelo clima) são também exemplos de conflitos que as alterações climáticas podem despoletar ou agravar.

Não menos problemática é a relação entre o clima e as migrações forçadas, na medida em que entram também em jogo um elevado número de fatores bastante complexos. Ainda assim, é possível dizer-se que, há uma relação entre clima e migrações forçadas a não ser que falemos de catástrofes naturais repentinas (que obrigam a uma fuga não premeditada) como é o caso dos sismos por exemplo da Turquia, Irão e Haiti.

Apesar de não ser bastante comum que fatores económicos, sociais e políticos, em conjunto com mudanças no clima, surjam como os principais motivos que levem a que um individuo resolva abandonar o local em que nasceu e vive para procurar refúgio num local com melhores condições de vida, mas tal pode acontecer.

Tendo em conta estas primeiras conclusões, foi feita uma tentativa para responder às duas perguntas iniciais deste TFM.

- Qual a relação entre as alterações climáticas e o atual cenário político na África Subsariana e no Médio Oriente?

- De que forma a legislação dos países da União Europeia se prepara para acolher os migrantes vindos de países menos desenvolvidos e que medidas concretas apresentam em relação ao acolhimento dos chamados “refugiados climáticos”

Na primeira destas perguntas, os casos do Burundi e da Síria serviram para demonstrar que pode efetivamente existir uma relação entre as alterações climáticas e os conflitos (no caso do Burundi elas contribuem para um aumento de conflitos por posse de recursos naturais, ao passo que no caso da Síria poderão ter estado na origem das revoltas contra o regime de Assad). O caso dos refugiados do Burundi, que se dirigiam para a Tanzânia, serviu ainda para demonstrar que a chegada de um grande número de pessoas a uma região que já se encontra em perigo pode contribuir para degradar ainda mais o seu ambiente (apesar de ser preciso lembrar que, muitas vezes, os refugiados podem vir a ser acusados com base em preconceitos e visões discriminatórias e não tanto em fatos reais).

Já a segunda pergunta levou-nos à conclusão de que a legislação presente na União Europeia, apesar de se reger por uma política coerente de acolhimento a todos os refugiados sem distinção, não inclui a devida discriminação dos casos daqueles que procuram asilo devido a um problema climático, ou fuga por razões políticas, tendo a União Europeia apesar da omissão na regulamentação o mesmo critério de acolhimento aos refugiados independentemente das razões que os levam à migração.

Poder-se-á argumentar que tal omissão se revela insignificante em termos práticos, na medida em que os mecanismos existentes são suficientes para garantir que os refugiados sejam devidamente integrados, mas a importância que o aquecimento global assume nos dias de hoje deverá levar a que se tenha sempre presente a necessidade de apontar todos os problemas que este causa e suas implicações para a sociedade humana.

Fica claro que a U.E. negligencia as necessidades ou especificidades dos denominados refugiados climáticos

Tendo tudo isto em conta, o nosso trabalho serviu, acima de tudo, para confirmar que a relação entre a sociedade e o meio em que esta está inserida é bastante complexa, mas que este não poderá deixar de influenciar a primeira. Por outras palavras, o clima e as alterações que este sofre podem trazer um impacto (por vezes bastante negativo) sobre as

sociedades humanas e causar danos demasiado graves que não deverão nunca ser menosprezados. Assim, assumir uma atitude firme contra o aquecimento global e optar pelas mais diversas formas de travar o seu avanço é a opção mais importante que os líderes e os governos mundiais deverão tomar neste momento crítico da história da humanidade. Se é certo que conflitos como o da Síria têm causas bastante profundas e complexas, não é menos certo que os perigos que o planeta enfrenta neste momento têm uma dimensão bastante alargada e que as relações humanas e sociais podem também ser profundamente prejudicadas pela deterioração ambiental.

Desenvolver estratégias de combate ao despoletar de conflitos implica também que se tenha em conta, entre outros fatores, as alterações ambientais e a dificuldade de acesso a recursos tão básicos como os da água (que foi severamente afetado na Síria, devido às secas na região).

Por último, refira-se que este trabalho teve diversas limitações, entre as quais as de apenas nos podermos cingir ao uso de fontes secundárias ou notícias cuja proximidade temporal com os incidentes não permitem o distanciamento necessário para uma avaliação justa. Novos estudos sobre este tema deverão, assim, incluir novos casos, mas também (caso tal seja possível) o recurso a outro tipo de fontes e métodos.

Não obstante, e apesar das falhas deste estudo, é importante refletir sobre o contributo que ele pode trazer para a investigação sobre o tema das alterações climáticas e sua relação com os conflitos e migrações forçadas. Assim, o principal contributo deste trabalho foi o de ter aumentado o conhecimento sobre a relação entre as alterações climáticas, as migrações forçadas e o despoletar de conflitos. Além de que, no que diz respeito ao seu contributo em termos empíricos, o trabalho deixou evidente que, a nível da legislação que visa o acolhimento de refugiados, a União Europeia necessita de rever a forma como enquadra os chamados “refugiados ambientais” ou “refugiados climáticos”, uma vez que a situação específica deste grupo de migrantes quase não é mencionada nos documentos oficiais. Contribuir para uma revisão da forma como se acolhe migrantes que sofreram devido às alterações climáticas é, pois, um dos principais contributos empíricos que este trabalho pode ter. Deve ainda mencionar-se que o trabalho chama a atenção, embora de forma breve, para as ações que se tornam necessárias de realizar para que os diferentes governos, cooperando a nível internacional, tomem um conjunto de medidas que mitigue os impactos do aquecimento global e das alterações climáticas e, dessa forma,

contribua para a perpetuação da paz e estabilidade nas regiões mais frágeis do globo, e assim em paralelo com os objetivos do milénio da O.N.U. entendeu o mestrando acrescentar a este trabalho algumas sugestões, pois é nossa obrigação apontar caminhos.

A originalidade deste trabalho é, portanto, a de ter abordado em simultâneo duas das principais zonas do globo que atualmente se vê confrontada com problemas como conflitos e migrações forçadas, usando para isso um conjunto de instrumentos e ferramentas teóricas que foram retiradas da literatura sobre a relação entre as alterações climáticas e o despoletar de conflitos. Recorrendo a uma perspetiva que abarca a complexidade e multiplicidade dos fatores que contribuem para as migrações e o surgimento de guerras, este trabalho foi capaz de se voltar para duas zonas problemáticas do globo e realizar uma análise que, sem esquecer fatores culturais, sociais, políticos e económicos, colocou também uma grande ênfase na ligação direta ou indireta que pode existir entre os problemas ambientais e a instabilidade nas regiões (refira-se mais uma vez a título de exemplo a ligação entre as secas na Síria e o descontentamento cada vez maior com o regime de Assad, descontentamento esse que haveria de estar na origem dos conflitos que atualmente assolam a região).

Outro ponto importante foi o de ter focado a sua atenção tanto na forma como as alterações no clima podem originar conflitos (como aconteceu no Burundi ou na Síria) como na forma como a chegada de novos refugiados pode contribuir para criar mudanças na região (algo que foi abordado na investigação sobre a Tanzânia), ainda que, neste último caso, uma boa parte das acusações feitas contra migrantes se possam ficar a dever a preconceitos xenófobos por parte dos habitantes. Trata-se, portanto, de uma perspetiva complexa, no qual a degradação ambiental pode ser vista como uma causa ou uma consequência dos conflitos e migrações, dependendo dos casos. Este constitui outro dos aspetos do trabalho que deve ser mencionado e que pode contribuir para lhe dar um carácter mais original.

Ainda que sem recorrer a uma investigação empírica original, e dependendo de dados e conclusões utilizadas noutras investigações, este trabalho tentou mostrar que continua a ser possível obter uma perspetiva mais bem fundamentada sobre o fenómeno dos efeitos das alterações climáticas se se fizer uma análise conjunta de casos de estudo que, ainda que decorrendo em pontos diferentes do globo, podem ser abordados com uma perspetiva semelhante.

No que diz respeito aos casos analisados neste trabalho, novas investigações serão necessárias para confirmar tanto o impacto das secas no despoletar de conflitos na Síria, assim como a desmatção e consequente aridez dos solos no Burundi, e as reais consequências da chegada de novos refugiados para a Tanzânia. A importância que estes acontecimentos têm para a estabilidade global exige, pois, que trabalhos futuros e estudos empíricos se foquem com especial atenção em temáticas como estas.

Poderia este estudo ser mais profundo, e ter outros ângulos de visão?

Talvez, mas o Mestrando apesar dos pedidos de ajuda e colaboração não teve resposta de nenhum organismo ou personalidade que contactou e ao citar organismos e académicos, não o faz por deslealdade mas tão só para mostrar o empenho em aprofundar o problema, e ter outros pontos de vista e análise.

Académicos Contactados

- Professora Wendy Brown- University of California, Berkeley)
- Professora Claire Colebrook- Pennsylvania State University
- Professor David Held- Durham University
- Professor Walter Kälin- University of University of Berna
- Doutor António Vitorino Comissário Europeu - Justiça e Assuntos Internos
- Professor Filipe Duarte Santos – Faculdade de Ciências Universidade Nova Lisboa
- Professor Gil Penha Lopes – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova Lisboa
- Professora Ana Cascão – Transboundary Water Management Unit – Stockholm International Water Institute (SIWI)

Organismos contactados

- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- Human Rights Watch
- Amnistia Internacional

- Cruz Vermelha Internacional
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente,
- United Nations Environment Programme, (UNEP)
- Centro de estudos para a Paz de Estocolmo

Iremos terminar este trabalho com algumas propostas para enfrentar estes problemas e procurar soluções e o faremos tendo como guia os objetivos do Milênio, plasmados no relatório proposto pela ONU.

Nesse âmbito, importa referir, ainda que brevemente, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), que teve lugar no ano de 2012 na cidade brasileira de Rio de Janeiro (sendo, por essa razão, também conhecida como Rio+20). Se todos os governos presentes na ocasião concordaram que era necessário continuar a tentar atingir os Objetivos do Milênio, propostos pela ONU no início deste século (e que incluem a prosperidade, igualdade e liberdade), também é importante notar que se chegou ao consenso de que era absolutamente necessário criar Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Dodds, Laguna-Celis & Thompson, 2014), uma vez que este passou a ser visto como a melhor forma de lidar com os problemas ambientais que o mundo atualmente enfrenta. Estes objetivos propõem, assim, um conjunto de metas que pretendem alcançar a redução da pobreza, a promoção social e proteção ao meio ambiente antes do ano de 2030, prestando especial atenção a tópicos como a energia sustentável e o acesso a água potável. Veja-se o Quadro 5, que resume os principais objetivos acordados por 193 países no ano de 2015 (como se pode ver, nem todas estas metas estão diretamente relacionadas com as alterações climáticas). A juntar a estes objetivos é importante discutir quais os tipos de medidas concretas que devem ser aplicadas para que as metas sejam devidamente alcançadas (no Quadro 5 é também possível encontrar um conjunto de sugestões da nossa autoria que podem contribuir para que tais estes objetivos sejam mais fáceis de alcançar):

Objetivos do Milénio 2015 (O.N.U.)	Propostas de Solução/Mitigação(Autor)
Erradicar todas as formas de pobreza à escala global	- Promover o desenvolvimento económico e social dos países mais carenciados através de programas de cooperação de dimensão internacional.
Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição, e promover a agricultura sustentável.	- Criação de indústrias de modo a mitigar carências alimentares
Promover o bem-estar para todas as faixas etárias.	- Incentivar medidas e programas de apoio aos mais idosos, sobretudo os que vivem em situações mais carenciadas e têm dificuldades no acesso aos cuidados de saúde básicos.
Garantir uma educação universal e de qualidade	- Promover uma educação gratuita e de qualidade. - Incentivar a partilha de manuais escolares e outros materiais de modo gratuito. - Criar medidas que levem a uma escola inclusiva e que combatam todos os tipos de discriminação no espaço escolar.
Alcançar a igualdade de género	- Incentivar uma cada vez maior igualdade no mundo do trabalho através de quotas de género. - Criar cada vez mais instituições e programas que combatam a violência doméstica.
Garantir o acesso a água potável para todos	- Promover a irrigação e reservatórios de água adequados a cada localidade e clima local.
Garantir o acesso a energia sustentável	- Disponibilizar o acesso, a baixo custo, a energias renováveis para toda a população.
Promover o crescimento económico sustentável e o emprego de qualidade para todos	- Promover a criação de emprego num quadro de respeito pelo meio ambiente e preocupação com as energias sustentáveis.
Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.	- Formação Profissional de requalificação de modo a criar bases sociais. - Promover o desenvolvimento da tecnologia.
Reduzir a desigualdade entre países mas também dentro de cada país	- Adoção de medidas de redistribuição de riqueza por parte dos governos dos países mais pobres. - Uma atuação por parte dos países mais desenvolvidos no sentido de cooperar com os menos desenvolvidos e permitir uma melhoria na qualidade de vida dos seus cidadãos.
Tornar as cidades e povoações mais seguras e sustentáveis	- Tomar medidas que combatam a criminalidade e a pobreza. - Promover o uso de transportes públicos e a redução do uso de veículos privados no centro das grandes cidades.
Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis	- Apostar no uso de energias renováveis.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos	- Aumentar o número de acordos e tratados internacionais que forcem os governos que mais poluem a reduzir a emissão de CO2 (sendo esta uma das medidas mais importantes no que às alterações climáticas diz respeito).
Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.	- Combater a poluição marítima através de um forte controlo de empresas ou outras organizações que possam colocar em perigo os oceanos com derrames de petróleo e situações semelhantes.
Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater à desertificação, bem como deter e reverter a degradação do solo e a perda de biodiversidade.	- Reflorestação das zonas não aráveis. - Criações de zonas que protejam as espécies em vias de extinção.
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	- Criar condições para se estabelecerem Governos credíveis e dialogantes na Líbia, Iraque e Síria entre outros. - Formação de redes de confiança e cooperação entre diferentes etnias.
Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	- Promover um cada vez maior número de encontros internacionais que juntem os principais líderes dos governos mundiais e onde se discuta a importância do combate às alterações climáticas.

Quadro 5 - Objetivos do Milénio

Fonte: Adaptado do relatório da O.N.U. sobre os objetivos do milénio

No topo das soluções a primeira e prioritária é fazer cumprir os acordos relativos ao aquecimento global, e forçar os Países mais poluidores a reduzirem as suas quotas de emissões de CO2.

Esta medida utópica será a base para se poder reverter e resolver este grave problema.

Nas propostas apresentadas pelo Mestrando no Quadro 5, outras medidas mitigatórias e que devem ser tomadas a montante são:

- Criar condições para se estabelecerem Governos credíveis e dialogantes na Líbia, Iraque e Síria entre outros;

E se segundo Chu En Lai a diplomacia é apenas a continuação da guerra por outros meios, então que a Diplomacia cumpra o seu papel e acabe com Estados Falhados (caso da Líbia, Iraque e Síria).

O aparecimento de um governo credível e dialogante nestes países (Líbia e Síria) é uma aspiração demasiado pretensiosa, mas será pedir muito para que se consiga implementar um governo credível e dialogante na Síria e Líbia?

Porque não simplificarmos o problema e procurarmos apenas que se encontre um governo?

O governo pode obter-se de diferentes formas:

- Por vitória militar de uma das partes (Angola).
- Por designação internacional numa solução em que o apoio militar internacional é preponderante (Afeganistão).
- Por cansaço das partes no caso de conflitos longos sem fim à vista (Moçambique).

Infelizmente no caso Líbia e Síria não parecem existir condições para governos eleitos através de um processo democrático.

Talvez a reflexão mais importante seja esta: Pode não existir um governo único, mas o poder não caiu na rua. Ele é exercido por grupos armados que controlam recursos e populações e que no caso da Líbia e da Síria, traduzem as profundas divergências étnicas e até religiosas de países que nunca foram homogêneos. Pode o Ocidente forçar a existência de governos nacionais, únicos nesses países? Dificilmente tem condições para o fazer, porque a Europa (e a Alemanha em particular) desistiu de aplicar a Força como método para obter soluções internacionais.

Não existe nem nunca existiu uma solução mágica para a resolução de conflitos regionais.

Sabemos que quando ficam descontrolados podem assumir dimensões incontroláveis, como é o caso da Síria, onde um conflito que começou com protestos nas ruas (protestos que tiveram a sua génese na falta de água, quer pluviais quer de irrigação) evoluiu para confrontos com as forças da ordem e terminou numa guerra civil que se internacionalizou pela intervenção de grupos regionais, tornando-se mais intensa pelo aparecimento de Países oportunistas, que levou ao aparecimento de uma clivagem, clivagem essa que acabou em confronto indireto entre a Rússia e os USA, confronto esse

que visa garantir o domínio do Mediterrâneo e do Médio Oriente e fundamentalmente das suas matérias-primas nomeadamente o petróleo.

Face à passividade das Nações Unidas para controlar conflitos regionais podemos afirmar que a paz perpétua continua no reino dos mitos.

Dado que conseguimos estabelecer uma relação direta entre conflitos e migrações entendemos que se acabarem os conflitos eliminamos uma das causas que levam às migrações.

O tema das alterações climáticas e das migrações por elas causadas são, pois, um fenómeno que só nas últimas décadas se tornou relevante. Importa, por isso, que continuem os estudos sobre o tema e que novas e melhores soluções sejam encontradas.

Investigar as implicações do aquecimento global deverá ser, assim, uma tarefa importante nos próximos anos, na medida em que a própria civilização humana necessita de conhecer totalmente este fenómeno que irá colocar imensos desafios para a sua sobrevivência.

Recentemente, a falta de apoio por parte da União Europeia à operação Mare Nostrum, (Operação Mare Nostrum foi uma operação naval e aérea do governo italiano) iniciada em 18 de outubro de 2013 para enfrentar o aumento da imigração para a Europa durante o segundo semestre de 2013 após o naufrágio migratório em Lampedusa. Durante a operação, pelo menos 150.000 migrantes, principalmente da África e do Oriente Médio, conseguiram chegar com segurança à Europa.

A operação foi nomeada de Mare Nostrum, antigo nome romano para o Mar Mediterrâneo. A Comissão Europeia concedeu apoio financeiro para a operação com € 1,8 milhão do Fundo para as Fronteiras Externas. A Mare Nostrum foi conduzida pela Marinha italiana perto da costa da Líbia.

A operação terminou em 31 de outubro de 2014, e foi substituída pela Frontex Operação Triton, que mobiliza e opera uma menor capacidade de busca e salvamento. Ao contrário do Mare Nostrum, a Operação Triton é centrada na proteção das fronteiras, em vez de busca e salvamento.

Com o naufrágio de 20 de abril de 2015, onde cerca de 700 pessoas estão desaparecidas levou a que o governo italiano optasse pelo seu cessamento, e desse início

à operação Triton (que terminou em Dezembro de 2015), desta vez com ajuda da agência Europeia Frontex (Rocha, 2015), e cujos resultados estão ainda por avaliar. É possível que o futuro da UE passe, em parte, pelo tipo de resposta que conseguir dar a este problema humanitário e os próximos anos serão, sem dúvida, bastante importantes.

No dia 17 de Março de 2016 (já durante a execução deste trabalho) reuniu-se o Conselho Europeu em Bruxelas com a presença de Chefes de Estado e de Governo, com o objetivo de encontrarem uma posição comum em relação aos fluxos migratórios, assim como chegarem a acordo em relação às exigências Turcas e darem apoio à Grécia.

Deste conselho (e baseado no que foi dito nos órgãos da comunicação social) apenas podemos concluir que o problema está a ser tratado meramente como um problema político/económico e que com mais ou menos milhões de euros se resolverá.

O tempo e a história provarão o erro da U.E e mostrarão o cinismo e a hipocrisia com que foram decididos e tratados os destinos de milhares de seres humanos, mas aí já será tarde para emendar a mão, assim como as medidas a tomar para combater as alterações climáticas, quando chegarem (se chegarem) será tarde demais.

Lamentamos acabar este trabalho com uma nota de pessimismo mas os sinais existentes conduzem-nos a este raciocínio, apesar do autor ainda depositar grandes esperanças na Humanidade.

“Nada do que fazemos ou pensamos é trivial ou irrelevante, porque tudo o que fazemos tem consequências no domínio das mudanças estruturais a que pertencemos” - Humberto Maturana

BIBLIOGRAFIA

ABBOUD, S. (2015) *Syria*. John Wiley & Sons.

ACPOBS (2011) “Lenta, mas inexoravelmente: o ambiente as alterações climáticas e a migração nos países ACP”. Consultado a 2 de novembro de 2015, disponível em <http://www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/PT-BN04Environment.pdf>

ALBALA-BERTRAND, Jose-Miguel, 1993: *Political Economy of Large Natural Disasters* (Oxford: Oxford University Press).

ALLISON, I.; et al. (2009), *The Copenhagen Diagnosis, 2009: Updating the world on the Latest Climate Science*. Sydney: The University of New South Wales Climate Change Research Centre (CCRC).

AMERICA'S Climate Choices: Panel on Advancing the Science of Climate Change; National Research Council (2010). *Advancing the Science of Climate Change*. Washington, D.C.: The National Academies Press

ARENDT, Hannah, (1968) *The Origins of Totalitarianism*. New York: Harvest;

BAECHLER, Günther, (1999): *Violence through Environmental Discrimination* (Dordrecht: Kluwer).

BARNET, J. (2003) *Security and climate change. Global and environmental Change*, 13(1), 7-17.

BATES, Diana C., 2002: “Environmental Refugees? Classifying Human Migrations Caused by environmental Change”, in: *Population and Environment* 23 (5): 465–477.

BELL, J (1989). *Doing your research project: a guide for the first-time researchers in education and social science*. Milton Keynes, England: Open University Press.

BERKELL, K.; Strozier, C. B. (2014) “How climate change helped Isis” *Huntington Post*. Consultado a 12 de Dezembro de 2015, disponível em http://www.huffingtonpost.com/charles-b-strozier/how-climate-change-helped_b_5903170.html

BERRY, L. (2008) “The impact of environmental degradation on refugee-host relations: a case study from Tanzania” Consultado a 28 de novembro de 2015, disponível em <http://www.unhcr.org/47a315c72.pdf>

BIERMANN, Frank; Boas, Ingrid, 2008: “Protecting Climate Refugees: The Case for a Global Protocol”, in: *Environment*, 50,6: 8–16.

BLASING, T. J. (February 2013), *Current Greenhouse Gas Concentrations*.

BRAUCH et. al. (2012) *Climate Change, Human Security and violent conflict*. New York: Springer.

BUHAUG, Halvard, 2010: “Climate not to blame for African civil wars”, in: *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 107,38: 16477–16482.

BUHAUG, Halvard; Gleditsch, Nils Petter; Theisen, Ole Magnus, 2008: “Implications of Climate Change for Armed Conflict”, Paper presented at the conference ‘Social Dimensions of Climate Change’, World Bank, Washington, DC, 5–6 March 2008.

BUHAUG, Halvard; Gleditsch, Nils Petter; Theisen, Ole Magnus, 2010: “Implications of Climate Change for Armed Conflict”, in: Mearns, Robin; Norton, Andrew (Eds.): *Social Dimension of Climate Change* (Washington: World Bank): 75–101.

BISWAS, A. K., Quiroz, C. T. “Environmental impacts of refugees: a case study”

CALDWELL, M. (2015) “We can’t cope with mass Burundian refugee influx in Tanzania” Consultado a 28 de novembro de 2015, disponível em <http://www.dw.com/en/unhcr-we-cant-cope-with-mass-burundian-refugee-influx-in-tanzania/a-18869964>

COLLIER, Paul; Elliott, V.L.; Hegre, Havard; Hoeffler, Anke; Reynal Querol, Marta; Sambanis, Nicholas, (2003) *Breaking the Conflict Trap: Civil War and Development Policy* (Washington, D.C.: World Bank – Oxford University Press).

COLMAN et. al. (2013) *Causes, Impacts and solutions to Global Warming*. London: Springer.

COMISSÃO Europeia (2014) *Compreender as políticas da União Europeia: a migração e asilo*.

COSTELLO, C. (2015) *The Human Rights of Migrants and Refugees in European Laws*. Oxford University Press.

CUBASCH, U. (2007). *Historical overview of climate change science*. In: *Climate change 2007: The physical science basis. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* (Solomon S., Qin D., Manning M., Chen Z., Marquis M., Averyt K. B., Tignor M. and Miller H. L., editors). Cambridge University Press. Retrieved 14 December 2008.

EL-HINNAWI, Essam, 1985. *Environmental Refugees* (Nairobi: United Nations Environment Programme).

EUROPEAN Commission (2015) “Burundi Refugee Crisis” Consultado a 29 de novembro de 2017, disponível em http://ec.europa.eu/echo/files/aid/countries/factsheets/burundi_en.pdf

EUROPEAN Union Agency for fundamental rights (2014) *Handbook on European Law related to asylum, borders and immigration*. Consultado a 11 de Dezembro de 2015, disponível em http://fra.europa.eu/sites/default/files/handbook-law-asylum-migration-borders-2nded_en.pdf

ESSA, A. (2015) “Burundi refugee crisis tests Tanzania’s refugee policy” *Al Jazeera*. Consultado a 30 de novembro de 2015, disponível em <http://www.aljazeera.com/blogs/africa/2015/05/burundi-refugee-crisis-tanzania-150525112220277.html>

ESSA, A. (2015) “Burundi refugees breaking point” *Al Jazeera* Consultado a 6 de novembro de 2015, disponível em <http://www.aljazeera.com/news/2015/07/facilities-burundi-refugees-breaking-point-msf-150722165937729.html>

FALKENMARK, M., (1986) Fresh waters as a factor in strategic policy and action. *Global Resources and International Conflict: Environmental Factors in Strategic Policy and Action*, A. H. Westing, Ed., Oxford University Press, 85–113

FIDEL. R. (1992). *The case study method: a case study*, In: GLAZIER, Jack D. & POWELL, Ronald R. *Qualitative research in information management*. Englewood, CO: Libraries Unlimited.

FIELDS, S. (2005). “Continental divide: Why Africa climate change burden is greater”. *Environ Health Perspect.* Consultado a 17 de Maio de 2016, disponível em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1280367/>

FOUNTAIN, H. (2015) “Researchers link Syrian conflict to a drought made worse by climate change” *The New York Times*. Consultado a 12 de Dezembro de 2015, disponível em http://www.nytimes.com/2015/03/03/science/earth/study-links-syria-conflict-to-drought-caused-by-climate-change.html?_r=0

GIL, A. C. (2007) *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2007.

GLEDITSCH, P., Nordas, R. (2007) “Climate Change and conflict” *Political Geography*, 26, (6), 627-638.

GLEICK, P. H. (2014) “Water, drought, climate change and Conflict in Syria” *American Meteorology Society*. Consultado a 5 de novembro de 2015, disponível em http://religioner.no/wp-content/uploads/2015/08/religioner.no_wcas-d-13-00059.pdf

GOVERNMENT Office for Science (2011) “Migration and global environmental change: Future challenges and opportunities” Consultado a 19 de novembro de 2015, disponível em https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/287717/11-1116-migration-and-global-environmental-change.pdf

GRAWITZ, M. (1996) *Methodes de Sciences Sociales*. Paris: Dalloz. (em francês)

GUEDES, M. H. (2015) *Efeito Estufa*. Clube de autores.

GURR, Ted Robert, 2000: *People versus States. Minorities at Risk in the New Century* (Washington, DC: United States Institute of Peace Press).

HAAS, M.; Lesch, D. (2013) *The Arab Spring*. Westview Press.

HARDY, J. T. (2003) *Climate Change: causes, effects and solutions*. Londres: Wiley.

HAMMER, J. (2013) “Is lack of water to blame for the conflict in Syria” *Smithsonian Magazine*. Consultado a 11 de Dezembro de 2015, disponível em <http://www.smithsonianmag.com/innovation/is-a-lack-of-water-to-blame-for-the-conflict-in-syria-72513729/?no-ist>

HITTY, P. K. (2004) *History of Syria, including Lebanon and Palestine*. Gorgias Press.

HOLLENBACH, D. (2008) *Refugee Rights: Ethics, Advocacy and Africa*. Georgetown University Press.

HOMER-DIXON, T. (1991) “On the threshold: Environmental changes as cause of actual conflict” *International security* 16 (2).

ICG Central Africa Report (1999) “Burundian refugees in Tanzania: the key factor to Burundian Peace Project” Consultado a 28 de novembro de 2015, disponível em <http://www.crisisgroup.org/~media/Files/africa/central-africa/burundi/Burundian%20Refugees%20in%20Tanzania%20The%20Key%20Factor%20to%20the%20Burundi%20Peace%20Process.pdf>

IOM (2011) *IOM Response to the Horn of Africa Crisis. External Situation Report*.

IPCC (2004) “16 Years of Scientific Assessment in Support of the Climate Convention”. Consultado a 4 de novembro de 2015, disponível em <http://www.ipcc.ch/pdf/10th-anniversary/anniversary-brochure.pdf>

IPCC (2014) *Climate Change 2014: Synthesis Report*. Consultado a 5 de novembro de 2015, disponível em http://epic.awi.de/37530/1/IPCC_AR5_SYR_Final.pdf

JANIN, H.; Mandia, S. (2012) *Rising Sea Levels*. London: Macfarland & Company Inc.

KAHL, Colin, 2006: *States, Scarcity, and Civil Strife in the Developing World* (Princeton, NJ: Princeton university Press).

KAPLAN, R.D. (1994) “The coming anarchy”. *The Atlantic Monthly*.

KOLMANNSKOG, V. (2009). “Climate change, disaster, displacement and migration: initial evidence from Africa” Consultado a 27 de novembro de 2015, disponível em <http://www.unhcr.org/4b18e3599.pdf>

KUTZBACH, J. E.; Gallimore, R. G. (1989) *Pangean Climates: Megamonsoons of the megacontinent. Journal of Astrophysics Research*.

LACZKO, F.; Aghazarm, C. (2009) “Migration, Environment and climate change: assessing the evidence”. Consultado a 16 de novembro de 2015, disponível em http://publications.iom.int/bookstore/free/migration_and_environment.pdf

LEWIS, M. (2008) *A Ficção Científica de Al Gore*. Bookonomics.

LONERGAN, S., 1997: Water resources and conflict: Examples from the Middle East. *Conflict and the Environment*, N. P. Gleditsch, Ed., NATO ASI Series, Vol. 33, Springer, 375–384.

MARTIN, A 2005. Environmental conflict between refugee host communities. *Journal of Peace Research*, 42(3):329–346

MATHBOUT, S., and M. Skaf, (2010) Drought changes over last five decades in Syria. *Economics of Drought and Drought Preparedness in a Climate Change Context*, A. Lopez-Francos, Ed., Mediterranean Seminars, 95, CIHEAM, 107–112.

MATURANA, Humberto - Neurobiólogo chileno, crítico do realismo matemático e criador da teoria da autopoiese e da biologia do conhecer.

MCADAM, J. (2010) *Climate Change and displacement: multidisciplinary perspectives*. Bloomsbury Publishing.

MCADAM, J. (2012) *Climate Change, forced migration and law*. Oxford University Press.

MCDONALD, M. (2011) *Segurança, Meio Ambiente e Emancipação: Contestação sobre Mudança Ambiental* (Routledge, New Estudos de Segurança).

MCLEMAN, R. (2011) “Climate change, migration and critical international security considerations” Consultado a 2 de novembro de 2015, disponível em <http://publications.iom.int/bookstore/free/MRS42.pdf>

MINAYO, M.C.S; Deslandes, S. F. (2008) *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Fundação Oswaldo Cruz.

MOHTADI, S. (2013) “Climate change and the Syrian uprising” Consultado a 5 de novembro de 2015, disponível em http://religioner.no/wp-content/uploads/2015/08/religioner.no_wcas-d-13-00059.pdf

MYERS, N. (2002) “Environmental refugees: A growing phenomenon of the 21st century. *Philosophical Transactions of the Royal Society London: Biological Sciences*: 357(1420).

NADEAU, I. (2006) *Glaciers*. New York, Rasen Publishing Group.

NAPA (2007) “National Adaptation Plan of action” Consultado a 29 de novembro de 2015, disponível em <http://unfccc.int/resource/docs/napa/bdi01e.pdf>

OECD (2011) *Integração da adaptação às alterações climáticas na cooperação para o desenvolvimento: Guia para o desenvolvimento de políticas*. OECD Publishing.

OPHLUS, William (1977) *Ecology and the politics of scarcity*.

PARDAL, L.; Lopes, E. S. (2011) *Métodos e Técnicas de Investigação Social*

PHILANDER, S. G., ed, (2012) *Encyclopedia of Global Warming and Climate Change*. Londres: Sage Reference.

PONTE, J. P. (2006). Estudos de caso em educação matemática. *Bolema*, 25,

REARDON, R.; Taylor, J. E., (1996). "Agroclimatic shock, income inequality, and poverty: Evidence from Burkina Faso," *World Development*, Elsevier, vol. 24(5).

REFUGEE Studies Center (2016a). “Are we prepared for climate change refugees?”. Consultado a 17 de Maio de 2016, disponível em <http://www.rsc.ox.ac.uk/news/are-we-prepared-for-climate-change-refugees>

REFUGEE Studies Center (2016b). “The Syrian Humanitarian Disaster: disparities in perceptions, aspirations and behavior in Lebanon, Jordan and Turkey” Consultado a 17 de maio de 2016, disponível em https://www.researchgate.net/publication/289521695_Syrian_Humanitarian_Disaster.

REIS, A. S. Z. (2016) “Mudanças climáticas e desastres naturais” in *Ameaças e Riscos Transnacionais no novo mundo global*. Porto: Fronteira do Caos Editores.

REQUENA, M. (2015) “International Migrations, security and identity” In *Globalization and International Security: an overview*. Nova Science Publishers.

ROCHA, J. M.(2015) “Caos na Líbia acelera imigração para Itália” Público. Consultado a 21 de Fevereiro de 2014, disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/caos-na-libia-acelera-imigracao-para-italia-1686322>.

SHELLING, Thomas C. (2002). "Greenhouse Effect". In David R. Henderson (ed.). *Concise Encyclopedia of Economics*. Library of Economics and Liberty.

SHARP, J. M. (2010) *Syria: Background and US relations*. Congressional Research Survey.

SMITH, J. M. (2014) “The Refugee Crisis: Evaluating the Effects of Displaced Populations on the World’s Environment” Consultado a 28 de novembro de 2015, disponível em <http://www.dw.com/en/unhcr-we-cant-cope-with-mass-burundian-refugee-influx-in-tanzania/a-18869964>

SOMMERS, M. (2001) *Fear in Bongoland: Burundi Refugees in Urban Tanzania*. Oxford, Berghahan Books.

SPENCER, R. (2009) *A Mentira do aquecimento global: mito ou ciência*. Caleidoscópio.

STARR, S. (2013) *Revolt in Syria: Eye-Witness to the uprising*. London: Hurst & Company.

TFEU (2012) Tratado sobre o funcionamento da União Europeia. *Jornal Oficial da União Europeia*. <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12012E/TXT&from=EN>

TOMÁS, M. J. (2013) *Da Primavera ao Inverno Árabe*. Lisboa, Círculo de Leitores.

UNFCCC (2014) “Background on the UNFCCC: The international response to climate change”. Consultado a 8 de novembro de 2015, disponível em http://unfccc.int/essential_background/items/6031.php

URDAL, Henrik, 2008: “Population, Resources, and Political Violence: A Sub-National Study of India, 1956–2002”, in: *Journal of Conflict Resolution*, 52,4 (August): 590–617.

UNEP: Division of Environmental Policy Implementation (2005) “Impacts of Refugees and Internally Displaced Persons on the Environment in Tanzania.” Consultado a 28 de novembro de 2015, disponível em <http://www.unhcr.org/47a315c72.pdf>.

UNHCR. (2005) “UNHCR Environmental Guidelines.”

UNHCR. (2011) *Convention and Protocol relating to the status of the refugees*. Consultado a 5 de novembro de 2015, disponível em <http://www.unhcr.org/protect/PROTECTION/3b66c2aa10.pdf>

UNHCR (2016) State of the world's refugees 2016: a world in turmoil. Oxford: Oxford University Press.

UNITED Nations IN Tanzania (2015) "Refugees" Consultado a 5 de novembro de 2015, disponível em <http://tz.one.un.org/what-we-do/refugees>

UN-ESCWA and BGR (United Nations Economic and Social Commission for Western Asia; Bundesanstalt für Geowissenschaften und Rohstoffe). 2013. Inventory of Shared Water Resources in Western Asia. Beirut.

VERNER, W. (2012) Adaptation to a changing climate in the Arab countries. Washington: Worldbank.

WEBERSIK, C. (2010) "What will climate change mean to human security?". Consultado a 17 de Maio de 2016, disponível em <http://ourworld.unu.edu/en/what-will-climate-change-mean-for-human-security>

WOLFERS, Arnold, (1962) "National Security as an Ambiguous Symbol", in: Wolfers, Arnold: Discord and Collaboration. Essays on International Politics. Baltimore: John Hopkins University Press; 147–165.

WERRELL, C. E.; Femia, F. (2013) *The Arab Spring and Climate Change: A climate and security correlated series*.

WESTERN Tanzania Ecomonitoring Project (1997) Environmental Assessment Report: Refugee Camps and Contingency Sites in Kigoma.

WESTRA et. al (2015) *Towards a refugee oriented right of asylum*. Ashgate.

WIRTH, D. A. (1989) "Environmental Impact Statements and climate change" Environment, Vol. 31.

YIN, R. K. (2003) Estudo de Caso: planejamentos e métodos. Sage Publications.